

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ REZENDE DIAS

**A HISTÓRIA DE UMA PSICANÁLISE COM COMPROMISSO POLÍTICO E SOCIAL:
O RETORNO DO RECALCADO**

SÃO PAULO

2024

BEATRIZ REZENDE DIAS

**A HISTÓRIA DE UMA PSICANÁLISE COM COMPROMISSO POLÍTICO E SOCIAL:
O RETORNO DO RECALCADO**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado
como exigência parcial para a graduação no
curso de Psicologia da Faculdade de
Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. João Perci Schiavon

SÃO PAULO

2024

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Perci Schiavon, pela disponibilidade, pela escuta, pela leitura atenta, pelo respeito e pela confiança durante todo o processo de pesquisa. Sem as inúmeras trocas, com as quais aprendi muito, este trabalho não seria possível.

Ao Prof. Dr. Fabio Franco, por aceitar ser parecerista desta pesquisa. Obrigada por todos os ensinamentos e pelas trocas inestimáveis ao longo das disciplinas em que fui sua monitora.

Ao corpo docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelos ensinamentos e oportunidades durante a graduação.

Ao professor Ricardo Radin, por ter sido o meu primeiro professor de psicanálise na graduação e por ter me apresentado a monitoria de psicanálise, sem a qual o meu percurso durante a formação não seria o mesmo. Obrigada por todos os diálogos e pela disponibilidade em me ouvir.

Ao Prof. Dr. Jorge Broide, por ter me apresentado a vitalidade política e social da psicanálise, transformando completamente os rumos da minha graduação. Obrigada pela transmissão, pela confiança e pela inspiração. À Prof. Dr. Emília Estivalet Broide, pela transmissão, pelo aprendizado imensurável e pela potência. À Camila Ribeiro, pela transmissão, pela força e pela parceria. Com vocês, pude trilhar o meu caminho nas clínicas públicas.

A todos que compõem o Projeto Gabriela e a Equipe Rede SUR, pelos diálogos, pela companhia, pelos ensinamentos e por compartilharem de uma prática psicanalítica implicada.

Aos meus familiares, por todo amor, apoio e confiança. Ao meu pai, José Alberto, pelo exemplo, pelos constantes incentivos e por sempre apoiar as minhas decisões. À minha mãe, Jacqueline, pela força enquanto profissional de saúde, pelo apoio incondicional e por sempre acreditar em mim. Ao meu irmão, Matheus, pela inspiração e companheirismo. À minha avó Licínia, por todo amor e carinho. À minha avó Maria, pelo amor que transborda e por ser quem é, minha eterna admiração.

Aos meus amigos e amigas, por toda a confiança, apoio, acolhimento e carinho. Obrigada por dividirem a vida comigo. Em especial, à Gabriela Cevithereza, pelas trocas durante a formação e por compartilhar a crença em uma psicanálise com compromisso político e social.

Ao Arthur Assumpção, pelo amor imensurável, pelas trocas, pelo acolhimento, pela força e pela companhia. Obrigada por todos os momentos, sem você essa pesquisa não seria a mesma.

“As mortes da Praça da Sé, Largo São Francisco, também foram irrecuperáveis, pelo fato de serem Moradores de Rua a justiça falha de São Paulo, não se interessou, não vai se interessar não quer nem saber, não vai render nada a seus bolsos.

Quando algum Morador de Rua morre nas ruas de São Paulo, até que eles gostam. O governo ganha, a prefeitura ganha, a já falida Santa Casa ganha, as escolas de medicina e seus estagiários que não tem o que perder também ganham.

É normal e são muitos os casos de um morador de rua sair na viatura rumo a um hospital, não interessa saber qual e nem interessa saber qual é o nome, e ele não volta mais nunca.

Vamos preservar a nossa saúde fazer o possível para evitar essas nossas idas até esses hospitais, casas de saúde, e com certeza estaremos certos de que

A Vida Continua.”

(José Sávio Coelho, SOZÉ, 2017/2024, p.37-38).

RESUMO

O presente trabalho buscou resgatar a história de uma psicanálise com compromisso político e social. A partir de uma revisão bibliográfica acerca do que foi produzido sobre o assunto, chegou-se a três grandes temas centrais: as clínicas públicas como indicadores da presença de uma preocupação social desde os primórdios da psicanálise, o esquecimento de analistas com compromisso político e as experiências de clínicas sociais latinoamericanas. Tendo isso em vista, foi feito um caminho histórico que percorreu do discurso de Freud no V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste no ano de 1918 até a contemporaneidade, da Europa Central à América Latina. Diante de uma psicanálise implicada política e socialmente que data mais de cem anos, notou-se o seu recalque durante o período do nazismo, além de subsequentes tentativas de apagamento dessa história, deixando-a no inconsciente da disciplina. Como retorno do recalque, surgiu o sintomático discurso, até hoje hegemônico, de uma psicanálise neutra e apolítica, restringindo-a à burguesia e ao divã. Em contrapartida a esse processo conservador, essa pesquisa pretendeu, de forma introdutória, dar palavra a uma história silenciada. Sendo assim, entendendo-me como continuadora do que foi iniciado por Freud em 1918, procurei seguir na recordação e elaboração do passado para que ocorra uma transformação no presente.

Palavras-chave: Psicanálise; Compromisso Político e Social; Clínicas Públicas; Recalque; Resgate Histórico.

ABSTRACT

This research intend to recount the history of a socially and politically committed psychoanalysis. From a bibliographic review of what has been produced on the subject, three major central themes were reached: public clinics as indicators on the presence of a social concern since the beginnings of psychoanalysis, the oblivion of analysts with political commitment and the latin-america's social clinics' experiences. Knowing this, a historical path was traced since Freud's speech on the 5th International Psychoanalytic Congress until contemporary times, from Central Europe to Latin America. Faced with a politically and socially implicated psychoanalysis that dates back more than a hundred years, it was seen a repression during the period of Nazism, in addition to subsequent attempts to erase this history, leaving it in the unconscious of the discipline. As a return to what was repressed, the symptomatic discourse, still hegemonic today, of a neutral and apolitical psychoanalysis emerged, restricting it to the bourgeoisie and the couch. In contrast to this conservative process, this research wants to, in an introductory way, give voice to a silenced history. Therefore, seeing myself as a continuator of what was started by Freud in 1918, I tried to continue remembering and elaborating the past so that a transformation can occur in the present.

Keywords: Psychoanalysis; Political and Social Commitment; Public Clinics; Repression; Historical Rescue.

RESUMEN

Este trabajo buscó rescatar la historia del psicoanálisis con compromiso político y social. A partir de una revisión bibliográfica de lo producido sobre el tema, se llegaron a tres grandes temas centrales: las clínicas públicas como indicadores de la presencia de una preocupación social desde los inicios del psicoanálisis, el olvido de los analistas con compromiso político y las experiencias de las clínicas sociales latinoamericanas. Con esto en mente, se trazó un camino histórico que abarcó desde el discurso de Freud en el V Congreso Psicoanalítico Internacional en Budapest en 1918 hasta la época contemporánea, desde Europa Central hasta América Latina. Frente a un psicoanálisis implicado política y socialmente que se remonta a más de cien años atrás, su represión se notó durante el período del nazismo, además de intentos posteriores de borrar esta historia, dejándola en el inconsciente de la disciplina. Como retorno a lo reprimido, surgió el discurso sintomático, todavía hoy hegemónico, de un psicoanálisis neutral y apolítico, restringiéndolo a la burguesía y al diván. En contraposición a este proceso conservador, esta investigación pretendió, a modo de introducción, dar palabra a una historia silenciada. Por eso, entendiéndome como una continuadora de lo iniciado por Freud en 1918, traté de seguir recordando y elaborando el pasado para que pueda ocurrir una transformación en el presente.

Palabras clave: Psicoanálisis; Compromiso Político y Social; Clínicas Públicas; Represión; Rescate Histórico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	15
3. METODOLOGIA.....	16
4. A PREOCUPAÇÃO SOCIAL NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE.....	19
4.1. O discurso freudiano.....	19
4.2. A Viena Vermelha: o grande símbolo do progressismo europeu.....	22
4.3. As clínicas públicas de psicanálise no entreguerras.....	25
4.4. O recalque dessa história.....	30
5. O FIO VERMELHO DA PSICANÁLISE.....	34
5.1. Otto Fenichel: o retrato do compromisso político dos freudianos.....	34
5.1.2. A segunda geração de psicanalistas.....	34
5.1.2. Psicanálise e política: um projeto de psicologia dialético-materialista.....	35
5.1.3. Os rumos de uma psicologia dialético-materialista no contexto de exílio.....	39
5.2. Wilhelm Reich: o maior dissidente da segunda geração.....	43
5.2.1. Uma psicanálise materialista dialética.....	43
5.2.2. O psicanalista na cena social.....	46
5.2.3. Rupturas e permanências.....	48
6. O SUL GLOBAL.....	52
6.1. A Argentina.....	52
6.1.1. A inscrição da psicanálise na sociedade portenha.....	52
6.1.2. A radicalização: o grupo Plataforma.....	55
6.1.3. A diáspora argentina.....	60
6. 2. O Brasil.....	62
6.2.1. A introdução da psicanálise: entre higienismo e modernismo.....	62
6.2.2. O paradoxo da ditadura militar.....	65
6.2.3. As clínicas públicas nos dias de hoje.....	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
8. REFERÊNCIAS.....	85

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a história de uma psicanálise implicada política e socialmente. A partir da revisão bibliográfica de caráter historiográfico, buscou-se resgatar o compromisso político e social da psicanálise, de modo a realizar uma oposição à narrativa hegemônica que produziu o apagamento dessa história.

A política está presente em minha vida desde cedo, devido principalmente a minha avó materna. Ela, com seu claro posicionamento à esquerda, me ensina diariamente a questionar as barbáries produzidas pelo capitalismo e a ter fôlego para lutar por uma sociedade igualitária. Seguindo seu exemplo, compus o Centro Acadêmico de Psicologia da PUC-SP (CAPSI) por dois anos. Neste, através de contatos frequentes com a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, ampliei a minha visão a respeito da saúde mental, entendendo o seu cuidado como indissociável do campo político.

Este envolvimento com os fenômenos sociais e coletivos culminou, em 2022, no início de uma segunda graduação: História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Os conhecimentos históricos adquiridos até então potencializaram e ampliaram o que eu tenho aprendido em Psicologia, permitindo-me compreender os fenômenos psicológicos enquanto contextualizados histórica e socialmente.

Ainda em 2022, tive a oportunidade de cursar uma disciplina com o Prof. Dr. Jorge Broide, que me apresentou a possibilidade de uma escuta psicanalítica para além do dispositivo clínico individual do consultório.

Transcendendo os limites da sala de aula, em abril de 2023, passei a compor a equipe do Projeto Gabriela, supervisionado pelo Prof. Dr. Jorge Broide, que possui como objetivo a promoção de uma escuta psicanalítica à população em situação de calçada nas ruas do centro de São Paulo, mais especificamente, em quatro quarteirões que cortam a Avenida Ipiranga até a Rua Dom José de Barros. Além disso, no segundo semestre deste mesmo ano, integrei a Equipe Rede SUR, supervisionada pelo Prof. Dr. Jorge Broide e pela Prof. Dr. Emília Estivalet Broide, que, através da metodologia da escuta territorial, proporciona espaços de escuta e circulação de palavras para sujeitos que se encontram em situações sociais críticas. Nesta equipe, atuo com sujeitos que vivenciam o desamparo psíquico e social no território do Jabaquara, bairro localizado na Zona Sul da capital paulista. Através dessas duas práticas, entrei em contato com a vitalidade política e social da psicanálise.

No que se refere ao âmbito científico, nota-se que, devido a projetos políticos, a psicanálise foi reduzida a discursos elitistas e individualizantes, que são, em muitos momentos, transmitidos nos cursos de graduação. Neste sentido, a teoria psicanalítica passou a ser associada à burguesia e ao divã, apagando-se as intersecções políticas e outros dispositivos clínicos presentes ao longo de sua história. No entanto,

A evidência histórica oral e escrita, ainda que fragmentada, confirma que o movimento psicanalítico, nos seus primórdios, foi construído em torno de um núcleo político progressista, intimamente ligado ao contexto cultural da Europa Central entre 1918 e 1933 [...] (Danto, 2019, p. XXXIX).

Tendo isso em vista, para essa pesquisa, adotou-se como ponto de partida o discurso feito por Sigmund Freud no V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste, ministrado dois meses antes do armistício da Primeira Guerra Mundial. Neste, o autor, evidentemente preocupado com o futuro europeu, convidou a comunidade de analistas a repensar a direção adotada pela psicanálise e os conhecimentos adquiridos até então. Dentre os comentários a respeito da teoria e prática psicanalíticas, o pai da psicanálise conceituou a neurose como uma questão social que transcende os limites da esfera individual, atribuindo ao Estado a responsabilidade pelo cuidado com a saúde mental de todos os cidadãos, tal como era feito com a saúde física (Freud, 1919/2010a). Assim sendo, Freud defendeu a criação de clínicas públicas de psicanálise que garantissem às classes em maior vulnerabilidade social o acesso ao tratamento psicanalítico (Rodrigues, 2016).

Com o fim da guerra e o conseqüente advento de uma onda progressista na Europa, fortemente influenciada pelos movimentos sociais, este desejo de democratizar o acesso à psicanálise encontrou um terreno fértil para se concretizar (Danto, 2019).

Neste contexto, a experiência vienense merece ser destacada. Durante o período de 1919 e 1934, comumente chamado de Viena Vermelha, instaurou-se um governo social-democrata na cidade (Krätke, 2021). Diante do objetivo de construção de uma nova estrutura social em torno de um núcleo de bem-estar, foram elaboradas um conjunto de políticas sociais em diversas áreas, como saúde, educação e cultura, além de políticas econômicas redistributivas. Sendo assim, com base nas noções de equidade e senso de comunidade, realizaram-se transformações radicais na vida dos cidadãos vienenses, em especial dos trabalhadores, que passaram a ter condições dignas,

dentre muitas outras, de habitação, emprego e lazer (Danto, 2019; Novy; Becker, 1998). A respeito das mudanças ocorridas na Viena Vermelha, Krätke (2021) comentou:

O que ela realizou era nada menos do que uma revolução da vida cotidiana que, para centenas de milhares de vienenses, fez compreensível e possibilitou vivenciar o que podia e devia ser chamado de “Socialismo”. Uma vida boa e melhor, uma vida mais livre para a grande maioria (Krätke, 2021, p.148).

Para que a transformação da sociedade ocorresse, exigiu-se um maior envolvimento e responsabilização pela garantia dos direitos civis por parte de diversas áreas do conhecimento, estando incluso o saber psicanalítico (Danto, 2022). Neste sentido, frente às demandas sociais-democratas e motivados pelo discurso proferido pelo pai da psicanálise em 1918, a primeira e a segunda geração de psicanalistas, incluindo o próprio Freud, empenharam-se “na reconstrução de uma civilização devastada e marcada pela catástrofe” (Nunes, 2020, p.53). Dessa forma, na tentativa de reparar os danos causados pela Primeira Grande Guerra esse grupo de analistas engajou-se na criação de uma prática que fosse socialmente equalizadora, entendendo que uma intervenção efetiva significava a defesa dos direitos sociais, dentre os quais, está o direito à assistência médica (Danto, 2019).

Esta busca por uma prática alinhada à justiça social traduziu-se na criação de doze clínicas públicas em sete países e dez cidades, que percorreram de Londres a Zagreb, durante o período de 1920 a 1938 (Danto, 2019).

Todavia, com a égide do regime nazista, o envolvimento político e social da psicanálise foi fortemente repreendido. Na tentativa de garantir não só a sobrevivência da psicanálise, mas também a segurança e posição social dos analistas alemães a ela ligados, o próprio movimento psicanalítico colocou-se à serviço da ideologia dominante, passando a excluir analistas tanto judeus quanto marxistas (Brainin; Kaminer, 1985). Um significativo exemplo dessa perseguição interna corresponde à expulsão de Wilhelm Reich, um dos maiores dissidentes da história da psicanálise, da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) no ano de 1933 (Gabarron-Garcia, 2022). Isto posto, em meio a esse contexto político europeu, é inegável afirmar que a psicanálise obteve uma posição ativa no esquecimento de seu compromisso com a justiça social e daqueles empenhados na garantia desta. A partir desse momento,

[...] a orientação para que os psicanalistas se afastassem de toda a discussão extrapsíquica tida como politicamente subversiva se tornaria uma espécie de

padrão repetido a despeito de qualquer crítica - padrão este que inclui, não sem consequências, as aspirações internacionalistas do movimento psicanalítico restauradas sob novas condições pós Holocausto (Fernandes; Lima, 2019, p. 389).

Porém, como toda história se faz por meio de conflito, havia uma força opositora a esse discurso apolítico. Embora estivessem exilados, os discípulos freudianos mantiveram aceso, nos diferentes países, o impulso progressista que guiou a psicanálise após a Primeira Guerra Mundial (Danto, 2019). Conforme Broide (2019a), entre os destinos migratórios, ressalta-se a América Latina, precisamente o Brasil e a Argentina. Por esse ângulo, nota-se que chegaram nestes países “[...] as repercussões vivas das clínicas públicas no corpo dos imigrantes oriundos da diáspora psicanalítica do pós-guerra” (Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022, p.46).

À semelhança do contexto europeu, o Brasil e a Argentina encontraram-se diante de regimes totalitários e opressivos que isolaram intencionalmente a psicanálise do pensamento político, construindo a visão de que a atividade psicanalítica apenas é aplicável em clínicas particulares e individuais (Broide, 2019a). Portanto, tal como visto por Sigal (2010), o espírito libertário e revolucionário da psicanálise despertou novamente suspeitas nos regimes autoritários. Sendo assim, a domesticação e adaptação da teoria psicanalítica aos piores regimes permaneceu no tempo e ultrapassou fronteiras (Gabarron-Garcia, 2022). “Marcas deste conservadorismo político, ético, clínico e teórico, são, muitas vezes, refletores na teoria psicanalítica, que em muito se enclausura em ditaduras de formas clínicas de operar” (Bragança, 2021, p.29).

Desse modo, a psicanálise segue encontrando desafios no tocante a sua democratização. “O mundo contemporâneo coloca a psicanálise latino-americana numa situação muito difícil, porém, ao mesmo tempo, privilegiada. O que temos é um enorme caldeirão criativo onde a crise social cria saberes, indaga a nossa prática e leva à sua inserção no território da cidade” (Broide, 2019b, p. XVIII). Dessa forma,

[...] é justamente na contramão desse apagamento que temos presenciado inúmeras iniciativas de grupos de pesquisa e coletivos de psicanálise no sentido de resgatar sua linhagem, reconhecendo-se enquanto continuadores dos princípios que nortearam as clínicas públicas da primeira geração de psicanalistas e, ao mesmo tempo, pensando a especificidade deste tipo de iniciativa em nossa realidade atual (Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022, p.46).

Como apontado acima, mais do que um seguimento do que foi feito anteriormente, a experiência atual apresenta especificidades próprias (Neto *et.al*, 2022). Por isso, devemos nos ater à dialética entre o que permaneceu e o que mudou, considerando, como apontado por Lima (2022), as necessidades impostas aos analistas para reconstruir a prática clínico-política mediante a novas realidades. Dessa maneira, a compreensão de experiências de clínicas gratuitas brasileiras e argentinas pressupõe que se considere o passado colonial de ambos os países, razão pela qual suas bases sociais possuem divergências constitutivas em relação à europeia, o que exige especificidades epistemológicas nos saberes psicanalíticos desses territórios.

Levando em conta a historicidade da escuta psicanalítica, que constantemente se faz e refaz, acredito que a rememoração de clínicas comprometidas política e socialmente possui implicações no presente. Isto porque

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (Gagnebin, 2006, p.55).

Como visto por Freud (1914/2010), quando o passado não é recordado nem elaborado, o sujeito tende a repetir o que foi esquecido. Isto deve-se ao malogro do processo de recalque, havendo um retorno, à consciência, de uma deformação daquilo que foi recalcado. A respeito do retorno do recalcado, Laplanche e Pontalis (2001, p.463) o definem como: “processo pelo qual os elementos recalcados, nunca aniquilados pelo recalque, tendem a reaparecer e conseguem fazê-lo de maneira deformada sob a forma de compromisso”. Isto posto, o conteúdo recalcado não deixa de pulsar na vida do sujeito, sendo função do analista auxiliá-lo na transformação da compulsão à repetição do passado rumo à recordação e, posteriormente, a uma elaboração do que foi vivido.

Assim sendo, seguindo a metáfora utilizada por Jacoby (1983), este estudo apresentou como tese a noção de que o compromisso político e social da psicanálise foi recalcado. Devido ao malogro desse recalque, o discurso de uma psicanálise apolítica e neutra aparece como um substituto sintomático, tornando-se hegemônico na transmissão do saber psicanalítico, ao passo que apresenta uma maior aceitação social. Em outras palavras, Jacoby (1983) defende que a estruturação da psicanálise se deu a partir do recalque de seu próprio passado, que retorna como infamiliar. Este é compreendido como aquilo de mais íntimo do sujeito, que devido ao

recalcamento, alheia-se do psiquismo, retornando como estranho-familiar, produzindo angústia quando reaparece (Freud, 1919/2010b). Desse modo, o mais íntimo da psicanálise, o seu compromisso com as transformações políticas e sociais, foi recalcado de sua história, produzindo um discurso alienante e conservador.

Dito isso, entendendo-me como continuadora do legado da psicanálise com compromisso político e social iniciado com o próprio Freud, procurei, em meu trabalho de conclusão de curso, realizar um movimento de recordação ativo, no qual a lembrança do passado produz instrumentos para um melhor esclarecimento do presente. Neste sentido, através da palavra, instrumento central para a técnica psicanalítica, essa pesquisa pretendeu preencher as lacunas deixadas pelo recalque dessa história, lembrando aqueles que foram esquecidos e tornando visíveis as produções à esquerda de Freud para que deixemos de repetir o sintoma de uma psicanálise supostamente neutra, que se demonstra burguesa e excludente.

2. OBJETIVOS

1. Geral

- Retomar os diferentes momentos da história em que a psicanálise articulou-se com os campos político e social.

2. Específicos

- Indicar a presença de clínicas públicas desde o início da psicanálise;
- Apontar as contribuições dos discípulos de Freud para a articulação entre psicanálise e política;
- Compreender como se deu a chegada de experiências de clínicas psicanalíticas sociais na América Latina;
- Analisar as especificidades materiais e epistemológicas da psicanálise latinoamericana;
- Incentivar o surgimento de novas práticas clínicas com compromisso político e social e fortalecer as já existentes;
- Desvincular a psicanálise de uma imagem elitista e individualizante.

3. METODOLOGIA

O procedimento metodológico empregado neste trabalho de conclusão de curso refere-se a uma pesquisa bibliográfica sobre psicanálise.

Em primeiro lugar, é imprescindível afirmar que este método de investigação corresponde a uma pesquisa qualitativa. Nesta, trabalha-se “[...] com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2001, p. 21- 22).

No tocante à pesquisa bibliográfica, de acordo com Lara e Molina (2011), essa forma de pesquisa faz uso da documentação de fonte secundária, isto é, documentos que já receberam um tratamento científico. Sendo assim, através da análise desses estudos, o pesquisador adquire novos conhecimentos acerca do objeto de pesquisa, que o possibilitam comprovar ou não a sua hipótese (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Dito isso, segundo Campos (2021), a pesquisa sobre psicanálise corresponde à investigação das ideias psicanalíticas no plano teórico-conceitual ou à articulação dessas ideias com a sua dimensão sociocultural externa sem que haja a necessidade do uso do método freudiano. No entanto, assim como ressaltado pelo autor, isto não indica a exclusão desse método durante o processo investigativo.

Para Aguiar (2006), o método da psicanálise é interpretativo e, no caso do âmbito universitário, ele é transposto para o domínio da leitura de textos. Em conformidade, Poli (2005) aponta que os princípios norteadores da pesquisa psicanalítica equivalem aos do exercício clínico. Em outras palavras, apesar da heterogeneidade de temas pesquisados, todos os estudos referentes à psicanálise partem da clínica, uma vez que é nela e dela que surgem os conceitos centrais da disciplina psicanalítica (Mezan, 2006). Portanto, assim como na prática clínica, a leitura de textos se daria a partir da atenção flutuante e da suspensão de todo o julgamento e de todo o saber prévio, fazendo com que, em última instância, a pesquisa sobre psicanálise correspondesse a uma pesquisa em psicanálise, isto é, uma pesquisa que faz uso do método psicanalítico clínico (Aguiar, 2006). A rigor,

O pesquisador em psicanálise não adota uma postura dogmática pela qual sua atenção seria completamente direcionada apenas aos fatos e ideias que confirmassem o que já se encontra estabelecido em seu cânone. Assim, ao

esforçar-se por não engessar a teoria, o pesquisador adota uma atitude correlata à suspensão uniforme da atenção, por meio da qual pode defrontar-se com um desenvolvimento conceitual não totalizante (Lameira; Costa; Rodrigues, 2017, p.74).

Desse modo, Lameira, Costa e Rodrigues (2017) conceituam a pesquisa psicanalítica como um campo aberto, no qual os conceitos funcionam a partir de uma dialética que os mantém em constante movimento, não se reduzindo a verdades estáticas e inquestionáveis. Isto dialoga com a posição defendida por Ravasio (2014), que atribui ao enigma a responsabilidade pela singularidade da pesquisa em psicanálise. Frente a um não saber, o pesquisador estabelece uma relação de transferência com a própria pesquisa, passando a implicar o seu desejo na busca de respostas que desvelam a questão. Neste sentido, “a pesquisa psicanalítica é sempre uma apropriação do autor, que depois de estudar e ter um enigma, uma pergunta, filia-se a essa vertente e a singulariza na realização de uma pesquisa” (Ravasio, 2014, p.54).

Ainda, Debieux e Domingues (2010) assinalam que, no método de investigação psicanalítica, a relação entre sujeito e objeto do conhecimento se produz na e pela pesquisa, fazendo com que, a partir do desejo do pesquisador e da transferência deste, o objeto se constitua ao longo do processo investigativo. Na perspectiva de Lameira, Costa e Rodrigues (2017), a singularidade desta relação constitui a original contribuição de cada pesquisa em psicanálise. Isto posto, em uma investigação psicanalítica, o apagamento do pesquisador aparece como inconcebível e indesejado, dado que há uma indissociação entre sujeito e objeto, o que evidencia a impossibilidade da existência de uma neutralidade científica.

Considerando o exposto, a presente pesquisa realizou uma revisão bibliográfica, de caráter historiográfico, de textos psicanalíticos, publicados de 1918 até atualmente, que apresentavam uma indicação de preocupação política e social, articulando-os com o contexto histórico e social em que foram produzidos.

Para a pesquisa desses materiais, foram utilizadas, nas mais variadas combinações, as seguintes palavras-chave: clínicas públicas; clínicas gratuitas; psicanálise social; psicanálise e compromisso político; psicanálise decolonial; psicanálise e política; história da psicanálise social; psicanálise implicada; psicanalistas engajados politicamente; psicanálise e marxismo; psicanálise de esquerda.

As principais bases de dados nas quais procurou-se as fontes de informação foram: Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual da PUC-SP, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Google Acadêmico e Biblioteca Digital da USP.

Após a seleção, leitura e fichamento dos textos, realizou-se uma análise crítica da história da psicanálise com compromisso político e social, o que culminou na elaboração de três capítulos teóricos.

O primeiro capítulo, intitulado “A preocupação social nos primórdios da psicanálise”, apresentou como argumento central a existência de um compromisso político e social desde o início da teoria e prática psicanalíticas, tendo passado por um processo de recalçamento durante o regime nazista. Neste capítulo as seguintes obras foram consideradas referências principais: “Caminhos da Terapia Psicanalítica” (Freud, 1919/2010a), “As Clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social” (Danto, 2019) e “Uma História da Psicanálise Popular” (Gabarron-Garcia, 2022).

O segundo capítulo, nomeado como “O fio vermelho da psicanálise”, propôs retomar dois autores paradigmáticos no que toca à articulação entre teoria e prática psicanalíticas e política: Otto Fenichel e Wilhelm Reich. Para isto, foram utilizadas, de modo central, as seguintes bibliografias: “The Repression of Psychoanalysis: Otto Fenichel and the Political Freudians” (Jacoby, 1983), “Sobre as concepções de Otto Fenichel: psicanálise, materialismo-dialético e naturalismo científico” (Palumbo, 2019), “Sobre a psicanálise como gérmen de uma futura psicologia dialético-materialista” (Fenichel, 1934/1967) e “Materialismo dialético e psicanálise” (Reich, 1929/1983).

Por fim, o terceiro e último capítulo, chamado “O sul global”, contém a discussão acerca das iniciativas de clínicas públicas de psicanálise na Argentina e no Brasil, considerando as influências das especificidades das estruturas sociais de ambos os países na apropriação teórica e na construção de práticas psicanalíticas. Assim sendo, acerca da sociedade portenha, utilizou-se obras como “Questionamos a psicanálise e suas instituições” (Langer *et.al*, 1973) e “Entre París y Buenos Aires: la invención del psicólogo (1942-1966)” (Dagfal, 2009a). No tocante à psicanálise brasileira, as principais obras tidas como referência foram: “A Psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política” (Lima, 2021) e “A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções” (Broide; Broide, 2016).

4. A PREOCUPAÇÃO SOCIAL NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE

4.1. O discurso freudiano

Devido aos desastres causados pela Primeira Guerra Mundial, a Europa encontrava-se em um cenário miserável, no qual conviviam a neurose de guerra, o desemprego, a fome e a tuberculose. Em meio a esse contexto, para Danto (2019), a viabilidade da prática psicanalítica estava em questão, visto que o seu elitismo poderia isolá-la e torná-la irrelevante perante as demandas impostas pela sociedade no pós-guerra. Neste momento da história da psicanálise, “[...] a falta de consciência social a tornava praticamente impotente” (Danto, 2019, p.12).

Ciente dessas questões e preocupado com o futuro europeu, Freud, em seu discurso no V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste, ocorrido dois meses antes do armistício, convida a comunidade de analistas a realizar o balanço da terapia psicanalítica e a repensar as direções que esta pode seguir (Nunes, 2020).

Dentre os apontamentos realizados, Freud (1919/2010a) aborda a democratização da psicanálise, entendida por ele como uma temática para o futuro, uma vez que dificuldades no exercício analítico impediam a sua consolidação naquele momento. Os desafios em questão referiam-se à existência de um número limitado de analistas e à restrição do tratamento psicanalítico às camadas com maior poder aquisitivo da sociedade. Nas palavras do autor:

Somos apenas um punhado de pessoas, e cada um de nós, mesmo trabalhando esforçadamente, pode se dedicar apenas a um número escasso de doentes. Na abundância de miséria neurótica que há no mundo, e que talvez não precise haver, o que logramos abolir é qualitativamente insignificante. Além disso, as condições de nossa existência nos limitam às camadas superiores da sociedade, que escolhem à vontade seus próprios médicos, e nessa escolha são afastadas da psicanálise por todo gênero de preconceitos. Para as amplas camadas populares, que tanto sofrem com as neuroses, nada podemos fazer atualmente (Freud, 1919/2010a, p.216 - 217).

No entanto, o pai da psicanálise compreendia a democratização da terapia psicanalítica como algo inevitável, o que culminaria na criação de organizações que permitiriam o aumento do número de analistas e, conseqüentemente, a ampliação do público atendido. Sobre isso, alegou:

Pode-se prever que em algum momento a consciência da sociedade despertará, advertindo-a de que o pobre tem tanto direito a auxílio psíquico quanto hoje em dia já tem a cirurgias vitais. E que as neuroses não afetam menos a saúde do povo do que a tuberculose, e assim como esta não podem ser deixadas ao impotente cuidado do indivíduo. Então serão construídos sanatórios ou

consultórios que empregarão médicos de formação psicanalítica, para que, mediante a análise, sejam mantidos capazes de resistência e de realização homens que de outro modo se entregariam à bebida, mulheres que ameaçam sucumbir sob a carga de privações, crianças que só têm diante de si a escolha entre a neurose e o embrutecimento. Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgentes esses deveres. As circunstâncias presentes podem adiar mais ainda esse momento. Talvez a beneficência privada venha a criar institutos assim; mas um dia isso terá de ocorrer (Freud, 1919/2010a, p. 217).

A existência de clínicas públicas para o tratamento mental imporá novos debates sobre a técnica psicanalítica, visto que a psicanálise precisaria adaptar-se a um novo contexto, no qual o atendimento de um estrato social mais amplo promoveria o contato dos psicanalistas com diferentes ordens de sofrimento. Na opinião de Freud (1919/2010a):

É também muito provável que na aplicação em massa de nossa terapia sejamos obrigados a fundir o puro ouro da análise com o cobre da sugestão direta, e mesmo a influência hipnótica poderia ter aí seu lugar, como teve no tratamento dos neuróticos de guerra. Mas, como quer que se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa (Freud, 1919/2010a, p.218).

Acerca dessa citação, Gabarron-Garcia (2022) pontuou, em uma nota de rodapé, que Freud não opõe o ouro puro da psicanálise ao cobre da sugestão direta, mas compreende-os como interdependentes que são capazes de conferir uma solidez maior à psicanálise, posicionando-se de modo contrário aqueles que acreditavam na viabilidade de uma pureza psicanalítica. Para além do âmbito técnico, esta passagem também reflete uma preocupação perante a ética da psicanálise. Dito isso, Freud (1919/2010a) ressalta que, independentemente do público atendido, o rigor teórico e técnico da psicanálise deve ser mantido. Sendo assim, as clínicas públicas deveriam contar com o mesmo comprometimento ético existente no consultório privado.

Através do discurso freudiano, torna-se evidente uma mudança de posição teórica e prática do pai da psicanálise, que, insatisfeito com a sociedade europeia do pós-guerra, passou a conceituar a neurose como uma questão social ampla que transcende os limites individuais. À vista desse problema social, Freud entendeu a psicanálise como um instrumento importante na redução do sofrimento psíquico de toda a população, enfatizando a necessidade de ampliar o seu alcance através da criação de clínicas psicanalíticas gratuitas que permitiriam às classes oprimidas os benefícios do tratamento psicanalítico (Rodrigues, 2016).

No domínio teórico, esta consideração da influência do contexto social na vida psíquica do sujeito se manteve ao longo da obra freudiana. Conforme Birman (2023), com a elaboração da segunda tópica, Freud passou a explorar a dimensão psicanalítica externa ao psiquismo, sendo esta marcada pelos laços sociais. Esse enfoque na sociedade se faz presente no texto “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, no qual o autor alega que “[...] a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social [...]” (Freud, 1921/2011, p.14). Isto significa que, embora a psicologia individual diga respeito a um ser humano particular, ela não pode abstrair-se das relações interpessoais deste sujeito, ao passo que o processo de subjetivação se dá a partir da internalização dos modelos e parâmetros sociais. Portanto, a subjetividade constitui-se no contato com o outro.

Na mesma direção, no texto “O futuro de uma ilusão”, Freud legitima a revolta das massas contra uma minoria opressora, reconhecendo esta opressão como uma das causas fundamentais da insatisfação na civilização (Gabarron-Garcia, 2022). Dessa forma, Freud (1927/2014) argumenta que esse excesso de coação e exploração impede a internalização das opressões pelas classes oprimidas, fazendo surgir uma hostilidade latente em relação à cultura, sendo compreensível o engajamento destas classes em revoltas sociais. A saber,

Quanto às restrições que concernem apenas a determinadas classes da sociedade, encontramos condições duras e que jamais foram ignoradas. É de esperar que essas classes desfavorecidas invejem as prerrogativas das privilegiadas e tudo façam para livrar-se de suas privações extras. Quando isso não for possível, haverá uma duradoura insatisfação no interior dessa cultura, que poderá conduzir a rebeliões perigosas. Porém, se uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte de seus membros tem como pressuposto a opressão de outra parte, talvez da maioria - e esse é o caso de todas as culturas atuais -, então é compreensível que esses oprimidos desenvolvam forte hostilidade em relação à cultura que viabilizam mediante seu trabalho, mas de cujos bens participam muito pouco (Freud, 1927/2014, p.243).

À vista disso, Gabarron-Garcia (2022) considera esse texto como uma reflexão política que transcende os aspectos metapsicológicos e abstratos, incluindo uma análise da conjuntura da época e uma tomada de posição política por parte de Freud, que se demonstrou aberto à experiência revolucionária da Revolução Russa, apresentando uma postura relativamente esperançosa no que se refere às reformas sociais e políticas propostas pelos comunistas.

Quanto à prática psicanalítica, o entendimento da neurose como um problema social exigia um enfrentamento coletivo. Dessa forma, atento às urgências sociais de seu tempo e ciente

dos limites da psicanálise frente ao contexto do pós-guerra, Freud compreendeu a garantia do direito ao tratamento psíquico enquanto um dever do Estado (Rodrigues, 2016).

Tendo isso em vista, ao apontar o valor profilático da psicanálise e responsabilizar os Estados modernos pela garantia do direito ao tratamento psíquico, Freud, em seu discurso, promoveu uma ruptura com o mundo antigo (Roudinesco, 2016). Dessa maneira, “[...] aquele belo dia de outono em Budapeste foi o presságio de uma nova e ousada direção no movimento psicanalítico” (Danto, 2019, p.8). Doravante, uma nova práxis psicanalítica foi se desenvolvendo.

4.2. A Viena Vermelha: o grande símbolo do progressismo europeu

O contexto vienense após a Primeira Grande Guerra era desastroso. De acordo com Danto (2022), a cidade era marcada pela inflação, desemprego, quedas de salário e crise habitacional. Acerca disso, Krätke (2021) aponta que:

Viena era conhecida há tempos pelas situações miseráveis nos cortiços superlotados, a tuberculose era considerada como a “doença vienense”. A cidade contava com dez mil sem tetos e os assim chamados “alugadores de cama”, os quais podiam se permitir um lugar para dormir por apenas algumas horas (Krätke, 2021, p.144).

Para mais, concomitantemente ao término da guerra adveio o fim do Império Habsburgo, o que intensificou a crise vivenciada pela cidade. Todavia, como pontuado por Novy e Becker (1998), esta crise abriu o caminho para o surgimento de novos atores na política vienense. Com a introdução do sufrágio universal, tanto a Baixa Áustria quanto Viena conquistaram, em suas eleições, uma vitória social-democrata (Mattl, 2013). Esta conquista progressista, que durou de maio de 1919 a 1934, conferiu à Viena o título da primeira cidade europeia com mais de um milhão de habitantes sob administração social-democrata, fazendo com que esta pioneira experiência passasse a ser conhecida como “Viena Vermelha” (Krätke, 2021).

A partir desse momento, foram criadas um conjunto de políticas econômicas redistributivas em torno de um projeto de bem-estar social, que, tal como visto por Novy e Becker (1998), possibilitou a redução dos efeitos da crise econômica e a melhoria das condições de vida dos cidadãos vienenses. Para Krätke (2021), a política habitacional demonstrou-se central na Viena Vermelha, uma vez que o governo social-democrata empenhou-se na criação de

edifícios padronizados direcionados à classe trabalhadora. “Até o fim de 1933 foram construídas 61.617 moradias e ainda outras 5.257 casas em bairros populares” (Krätke, 2021, p.146).

No entanto, os novos edifícios não se restringiam ao âmbito da moradia. Na concepção de Mattl (2013), a presença de pátios e jardins favorecia o estabelecimento de vínculos afetivos entre os inquilinos, viabilizando a constituição de um senso de comunidade. Além disso,

[...] os muitos pátios internos recebiam todas as formas de instituições comunitárias, como casas de banho, instalações de lavanderia, cozinhas, bibliotecas, jardins de infância, locais de brincadeira para crianças, instalações esportivas. Mesmo nas menores construções comunitárias, havia ainda lavanderia e espaços para secar roupa (Krätke, 2021, p.147).

Vale ressaltar também, assim como feito por Danto (2022), a existência de outros serviços públicos, tais como as clínicas de saúde infantil e os serviços de terapia de casal, os quais contavam com um forte envolvimento dos psicanalistas. Dessa maneira, “a nova arquitetura da habitação pública demonstraria que as comunidades edificadas especificamente para atender às necessidades das crianças e famílias da cidade também atendiam a necessidades psicológicas essenciais” (Danto, 2019, p.26).

No que toca à concretização das políticas de bem-estar social, esta deu-se devido à separação de Viena do estado da Baixa Áustria em 1922, que assegurou à primeira o duplo status de município e estado, garantindo-lhe uma independência política e financeira (Mattl, 2013). De modo mais detalhado,

[...] a Viena Vermelha desenvolveu um novo sistema tributário que aliviou a pressão financeira dos gastos com necessidades diárias e onerou o consumo de artigos de luxo como também as rendas mais altas. A cidade introduziu até mesmo novos tributos, como o imposto predial, que eram reservados para despesas sociais. Por outro lado, as tarifas de companhias municipais não deviam se basear em lucro, mas tinham de atender a demanda (Mattl, 2013, p.199).

Tendo isso em vista, pode-se afirmar que, durante a Viena Vermelha, ocorreram transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que visavam a construção de uma nova estrutura social. Porém, uma nova sociedade demanda um novo homem, logo, as mudanças no município vermelho também implicaram na elaboração de uma outra concepção de sujeito. Quanto a isso, Danto (2022) aponta que, apesar de não ser algo inédito em Viena, o governo social-democrata utilizou imagens públicas, como esculturas, murais e mosaicos, para transmitir um valorizado ideal de humanidade

Para ilustrar, Danto (2022) abordou a figura intitulada “Homem Transparente”, a qual consistia em uma escultura tridimensional, feita de plástico transparente ou vidro, que representava o corpo masculino em tamanho real. Na perspectiva da autora, a forma como a obra era exposta permitia com que os espectadores circulassem ao redor dela e, desse modo, interagissem uns com os outros durante o percurso. Dito isso, a escultura em questão possibilitava tanto uma experiência introspectiva de reflexão individual quanto trocas coletivas.

Ainda, de acordo com a mesma autora, a chegada do “Homem Transparente” no município vermelho, no ano de 1925, foi extremamente oportuna, uma vez que oferecia, à população, uma visão inédita do corpo e mente humanos, que até então era reservada aos serviços médicos ou mortuários. Diante do ideal de transparência, a psicanálise adequou-se perfeitamente, posto que “[...] trazer transparência para a mente libertaria as pessoas de neuroses e, ao mesmo tempo, promoveria a participação no Estado social-democrata” (Danto, 2022, p.140). A respeito da relação entre o tratamento psicanalítico e as imagens públicas da Viena Vermelha, Danto (2022) alega que:

Assim como o processo psicanalítico, essas imagens foram projetadas para introduzir as pessoas a um novo modo de ver e pensar a elas mesmas e aos outros; de experimentar não apenas o corpo, mas também a mente. Em outras palavras, a apresentação visual e o arranjo dessas imagens demandavam dos espectadores introspecção pessoal e, ao mesmo tempo, afirmavam a fé nos ideais de um governo socialista racional (Danto, 2022, p.142).

Como visto, a revolucionária experiência socialista denominada Viena Vermelha, a partir de um projeto de bem-estar social, construiu serviços públicos que interligavam habitação, saúde e trabalho. “A cultura urbana, pensavam os sociais-democratas de Viena, deveria abranger a vida total do trabalhador, da privacidade da vida individual e familiar à política e ao local de trabalho” (Danto, 2019, p. XXXVI). Neste contexto, a sexualidade e a psicanálise compunham o projeto de uma vida melhor (Danto, 2019).

Assim sendo, em seu discurso, Freud (1919/2010a) alinhou-se com o espírito progressista da época e, ao pedir para que visualizassem um futuro público para a psicanálise, “[...] conduziu seus seguidores para a nova dinâmica política criada pela morte da monarquia de Habsburgo e o subsequente advento da Social democracia na Áustria” (Danto, 2022, p.145). Desse modo, a psicanálise parecia identificar novos horizontes para a sociedade após a queda do velho mundo (Gabarron-Garcia, 2022).

4.3. As clínicas públicas de psicanálise no entreguerras

Impulsionados pelo discurso proferido por Freud no V Congresso Psicanalítico Internacional e nutridos do clima progressista que permeava as democracias europeias no período entreguerras, os psicanalistas da primeira e segunda geração empenharam-se na criação de doze clínicas públicas, distribuídas em sete países e dez cidades durante os anos de 1920 a 1938 (Danto, 2019). Esta nova prática clínica, que segundo Broide (2019b) correspondia a um quinto do trabalho psicanalítico da época, refletia um compromisso, por parte dos analistas, com a garantia do bem-estar social. Isto posto,

A situação que poderia, nas palavras e no olhar de Freud, em sua célebre comunicação no V Congresso Internacional, parecer fantástica e pertencer ao futuro, foi transformada em força material pela ação de alguns homens cuja inventividade e insistência marcam um pioneirismo que promoveu a psicanálise a um nível inédito (Nunes, 2020, p.55).

Em vista da complexidade e amplitude da história das clínicas psicanalíticas públicas do entreguerras, o presente trabalho restringiu-se às experiências berlinense e vienense, entendendo-as como paradigmas.

Primeiramente, faz-se necessária uma diferenciação etimológica. Assim como apontado por Lima (2019), não havia um consenso quanto à nomeação das clínicas públicas. Enquanto a experiência berlinense autodenominava-se Policlínica, a vienense era chamada de Ambulatório. Segundo o autor, “clínica vem do grego kline, que é deitar-se, de onde derivamos ‘declinar-se’, ‘reclinar-se’. Ambulatório, por sua vez, vem da palavra latina ambulare, que é ‘andar por aí’, de onde derivamos ‘perambular’, ‘deambular” (Lima, 2019, p.297). Sobre isso, Danto (2019) confirma a congruência entre as raízes etimológicas das palavras e o que se dava nas dependências dos locais em questão. Na visão da autora, na Policlínica de Berlim havia uma espécie de hospitalização, ao passo que, no Ambulatório de Viena, os pacientes misturavam-se sem distinção de doença, fazendo com que pacientes cardíacos convivessem com pacientes psiquiátricos. Desse modo, a divergência frente à aut nomeação correspondia a uma expressão do modo particular de funcionamento de cada estabelecimento.

Apesar de diferenças no *modus operandi*, ambas as clínicas dependiam do fundo privado para sobreviverem. Isto é, mesmo com experiências democráticas em seus países, estas iniciativas não contaram com o financiamento estatal. Conforme Danto (2019) e Lima (2019),

dentre as estratégias adotadas para a acumulação de recursos, tinha-se as doações de iniciativas privadas, a cobrança de valores mais altos dos estrangeiros, a exigência do pagamento de uma taxa por parte de todos os analistas e os honorários doados pelos pacientes.

À vista disso, Marino, Coaracy e Oliveira (2018) enfatizam que, a despeito de possuírem um caráter político e público, no sentido de gratuidade e não de estatização, as clínicas gratuitas não se constituíam como políticas públicas. Nesse âmbito, os desejos freudianos por uma institucionalização da psicanálise como uma política social de saúde pública e por um Estado responsável pelas instituições de cuidado em saúde mental ainda estavam distantes.

Feitos esses apontamentos, de acordo com Danto (2019), em 1920, sob os esforços de Ernst Simmel e Max Eitingon, foi inaugurada a primeira clínica gratuita de psicanálise, a Policlínica de Berlim, a qual serviu de modelo para a criação das clínicas posteriores. Com o objetivo de oferecer o tratamento mental em larga escala de modo distinto das condutas e tradições médicas, pretendia-se remover os obstáculos financeiros, permitindo com que setores excluídos da sociedade alemã pudessem acessar gratuitamente os serviços psicanalíticos. Dessa forma, o dinheiro deixou de ser primordial para a admissão ao tratamento, sendo o diagnóstico o único pré-requisito (Danto, 2019).

Diante dos feitos da policlínica, Freud (1923/2011), ao redigir o “Prólogo a relatório sobre a Policlínica Psicanalítica de Berlim, de Marx Eitingon”, evidencia a sua posição ativa na luta pela democratização do tratamento psicanalítico. Como dito por Pedroso (2020), o pai da psicanálise não só parabeniza a iniciativa de Eitingon e incentiva a criação de outras clínicas à semelhança da policlínica, mas também alega que o objetivo da psicanálise seria devidamente cumprido apenas se esta fosse acessível a toda a população. Nas palavras de Freud:

Posso apenas acrescentar, ao que foi escrito, o desejo de que em outros lugares sejam igualmente encontrados homens e associações que, seguindo o exemplo de Eitingon, deem vida a instituições semelhantes. Se a psicanálise, juntamente com sua importância científica, tem valor como método terapêutico, se é capaz de assistir indivíduos sofredores na luta pelo cumprimento das exigências da civilização, então essa ajuda também deve ser oferecida ao grande número daqueles que são pobres demais para remunerar o analista por seu penoso trabalho (Freud, 1923/2011, p.341).

No que tange a criação de outras clínicas, diferentemente da experiência berlinense, a abertura do Ambulatório de Viena encontrou maiores dificuldades. Tal qual dito por Danto (2019), os sociais democratas acreditavam no acesso universal aos serviços de saúde enquanto os

setores mais conservadores da sociedade entendiam que a democratização da assistência à saúde corromperia a classe trabalhadora, tida como preguiçosa. Não obstante, a comunidade médica, temendo que a psicanálise ocupasse o seu lugar social, apresentou-se contrária à abertura de uma clínica gratuita em Viena.

Essa disputa ideológica entre as forças contrastantes da medicina burguesa conservadora e da psicanálise alinhada à justiça social finalizou com a vitória desta última. Sob o triunfo da perspectiva progressista, o tratamento psicanalítico passou a ser entendido como um direito de todos os cidadãos, culminando na inauguração do Ambulatório de Viena em maio de 1922 (Danto, 2019).

Embora aberta, a clínica vienense encontrava-se sob o domínio médico. Segundo Danto (2019), a existência do ambulatório apenas foi permitida pelo Conselho da Associação Profissional dos Médicos de Viena com as condições de que a direção da clínica seguisse os princípios dessa Associação e o tratamento, o ensino e aprendizagem psicanalíticos fossem conduzidos unicamente por profissionais da medicina. Não suficiente, o Ambulatório localizava-se nas dependências de um hospital em Viena, no qual as salas de atendimento correspondiam a

[...] consultórios cirúrgicos totalmente austeros onde o divã era uma mesa de exame metálica e os pacientes analíticos tinham que usar uma escada móvel para alcançar o tampo da mesa e, em seguida, deitar-se sobre o fino colchão sem molas. Não só os pacientes tinham que suportar os austeros arranjos improvisados: seu analista se sentava em ângulo atrás da mesa, em uma simples cadeira de madeira sem encosto para os braços (Danto, 2019, p.119).

A despeito das desagradáveis e precárias condições, os psicanalistas demonstraram, através de suas práticas, que o sucesso da análise não dependia do ambiente (Danto, 2019). Sendo assim, apesar dos iniciais empecilhos materiais e ideológicos enfrentados pelos psicanalistas de Viena, o ambulatório ofereceu tratamento psicanalítico com o mesmo compromisso e rigor existentes na Policlínica de Berlim (Pedroso, 2020).

Ainda sobre as questões materiais, para além da gratuidade do serviço e à semelhança do que foi observado nos conjuntos de edifícios da Viena Vermelha, o senso de comunidade também expressou-se através da própria estrutura física das clínicas públicas. Para Danto (2022), a partir de 1918, as salas de espera assumiram uma considerável importância democrática à medida que a comunidade passou a frequentá-las. “Apesar de Viena ser uma cidade relativamente pequena,

seu 'mundo como um todo' conseguia achar brechas para entrar nas salas de espera de clínicas psicanalíticas comunitárias na maioria dos distritos municipais” (Danto, 2022, p.145).

Somado ao encontro de pacientes de diferentes classes sociais nas salas de espera, havia o fato de que o contato entre analisantes e analistas não se limitava às salas de atendimento, podendo ocorrer nos variados ambientes das clínicas públicas (Danto, 2019). A construção de espaços coletivos não segregatórios, nos quais transitavam psicanalistas e pacientes, promoveu uma certa horizontalidade no ambiente, ampliando os vínculos criados no local. Isto posto, “as interações sociais relaxantes entre analista e paciente também tinham implicações políticas” (Danto, 2019, p.220).

No mais, a prática compromissada política e socialmente dos analistas ao longo do período do entreguerras transcendeu a relação entre analista e paciente, expandindo-se para o âmbito da formação. Quanto a isso, Pedroso (2020) relata que:

Jovens analistas ofereciam análise em troca de serviços. Virou uma prática comum, como uma responsabilidade social do analista. Todo o analista era obrigado a treinar 2 estudantes sem custo. Se o estudante não podia pagar pela formação, se comprometia a atender gratuitamente na clínica por 2 anos e isso pagava a formação (Pedroso, 2020, p.56).

Assim, é indiscutível a presença de um espírito democratizante no interior do próprio círculo psicanalítico. Este compromisso ético e político perante à formação dos novos analistas aparece no seguinte trecho de Freud (1923/2011), no qual o autor expressa profunda convicção nas instituições psicanalíticas públicas para a garantia da transmissão rigorosa da psicanálise:

Instituições como a Policlínica de Berlim são as únicas em condições de superar as dificuldades que geralmente se colocam para o ensino rigoroso da psicanálise. Elas possibilitam a formação de um número considerável de analistas treinados, cuja atividade deve ser a única garantia possível contra os danos que indivíduos ignorantes e não qualificados, sejam médicos ou leigos, infligem aos doentes (Freud, 1923/2011, p.341-342).

Na perspectiva de Lima (2019), a Policlínica de Berlim é a responsável pela origem do tripé de formação da psicanálise, o qual é composto por supervisão, análise pessoal e estudo teórico, sendo este último, naquela época, principalmente realizado através das associações e seminários. Especificamente a respeito da supervisão, o mesmo autor alega que, diferentemente do que conhecemos atualmente, a supervisão do entreguerras assemelhava-se a uma espécie de articulação de rede. Isto significa que a formação de novos psicanalistas visava o credenciamento

destes a institutos, associações e sociedades, o que os possibilitaria transitar pelas policlínicas e ambulatórios de outros países ou até mesmo a construir seus próprios projetos (Lima, 2019). Esta criação de uma rede psicanalítica “[...] fez com que os aproximadamente 20 analistas dos anos 10 viessem a ser mais de 500 no fim dos anos 30, promovendo, divulgando e expandindo o freudismo em diversos cantos da Europa” (Lima, 2019, p.300).

No tocante à posição político-partidária dos analistas das clínicas públicas, não existia consenso. Para Lima (2019) o espírito progressista era heterogêneo, havendo um amplo espectro que abarcava desde a social-democracia até o comunismo. Em consonância, Danto (2019) pontua que a geração mais jovem de psicanalistas estava ligada a uma perspectiva revolucionária, enquanto os mais antigos, incluindo o próprio Freud, pertenciam a uma tradição liberal clássica.

Dentre os freudianos mais engajados politicamente, vale destacar Wilhelm Reich e Otto Fenichel. Declaradamente marxistas, ambos os autores introduziram um cunho político nas experiências das clínicas vienense e berlinense, respectivamente (Danto, 2019). Ao compreenderem o sofrimento humano em relação com a sociedade, ampliaram a concepção das neuroses, articulando-as com a opressão política e a desigualdade social. Na visão de Danto (2019):

Quando Fenichel e Reich argumentaram que sua postura em relação à política, à sexualidade e à totalidade da teoria e da práxis estava mais próxima do Freud original, eles estavam corretos. A psicanálise só poderia atingir seu pleno potencial em uma sociedade socialista (Danto, 2019, p.344).

Entretanto, embora certos psicanalistas apresentassem um maior envolvimento com ideias e práticas marxistas, Gabarron-Garcia (2022) ressalta a problemática de considerá-los individualmente como revolucionários, perdendo de vista o caráter revolucionário inerente à época em que estavam inseridos. Como ressaltado por Pedroso (2020), a ampliação do campo de atuação da psicanálise se deu à medida que o Estado aumentou suas atividades com o intuito de atender as necessidades dos cidadãos. Neste sentido, o engajamento político dos psicanalistas no projeto das clínicas públicas é indissociável do contexto revolucionário que permeava o continente europeu no entreguerras (Gabarron-Garcia, 2022).

A partir do exposto, é inegável afirmar que as clínicas públicas correspondem a uma materialização do desejo freudiano de democratização do tratamento psicanalítico, que encontrou nas democracias europeias o terreno para se concretizar. Por meio dos esforços dos analistas da

primeira e segunda geração, que demonstraram uma responsabilidade pela transformação social e um compromisso ético-político frente às demandas do pós-guerra, a práxis psicanalítica transgrediu as limitações do liberalismo e passou a compor a luta por uma sociedade mais igualitária (Nunes, 2020; Danto, 2019).

4.4. O recálque dessa história

A nomeação de Hitler a chanceler do Reich em 1933 implicou novas configurações ao continente europeu. A partir desse momento, os nazistas passaram a exercer um controle político, cultural e social na Alemanha. Sendo assim, iniciou-se uma violenta perseguição contra judeus, social-democratas, comunistas, dentre outros (Lohmann; Rosenkotter, 1985).

Tendo em vista a quantidade de psicanalistas que se enquadravam nesses grupos, instaurou-se uma campanha contra o movimento psicanalítico e seus membros. Dessa maneira, houve um processo de arianização da psicanálise, que foi substituída pela chamada nova psicoterapia alemã, “[...] segundo a qual todas as doenças mentais eram uma questão de raça e toda a saúde mental uma questão de higiene racial” (Danto, 2019, p.333). Nesta conjuntura, o vocabulário psicanalítico foi eliminado, as obras freudianas foram queimadas em exposição pública e a Policlínica de Berlim passou a ser operada a partir da ideologia nazista, sendo “[...] transformada em um horrível centro de triagem no qual os psicanalistas condenavam seus pacientes à morte” (Danto, 2019, p.329).

Para mais, com a anexação da Áustria à Alemanha nazista em março de 1938, a experiência psicanalítica vienense também passou a ser nazificada. Conforme Lima (2019, p.306): “o Ambulatório, a Biblioteca e o Instituto seriam inteiramente destruídos, com documentos e registros dizimados, a Editora confiscada, e um toldo com uma suástica é posto na fachada da Bergasse 19, casa de Freud”. Nesse contexto, a medicina do Terceiro Reich incluiu em seu trabalho a destruição da psicanálise, apagando o seu vocabulário, as suas obras, as suas instituições e os seus profissionais (Roudinesco, 2016).

Por sua vez, a repressão do movimento psicanalítico não se deu apenas por instâncias exteriores. Segundo Danto (2019), a partir de 1930, notou-se um crescente conservadorismo político presente no interior do movimento psicanalítico. Sob a justificativa de garantia da sobrevivência da psicanálise e com o intuito de assegurar a posição social dos analistas alemães a ela ligados, o próprio movimento psicanalítico colocou-se a serviço da ideologia dominante e

passou a excluir tanto analistas judeus quanto marxistas (Brainin; Kaminer, 1985). Desse modo, de acordo com Lohmann e Rosenkotter (1985), os psicanalistas alemães que não emigraram após a vitória do nacional-socialismo estavam, majoritariamente, dispostos a uma adaptação ou até mesmo a uma adesão à nova ordem. “A ‘salvação’ da Psicanálise deu-se graças à adaptação e submissão às exigências sociais nazistas, incluindo-se ela como forma terapêutica numa instituição pública, sem poder nem ao menos manter seu nome original” (Brainin; Kaminer, 1985, p.42).

No que tange às ações repressivas por parte do movimento psicanalítico, pode-se citar “arianização de comitês de direção, exclusão de judeus, até mesmo perseguição autossegregativa de todos os que se relacionam com a militância política, sejam eles analistas ou analisantes” (Dunker, 2022, p.9).

A perseguição de psicanalistas engajados politicamente evidencia-se com a expulsão de Wilhelm Reich da IPA no ano de 1933. Para Gabarron-Garcia (2022) e Danto (2019), Reich foi expulso sem comunicação prévia sob o argumento de que enquanto não fosse membro de uma organização local, não poderia compor a Associação Internacional. Porém, o verdadeiro motivo residia em sua posição político-partidária, vista como ameaçadora para a psicanálise naquele momento. Este acontecimento “[...] proclama a sentença de morte oficial para o engajamento político de todos os analistas, mas também anuncia a iminente racialização do Instituto de Berlim: em breve, será a vez de todos os judeus serem expulsos” (Gabarron-Garcia, 2022, p.100). Nos anos seguintes, os grandes nomes da Policlínica de Berlim e do Ambulatório de Viena deixaram as cidades, incluindo Freud, que se exilou em Londres em 1938 (Danto, 2019).

Como supracitado, as tentativas de conter o envolvimento político não se restringiu aos psicanalistas das clínicas públicas, estendendo-se também para os analisantes. Em 1935, os adeptos da suposta salvação da psicanálise proibiram os analistas de atenderem pacientes que se colocavam contrários ao regime nazista (Danto, 2019). Contudo, como ressaltado por Gabarron-Garcia (2022), além de um conflito ideológico, esta proibição equivale a um impasse ético, uma vez que impedir o paciente de discorrer a respeito de seu engajamento político durante o tratamento analítico contraria um dos princípios fundamentais da psicanálise: a associação livre. Logo, a crença na salvação da psicanálise é falaciosa, pois o ataque ao envolvimento social e político de analistas e analisantes é, em última instância, um ataque à própria psicanálise.

As constantes ofensas à estrutura de bem-estar social, construída nas democracias do entreguerras, e ao movimento psicanalítico e seus membros culminaram no encerramento das clínicas públicas em março de 1938, o que restringiu o tratamento psicanalítico ao público de consumidores burgueses (Danto, 2019).

Como assinalado por Lima (2021), concomitantemente ao processo de democratização da psicanálise, houve uma alta carga de burocratização devido ao interesse na institucionalização desta disciplina, o que se intensificou durante o regime nazista. Segundo Roudinesco e Plon (1998), entre 1919 e 1933, a Associação Psicanalítica Internacional transformou-se em uma máquina burocrática, cujo foco era dirigido exclusivamente às questões técnicas e ao âmbito da formação de psicanalistas. De acordo com os mesmos autores, a partir de 1925, ao ser instaurada a obrigatoriedade da análise didática e da supervisão, a IPA passou a ser uma organização hierarquizada, apresentando inúmeras regras de formação e admissão, que buscavam normatizar e controlar a transmissão da teoria psicanalítica. Assim, a psicanálise passou a ser apolítica e acrítica, tendendo ao isolamento intrainstitucional (Fuks, 2019).

Neste contexto, vale ressaltar a influência de Ernest Jones no tocante ao processo de despolitização e elitização do movimento psicanalítico. De acordo com Dunker (2022), o psicanalista inglês, presidente da Associação Psicanalítica Internacional durante o regime nazista, capitaneou as tentativas de adaptação da psicanálise ao Terceiro Reich.

Pouco simpático aos freudianos de esquerda, Jones, graças ao colapso do movimento revolucionário no velho continente, pretende rever a articulação da psicanálise com o campo político e reorientá-la para uma perspectiva mais ‘razoável’, ou seja, para o liberalismo ou o parlamentarismo burguês tal como existente nos países anglo-saxões (Gabarron-Garcia, 2022, p.99).

Através do argumento de uma ortodoxia psicanalítica, falsamente representada por uma postura apolítica de neutralidade científica, Ernest Jones repreendeu as experiências políticas, sobretudo na Alemanha e na Áustria, e deslocou o centro do movimento psicanalítico para o eixo anglo-saxão (Gabarron-Garcia, 2022). Em consonância, Danto (2019) aponta que, diferentemente das demais, a clínica pública londrina avançou na década de 1930. Isto posto,

[...] durante e depois da Segunda Guerra é que Londres se afirmará como o centro decisivo na história da psicanálise. Seja pela inegável capacidade administrativa e diplomática (para o bem e para o mal) de Ernest Jones, aliada à recepção de Freud e sua família em 1938 em Londres, com o auxílio de Marie Bonaparte, seja por uma série de razões econômicas, sociais, diplomáticas e geopolíticas, será justamente ao longo dos anos 40 que a hegemonia ipeísta

londrina se instala por definitivo enquanto polo irradiador da difusão expansionista e internacionalista do freudismo e, não por acaso, do que poderíamos chamar de pós-freudismo (Lima, 2019, p.306).

Na mesma direção, Dagfal (2009a) aponta que, em 1948, da totalidade dos 800 membros da Associação Internacional, 450 eram estadunidenses e 122 ingleses. Dessa forma, 72% dos membros da mais importante instituição psicanalítica da época viviam num mundo anglófono. Assim, segundo Roudinesco e Plon (1998), entre 1933 e 1965, a IPA foi amplamente dominada pela língua inglesa e por correntes psicanalíticas que se distanciavam do classicismo freudiano.

À vista disso, em meio a esse contexto europeu, o movimento psicanalítico apresentou uma posição inegavelmente ativa no recalçamento de seu comprometimento com a justiça social e daqueles empenhados na garantia desta. Como substituto sintomático, o discurso londrino acerca de uma psicanálise neutra e apolítica, conhecido até os dias de hoje, tornou-se hegemônico, deixando “[...] um saldo histórico de práticas autoritárias, colaboracionistas, disciplinares e acríticas no interior da própria transmissão da psicanálise, sobretudo no modelo de formação de psicanalistas” (Dunker, 2022, p.9). Por esse ângulo, nota-se que

As consequências do nazismo no movimento psicanalítico são de longo alcance e atingiram as dimensões de um trauma, até hoje não suplantado. Consequências que vão desde a expulsão e homicídio de analistas, à destruição de instituições psicanalíticas no continente europeu, e à incorporação da Psicanálise alemã no sistema estatal nazista. Tudo isso atua, até hoje, de forma inconsciente, como pode ser demonstrado pelos relatos posteriores, distorcidos e contraditórios, induzindo o esquecimento e o desrespeito para com os fatos históricos reais (Brainin; Kaminer, 1985, p.23).

Por outro lado, na contramão desse apoliticismo, os analistas com compromisso político e social mantiveram-se atuando, nas mais variadas formas, rumo ao resgate do impulso progressista que guiou a psicanálise durante o entreguerras (Danto, 2019). Isto evidencia que

A Psicanálise ficou abalada durante o regime nazista, mas não morreu completamente. A força de suas ideias deixaram uma impressão indelével em algumas pessoas que viveram o Nazismo na Alemanha, mas que haviam sido psicanalisadas antes de 1937 ou tinham tido contato com o seu patrimônio intelectual. Preservara-se a convicção de que a Psicanálise devia ser reanimada, juntamente com a certeza da obrigação social que significava criar policlínicas, no sentido de Eitingon e Simmel (Dräger, 1985, p.21).

A partir desse momento, a vitalidade da força política da Viena Vermelha e do movimento psicanalítico dos anos 1920 seguiu outros rumos.

5. O FIO VERMELHO DA PSICANÁLISE

Este capítulo foi intitulado a partir da metáfora estabelecida por Gabarron-Garcia (2022), que nomeou as experiências revolucionárias do movimento psicanalítico como “[...] um fio vermelho que percorre toda a história da psicanálise” (Gabarron-Garcia, 2022, p.119). Tendo isso em vista, buscou-se rastrear esse fio com o fim de retomar a vitalidade da teoria e da prática psicanalíticas.

5.1. Otto Fenichel: o retrato do compromisso político dos freudianos

5.1.2. A segunda geração de psicanalistas

A segunda geração do movimento psicanalítico foi composta por psicanalistas que nasceram por volta de 1900, tendo vivenciado o fortalecimento do movimento juvenil europeu, a Primeira Guerra Mundial, as revoluções do pós-guerra e o exílio devido à ascensão do nazismo (Jacoby, 1983). Diante desse contexto político fervoroso, estes analistas incluíram a psicanálise em um amplo projeto social, concebendo-a enquanto uma força política com notável teor subversivo e crítico ao status quo (Palumbo, 2019). Neste sentido, os psicanalistas da segunda geração direcionaram os seus esforços teóricos e práticos para questões sociais e culturais, ditas extra-clínicas, expandindo o potencial de atuação psicanalítico para além da terapêutica individual, mantendo-se devotos ao espírito audacioso intrínseco à própria psicanálise (Jacoby, 1983; Palumbo, 2019).

Seja na elaboração das concepções metapsicológicas ou das novas discussões sobre técnica, seja na construção dos serviços de saúde, onde os psicanalistas faziam parte de sua formação ou atuavam profissionalmente, essa geração se juntou a um processo de institucionalização do movimento psicanalítico que fora marcado, naquela conjuntura, por essa relação ideológica com a esquerda política e com certas tendências culturais de caráter progressista (Palumbo, 2019, p.35).

Dito isso, a história política desses psicanalistas também se relacionou com a história da institucionalização do movimento psicanalítico, dado que o vínculo com uma agenda política de esquerda permitiu com que a psicanálise se inserisse no campo social, favorecendo a expansão das ideias e do método freudianos. Frente à essa ampliação, que teve como centro a cidade de Berlim durante os anos de 1919 e 1933, a Associação Psicanalítica Internacional ocupou um

papel de controle da transmissão e da prática psicanalíticas, na tentativa de unificar a forma pela qual a psicanálise era disseminada (Palumbo, 2019).

Foi neste cenário marcado por transformações, tanto da sociedade quanto da psicanálise, que Otto Fenichel se inseriu no movimento psicanalítico. Na perspectiva de Jacoby (1983), o respectivo psicanalista representa o espírito de sua época: jovem ativista, judeu, psicanalista, socialista e imigrante. Ainda, Palumbo (2019) defende que a vida de Fenichel também revela as contradições decorrentes da relação entre as instituições psicanalíticas e o movimento político de esquerda, expressando a história política da psicanálise. Por estes motivos, o presente trabalho optou por analisar, ainda que de modo breve, as contribuições de Otto Fenichel à história de uma psicanálise com compromisso político e social.

5.1.2. Psicanálise e política: um projeto de psicologia dialético-materialista

O envolvimento de Otto Fenichel com a psicanálise foi oficializado em 1920, quando tornou-se membro da Associação Psicanalítica de Viena. De início, o seu engajamento político era secundário em comparação ao interesse científico na promoção de práticas pedagógicas e terapêuticas que visavam produzir mudanças nos seres humanos. Em outras palavras, Fenichel dedicava-se a um trabalho reformista de cunho político-pedagógico, no qual a psicanálise promoveria mudanças sociais a partir da constituição de uma nova educação, que implicaria em um novo projeto de homem (Palumbo, 2019).

De acordo com Palumbo (2019), no ano de 1924, Fenichel assumiu o cargo de médico residente da Policlínica de Berlim. Em meio a esse ambiente, criou o Seminário das Crianças, o qual correspondia a um locus de atividade para analistas jovens (Jacoby, 1983). Os encontros semanais desse grupo permitiam um espaço horizontal para os psicanalistas em formação, possibilitando a discussão de fundamentos clínicos e de qualquer outro tema necessário para o objetivo terapêutico, como as possíveis relações teóricas entre psicanálise e socialismo. Em vista disso, vale ressaltar o caráter intergeracional que permeava o ambiente da Policlínica de Berlim. Como o próprio nome já indica, o termo “crianças” refere-se a forma como os jovens analistas eram vistos pelos psicanalistas mais experientes da primeira geração. Além das diferenças etárias entre eles, também coexistiam distintos modos de pensar a práxis psicanalítica, sendo o Seminário o espaço de promoção das ideias da geração mais nova, o que acabava por desagradar os analistas mais clássicos (Palumbo, 2019).

Em 1930, Wilhelm Reich mudou-se para Berlim e passou a integrar o Seminário das Crianças (Danto, 2019). A partir do convívio com Reich, no qual eram discutidas questões de ordem clínica, política e científica, Fenichel aproximou-se da literatura marxista (Palumbo, 2019). Somado a esse encontro, a crise de 1929 e a ameaça do nazismo contribuíram para que Fenichel se radicalizasse no socialismo, transcendendo a interlocução exclusivamente teórica com a esquerda política e passando a refletir sobre as implicações sociais da psicanálise (Jacoby, 1983; Palumbo, 2019). Sendo assim, a partir desse momento, o grupo de freudianos políticos da capital alemã aprofundou-se nos debates marxistas.

Especificamente no ano 1934, com a publicação do artigo intitulado “Sobre a psicanálise como germen de uma futura psicologia dialético-materialista”, Otto Fenichel introduziu publicamente o componente dialético-materialista no pensamento psicanalítico (Palumbo, 2019). Neste, apesar de ciente dos desvios idealistas, Fenichel (1934/1967) defendeu a materialidade da psicanálise, alegando que o psiquismo configura-se enquanto um derivado da realidade material. Isto porque, para o autor, os fenômenos psíquicos são explicados a partir do efeito das condições materiais reais sobre as forças instintivas. Assim sendo, “as circunstâncias econômicas influenciam o indivíduo direta e indiretamente através do desvio produzido na sua estrutura psíquica mutável” (Fenichel, 1934/1967, p.298, tradução nossa).

Tal como os marxistas, Palumbo (2019) aponta que Fenichel compreendeu o estabelecimento da vida psíquica como a transformação de um corpo biológico em um corpo dentro da história. Para compreender essa passagem, faz-se necessário um pensamento dialético. Desse modo, a análise da psique deve ser dinâmica, concebendo-a como uma interação dialética entre os instintos biológicos e as condições sociais de existência (Holland, 1985). Em consonância, conforme visto por Jacoby (1983), Fenichel compreendia a etiologia da neurose como questões sociais e históricas. Neste sentido, a forma de adoecimento neurótico muda à medida que as estruturas sociais e morais da sociedade se transformam. Portanto, “a história carimba a neurose com sua insígnia” (Jacoby, 1983, p.102, tradução nossa).

Tendo isso em vista, Fenichel defende que a psicanálise opera conforme a tradição marxista, uma vez que contém elementos materialistas e analisa os fenômenos psíquicos a partir do método dialético (Palumbo, 2019). Nos termos de Fenichel (1934/1967):

[...] as necessidades, por sua vez, são alteradas pela prática de produção, assim como o clima e o solo em que se produz estão sujeitos a tais transformações. E a

dependência essencial dos fatores ambientais sobre o "lugar social", a relação social concreta em que um indivíduo representa, é claramente evidente. Portanto, a exigência do psicanalista de que “Devemos procurar por trás dos fenômenos concretos da consciência o inconsciente” parece-nos ser de fato a aplicação na esfera psicológica do mesmo princípio que os marxistas usam na esfera sociológica: “Devemos encontrar por trás dos pretextos que são responsabilizados pelos eventos históricos as relações produtivas materiais ocultas efetivas que são a causa real (Fenichel, 1934/1967, p.302, tradução nossa).

Ao defender o caráter materialista-dialético da psicanálise, Fenichel, paradoxalmente, realizou uma leitura ortodoxa do pensamento freudiano, fazendo surgir o naturalismo científico, expresso através da ênfase na teoria dos instintos. Isto porque o naturalismo foi utilizado com o fim de cumprir com os compromissos científicos exigidos pela postura materialista (Palumbo, 2019). Dessa maneira, ser fiel a uma sociologia marxista configura-se como pré-condição para a prática psicanalítica a partir de um ponto de vista freudiano impecável (Danto, 2019). Sendo assim, por ser derivado das condições materiais, o psiquismo deve ser investigado através dos mesmos princípios da realidade material, visto que “[...] a capacidade que se tem de enunciar algo sobre essa realidade deriva da capacidade de experimentar (em sentido amplo) esta mesma realidade” (Palumbo, 2019, p.80). Dessa forma, Fenichel (1934/1967) demanda que a natureza psíquica seja compreendida cientificamente do mesmo modo que o restante da natureza. Com isso, conclui-se que, para Fenichel, tal como o marxismo, a psicanálise corresponde a uma disciplina científica, apresentando um rigor metodológico, que a partir de observação empirista, é capaz de buscar uma explicação causal para os fenômenos, além de promover princípios universais e resultados verificáveis (Jacoby, 1983; Palumbo, 2019). Acerca disso, Fenichel (1934/1967) afirma:

[...] muitos analistas, não tão limitados em ponto de vista, analisaram os proletários e estabeleceram que as leis científicas da vida interior do homem que a pesquisa psicanalítica revelou são geralmente válidas independentemente das distinções de classe; além disso, que as neuroses da nossa cultura são surpreendentemente semelhantes em todas as classes; que algumas diferenças que, no entanto, existem conduzem a diferenças nas condições de vida das crianças da classe média e do proletariado; e que, graças à proposição de que “a ideologia de uma sociedade é a ideologia da sua classe dominante”, as visões “morais” do proletariado são em toda parte surpreendentemente semelhantes às da classe média [...] (Fenichel, 1934/1967, p.310, tradução nossa).

Porém, impõe-se outro paradoxo a respeito do objetivo da psicanálise, o qual deveria consistir em buscar leis universais que regem o funcionamento psíquico ou em analisar a

singularidade da vivência. Na perspectiva de Palumbo (2019), esta contradição resolve-se com o uso do método dialético, em que a experiência particular serve como exemplar do conhecimento universal dos processos psíquicos. Dessa maneira, “[...] a psicanálise versa, enquanto ciência natural, sobre processos psicológicos comuns e passíveis de inteligibilidade, mas que se manifestam particularmente” (Palumbo, 2019, p.151).

Não obstante, para Fenichel (1934/1967) o conhecimento materialista da psicanálise serve a um propósito prático. Dito isso, o autor defende que a legitimidade e a validade epistemológica da psicanálise dependem de recorrer ao valor social e histórico de sua teoria e prática (Palumbo, 2019). Neste sentido, Fenichel (1934/1967) alega que o tratamento individual das neuroses é insuficiente para englobar a enormidade da miséria material, sendo necessário um estudo profilático para compreender as raízes do adoecimento neurótico. Conforme Palumbo (2019), Fenichel defendia que a profilaxia deveria ser realizada a partir de transformações na educação, posto que acreditava que as causas da neurose residiam de medidas educacionais desfavoráveis socialmente determinadas. Ainda, Danto (2019) pontua que Fenichel acreditava ser tarefa da psicanálise oferecer ajuda direta aos indivíduos que possuíam um sofrimento psíquico ao invés de dar alento moral à burguesia, incentivando os colegas a aplicarem a teoria política e a prática clínica gratuitamente, tal como foi feito nas experiências das clínicas públicas da Europa.

A partir do exposto, é possível afirmar que o contato com o marxismo, embora datado e pouco profundo, transformou o modo como Fenichel compreendeu o conhecimento psicanalítico, a finalidade prática deste e a função terapêutica da psicanálise (Palumbo, 2019). Isto resultou em uma perspectiva ortodoxa quanto ao conhecimento psicanalítico, defendendo o caráter científico-natural da psicanálise. Por não enxergar nenhuma contradição entre psicanálise e marxismo, Fenichel (1934/1967) retratou a psicanálise enquanto única ciência empírica da vida anímica que satisfaz as demandas materialistas, constituindo-se como o núcleo de uma psicologia dialético-materialista.

De fato, Fenichel, ao mesmo tempo em que se empenhou bastante para desenvolver seu projeto de psicologia dialético-materialista e promover as pautas da esquerda política dentro desse movimento, acabou contribuindo, graças às estratégias escolhidas por ele, para que esse mesmo projeto se restringisse à defesa dos aspectos científico-naturais das teorias psicológicas de Freud e a uma associação um tanto quanto suspeita com os colegas dos aparatos

institucionais desse movimento que defendiam a ‘clássica’, ‘conservadora’ e ‘ortodoxa’ psicanálise de Freud (Palumbo, 2019, p.189).

5.1.3. Os rumos de uma psicologia dialético-materialista no contexto de exílio

Com o advento do nazismo na Alemanha, os analistas dialético-materialistas que se uniam no Seminário das Crianças foram separados devido ao contexto do exílio. Na tentativa de manter a unidade desse grupo e promover uma continuidade na elaboração do projeto de uma psicologia dialético-materialista, Otto Fenichel organizou uma rede informal e clandestina de cartas circulares, denominada *Rundbriefe*, que perdurou durante o período de 1934 a 1945 (Roudinesco; Plon, 1998). Nestas 119 cartas, Lima (2019) indica a presença de discussões sobre os rumos teóricos e políticos do freudismo a despeito da centralidade londrina, transitando pela Europa, Estados Unidos e América Latina. Dessa forma, colocando-se como antítese do apoliticismo vigente, os analistas dialético-materialistas reacenderam o impulso progressista que guiou a psicanálise após a Primeira Guerra Mundial. (Danto, 2019).

Para os leitores atuais, as *Rundbriefe* podem ser uma história da psicanálise, da política e de novas publicações. Mas para aqueles que as escreveram, dia após dia, as cartas eram lembretes vibrantes de discussões noturnas nas salas enfumaçadas do seu velho café (Danto, 2019, p.362).

Contudo, o círculo de Fenichel não apresentava um consenso, havendo diversas discordâncias entre os membros (Jacoby, 1983). Dentre estas, a divergência com Wilhelm Reich foi a mais significativa. No plano teórico, o distanciamento dos princípios freudianos, por parte de Reich, desagradava Fenichel e o restante dos analistas do grupo (Palumbo, 2019). Ademais, para Roudinesco e Plon (1998), a oposição política entre ambos referia-se aos distintos meios de se lutar contra o nazismo, enquanto Reich escolhia o embate declarado, Fenichel optava pela luta clandestina. Desse modo, este último, temendo que os princípios psicanalíticos não sobrevivessem fora do ambiente da IPA, defendia a permanência nesta instituição, julgando ser mais produtivo convencer os jovens psicanalistas dentro desse ambiente (Palumbo, 2019). Assim, segundo Harris e Brock (1991), os membros das *Rundbriefe* escolheram a posição fenicheliana, tendo elaborado as cartas, inicialmente, na intenção de facilitar a organização de uma plataforma de oposição marxista dentro da Associação Psicanalítica Internacional com o fim de opor-se ao crescimento das forças conservadoras no interior do movimento psicanalítico. No mais, os mesmos autores apontam que, em dezembro de 1934, os membros das cartas circulares

decidiram que Reich não poderia participar do círculo interno, fazendo com que ele deixasse de receber as cartas.

Além disso, devido à nazificação da Policlínica de Berlim, o centro do movimento psicanalítico voltou-se para Viena (Palumbo, 2019). De acordo com Holland (1985), os psicanalistas vienenses estavam menos dispostos ao envolvimento político, fortalecendo a noção de neutralidade da psicanálise, que aparecia como uma tentativa de escapar da repressão nazista. Por outro lado, como outro sintoma do recalque da psicanálise, surgiram os chamados “neofreudianos”, referentes aos analistas rejeitados pelos ortodoxos, os quais defendiam um sociologismo fraco e desconsideravam algumas das noções psicanalíticas clássicas (Jacoby, 1983).

Ademais, no ano de 1938, após a invasão da Áustria pela Alemanha nazista, Otto Fenichel decide sair da Europa em direção aos Estados Unidos (Palumbo, 2019). Neste país, os analistas com compromisso político e social encontraram ainda mais dificuldades. A psicanálise em solo estadunidense passava por um momento de profissionalização e medicalização, no qual defendia-se que a prática psicanalítica fosse reservada aos médicos, retirando-lhe suas implicações políticas e sociais e limitando-a a uma terapia individual (Holland, 1985; Jacoby, 1983). Não obstante, essa simplificação da psicanálise a uma especialidade médica expressou-se na tradução dos textos freudianos, em que foi escolhido um vocabulário técnico e científico em detrimento do poético vocabulário alemão (Jacoby, 1983). “A tradução da psicanálise em um empreendimento profissional e científico afetou sua linguagem, seu espírito, sua amplitude e até mesmo aqueles que por ele eram atraídos; cada vez menos indivíduos com compromissos humanistas, intelectuais ou políticos entraram na disciplina” (Jacoby, 1983, p.141, tradução nossa). Neste sentido, a transmissão da psicanálise foi restringida, fazendo com que, tal como dito por Jacoby (1983), os jovens analistas estudassem um Freud desvitalizado.

Ainda, Jacoby (1983) assinala os benefícios da medicalização da psicanálise para os profissionais da medicina. Segundo o autor, além de ganharem maior respeitabilidade, também garantiriam um comércio maior e mais lucrativo, o que reflete uma visão mercadológica referente à prática analítica. Ademais, este mesmo autor também pontua que a proibição dos analistas leigos atuou como um filtro humano, no qual apenas estudantes convencionais e conservadores conseguiam pagar por uma faculdade de medicina e, por esta razão, tornavam-se psicanalistas. Dentre os estudantes que não passavam pelo filtro, tinha-se as mulheres, que, em

contrapartida ao Seminário das Crianças no qual eram maioria, pouco tinham acesso às faculdades de medicina e, conseqüentemente, ao cenário psicanalítico estadunidense. Portanto, a psicanálise estadunidense foi se configurando de uma forma elitista e inacessível.

Somada a medicalização e profissionalização, tinha-se a insegurança dos analistas imigrantes, a hostilidade direcionada ao marxismo e o impacto das teorias neofreudianas nos Estados Unidos. Isto contribuiu para a chamada “domesticação da psicanálise”, na qual, tal como visto na Europa sob o jugo do nazismo, a força política vital fora abandonada em prol de uma sobrevivência dos psicanalistas e da própria psicanálise (Jacoby, 1983). Sendo assim, como dito por Palumbo (2019), a americanização da psicanálise aparece como uma continuação da repressão instituída pelo nazismo europeu, o que pode ser caracterizado como uma resistência perante ao desenvolvimento de uma psicanálise política.

Em meio a esse cenário, Fenichel, ciente de que o exílio não seria temporário e inseguro quanto a sua posição na sociedade estadunidense, optou por aliar-se à ortodoxia vienense, priorizando a luta pela preservação da psicanálise clássica contra a ameaça médica e os neofreudianos em detrimento de uma luta política (Jacoby, 1983). Sendo assim,

Cada vez mais, a "política" da psicanálise para Fenichel se resumia a uma luta dentro da profissão para preservar a teoria freudiana clássica, à medida que a psicanálise se tornava uma instituição americana. Ele dedicou a maior parte de sua energia agora ao ensino e à formação de organizações profissionais e institutos de ensino, esforçando-se sempre para afastar os perigos gêmeos da superespecialização e da regressão teórica (Holland, 1985, p.167, tradução nossa).

O abandono da luta por uma psicanálise alinhada com a justiça social também foi expressado nas *Rundbriefe*, que se tornaram discussões teóricas pouco políticas e sociais (Jacoby, 1983). Em conformidade, Palumbo (2019) pontua que os debates foram concentrados nos desvios da psicanálise científico-natural e na defesa da análise leiga. No entanto, na perspectiva do mesmo autor, isso não significou o abandono completo, no âmbito teórico, do projeto de uma psicologia dialético-materialista.

Pessimista frente à sobrevivência da psicanálise no cenário estadunidense e cansado dos esforços despendidos na organização das cartas circulares, Fenichel decidiu, em 1945, finalizar as trocas de cartas que marcaram dez anos de exílio (Palumbo, 2019). Além de documentarem a história dos rumos da psicanálise durante uma década, as cartas secretas também foram “[...] a

crônica excepcional da luta de um marxista para relatar a história, aceitar suas contradições e combater, tanto pela correta aplicação da psicanálise à sociologia, quanto pela própria existência da psicanálise freudiana” (Danto, 2019, p.361). Através das cartas, “Fenichel se fez porta-voz de um freudismo clinicamente e conceitualmente ortodoxo, tendo feito sobreviver uma ‘psicanálise política’ em tempos sombrios e terras inóspitas” (Lima, 2019, p.307).

Tendo isso em vista, as *Rundbriefe* evidenciaram o empenho intelectual de Otto Fenichel em manter vivo o projeto de uma psicologia dialético-materialista, retratando como o psicanalista correspondia ao espírito central da existência desse debate (Danto, 2019; Palumbo, 2019). Isto porque, conforme Palumbo (2019), Fenichel escrevia uma carta e enviava para todos os membros, sendo responsável também por reunir todas as respostas, resumi-las e agregar as réplicas em novas cartas, mantendo todos cientes e incitando as discussões.

No ano de 1946, Otto Fenichel faleceu devido a um aneurisma cerebral enquanto realizava o internato para conseguir um diploma de medicina nos Estados Unidos. Junto ao fim das *Rundbriefe*, a brevidade da vida de Fenichel contribuiu para a desmobilização dos analistas comprometidos política e socialmente (Jacoby, 1983). “Os caminhos que se cruzaram e se juntaram no Instituto de Berlim divergiram agora para sempre, frustrando qualquer esperança de enfrentar a ameaça nazista ou qualquer outro envolvimento político numa frente psicanalítica unida” (Holland, 1985, p.163, tradução nossa). Entretanto, como evidenciado por Harris e Brock (1991), esses analistas não foram totalmente derrotados, permanecendo atuando por outros meios.

Em síntese, o processo de recalque de uma psicanálise com compromisso político e social ocorrido na Europa nazista encontrou continuidade nos Estados Unidos na década de 1940. Dessa maneira, o movimento psicanalítico avançou no recalque dos freudianos de esquerda, prejudicando a vitalidade da própria teoria. Ainda, os próprios analistas da segunda geração apresentaram uma posição ativa nesse processo, intensificando e facilitando o recalque ao silenciar-se e censurar os seus passados (Jacoby, 1983). Devido a esse apagamento do envolvimento político da psicanálise, a partir da década de 1950, Otto Fenichel passa a ser conhecido no movimento psicanalítico enquanto um freudiano ortodoxo, tendo as suas contribuições políticas caído no inconsciente da teoria (Palumbo, 2019; Jacoby, 1983).

5.2. Wilhelm Reich: o maior dissidente da segunda geração

5.2.1. Uma psicanálise materialista dialética

Na perspectiva de Roudinesco e Plon (1998, p.650), Wilhelm Reich foi: “[...] o maior dissidente da segunda geração freudiana”. Embora tenha se distanciado do movimento psicanalítico e construído uma abordagem terapêutica própria, este capítulo se ateve às contribuições clínico-políticas de Wilhelm Reich à psicanálise.

A vinculação oficial de Reich ao meio psicanalítico ocorreu em 1920 através do seu ingresso na Sociedade Psicanalítica de Viena (Albertini, 2015). Conforme Bedani e Albertini (2009), a história de Reich no movimento de esquerda teve início no ano de 1927, em que, indignado com o massacre policial contra os grevistas vienenses, notou a insuficiência da postura reformista da social-democracia e decidiu filiar-se ao Partido Comunista Austríaco.

A partir desse momento, Reich passou a se engajar em uma proposta de psicanálise materialista dialética (Carvalho, 2021). O autor partiu da premissa de que a vida psíquica era indissociada do contexto social (Danto, 2019). Diante dessa concepção dialética entre homem e sociedade, Reich (1929/1983) definiu que o verdadeiro objeto da psicanálise consiste na vida psíquica do ser social, que, segundo a concepção marxista de Netto e Braz (2006), refere-se ao homem que construiu a sua humanidade através do trabalho.

Na tentativa de comprovar as bases materialistas e dialéticas da psicanálise, Reich (1929/1983) abordou distintos conceitos psicanalíticos, relacionando-os com a existência social. Dentre os conceitos, o autor discorreu sobre o princípio da realidade, alegando que este contém todas as pressões sociais que limitam ou retardam a satisfação das necessidades humanas. No caso do sistema capitalista, o princípio da realidade serve aos interesses da classe dominante, uma vez que esta, ao ser detentora dos meios de produção, possui o domínio sobre a construção e reprodução da vida social em seus mais variados âmbitos (Reich, 1929/1983). Ou seja, “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época” (Engels; Marx, 1998, p.32). Por este ângulo,

A base de tudo está nas condições econômicas; a classe dominante possui um princípio da realidade que serve para a manutenção do seu poder. Inculcar este princípio no proletário, fazer com que ele o admita como absolutamente válido em nome da cultura, equivale a fazê-lo aceitar a sua exploração, a fazê-lo admitir a sociedade capitalista (Reich, 1929/1983, p.48).

Assim como no princípio da realidade, as questões sociais também modelam os conteúdos de outras instâncias psíquicas. Melhor dizendo, o inconsciente foi produzido por processos históricos, sociais e econômicos (Reich, 1929/1983). Portanto, na visão de Reich, a psicanálise confirma a tese marxiana de que a existência social determina a consciência dos sujeitos. “O modo como um sistema social se reproduz estruturalmente nos homens só pode ser captado concretamente, teoricamente e praticamente, se se puser a claro o modo como as instituições, as ideologias, as formas de vida social, etc., modelam o aparelho pulsional” (Reich, 1929/1983, p.50). Dessa forma, a investigação psicanalítica é capaz de introduzir, na análise do fenômeno da luta de classes, os aspectos inconsciente e afetivo, possibilitando a compreensão de seu estabelecimento psíquico. Isto posto, “[...] focalizando alguns fenômenos psíquicos típicos, o então psicanalista/comunista, Reich, percebeu aquilo que nem os psicanalistas, nem os comunistas, cada grupo no seu quadrado, haviam notado: a dialética existente na vida psíquica dos seres humanos” (Albertini, 2015, p.155).

Ademais, o psicanalista austríaco também introduziu um caráter histórico na análise das neuroses, entendendo-as como produto da repressão sexual da sociedade capitalista. Assim sendo, de acordo com Danto (2019), as análises reichianas contextualizaram a sexualidade da classe trabalhadora dentro de uma cultura burguesa dominante, na qual as precárias condições de vida geram o empobrecimento sexual.

Por um lado, a miséria e a necessidade econômica em que o sujeito se encontra enfraquecem o superego e suas inibições, o que o expõe aos maiores perigos. Por outro lado, ‘as neuroses da população operária’ não dispõem do material cultural que lhe permitiria servir-se das vias da sublimação. Por essas razões, a miséria psíquica e a miséria material do sujeito tendem a se confundir (Gabarron-Garcia, 2022, p.66).

Como descrito acima, Reich (1929/1983) considera o processo sublimatório como dependente da realidade material, questionando-se acerca das possibilidades de destinos pulsionais que as precárias condições sociais proporcionam à classe operária. Esta posição reichiana de atribuir às neuroses causas sociais e psicológicas opunha-se à ciência de sua época, na qual concepções organicistas e hereditárias dominavam os debates acerca da saúde mental (Gabarron-Garcia, 2022). Mais do que apenas uma discordância científica, tratava-se também de uma questão política. Segundo Reich (1929/1983) não considerar o contexto social na análise

dos fenômenos psíquicos correspondia a uma postura conservadora que se contrapõe ao caráter revolucionário da psicanálise.

Ciente de que a sociedade produzia neuroses em massa, o autor defendia que a prática psicanalítica deveria ultrapassar os limites do consultório particular e intervir no sentido de proporcionar transformações no contexto social (Bedani; Albertini, 2009). Assim, para Reich, os psicanalistas deveriam, imprescindivelmente, engajar-se em uma luta coletiva contra a repressão sexual, posto que, como visto por Albertini *et.al* (2007), esta era compreendida como uma matriz para a aceitação das demais repressões, acabando por culminar na subjugação da classe operária. Através desse pensamento em que política e sexualidade são indissociáveis, Reich cunhou o termo “revolução sexual”, o qual equivale a um amplo projeto de transformações sociais que implicam em modificações no campo da sexualidade e, dessa forma, evitam a produção de neuroses (Albertini *et.al*, 2007).

Isto reflete uma postura profilática em relação ao adoecimento neurótico. No entanto, é válido ressaltar que diferentemente do movimento higienista vigente na época, a perspectiva preventiva de Reich responsabilizava a ordem social pelo adoecimento dos sujeitos, apresentando como estratégia de prevenção a realização de profundas transformações no status quo (Albertini *et.al*, 2007). Portanto, as medidas profiláticas reichianas não apresentavam um caráter conservador e eugenista, pelo contrário, eram revolucionárias e não serviam aos ideais dominantes.

Dessa maneira, conforme assinalado por Oliveira (2014), Reich acreditava na viabilidade da construção de uma sociedade livre e emancipada de qualquer forma de opressão. Diferentemente da perspectiva freudiana, Reich entendeu o conflito entre sujeito e cultura como historicamente determinado, o que justificava a crença na possibilidade de uma sociedade não produtora de neuroses (Albertini, 2015). Porém, mais do que o destino da saúde dos sujeitos, a sociedade capitalista também coloca em risco os rumos da psicanálise.

O atual modo de existência capitalista da psicanálise estrangula-a, portanto, simultaneamente por fora e por dentro. Freud tem razão: a ciência declina. Mas nós acrescentamos: na sociedade burguesa. Se ela não se lhe adaptar, não existe dúvidas; mas se a psicanálise se adaptar à sociedade burguesa, sofre a mesma morte que o marxismo nas mãos dos socialistas reformistas (Reich, 1929/1983, p.129).

Condenada à ineficácia na sociedade burguesa, a psicanálise só pode ser eficaz após a revolução socialista. Aqui se faz presente uma contradição. Do seio do capitalismo burguês, a psicanálise nasceu, dialeticamente, como um sintoma, atribuindo à exacerbada moral sexual repressiva a responsabilidade pela neurose moderna. Na prática, a psicanálise implica uma revisão de valores no sujeito, destruindo a repressão sexual burguesa e libertando a sexualidade. Neste sentido, a teoria psicanalítica ataca o mundo burguês do qual ela própria se originou. Por ameaçar a existência do aparelho ideológico da classe dominante, a psicanálise torna-se objeto de desprezo e horror na sociedade capitalista, apresentando o seu potencial de atuação limitado diante desse modo de organização social (Reich, 1929/1983). Dito isso, na concepção reichiana, a garantia da existência da psicanálise se dá inexoravelmente pelo engajamento dos psicanalistas na construção de novas formas de sociedade. À semelhança de Freud em 1919, Reich, dez anos depois, parecia convocar os analistas para atuarem no âmbito social e, assim, modificarem o destino da psicanálise.

5.2.2. O psicanalista na cena social

“As discussões teóricas tornam-se habitualmente estéreis, quando as não colocamos no terreno das questões práticas e concretas” (Reich, 1929/1983, p.144). Partindo desse pressuposto, faz-se imprescindível discorrer a respeito da prática psicanalítica de Wilhelm Reich.

De acordo com Oliveira (2014) e Albertini (2015), foi no Ambulatório de Viena, mais especificamente, através do contato com o sofrimento psíquico inerente à pobreza material da classe trabalhadora, que Reich passou a questionar algumas concepções teóricas e práticas da psicanálise, repensando a relação entre o adoecimento neurótico e as condições da vida social. Dessa forma,

A clínica permitia a Reich promover seus interesses sociais, tratando dos problemas emocionais dos pobres e de grupos desfavorecidos como trabalhadores, agricultores, estudantes e outros que recebiam salários muito baixos para pagar por um tratamento privado. Como analista, ele introduziu no ambulatório um cunho político (Danto, 2019, p.168).

Para este jovem psicanalista, a experiência nesta clínica pública revelou os limites do atendimento psicanalítico individual, além de trazer à tona o tema da prevenção da neurose (Albertini *et.al*, 2007). Isto porque, segundo Gabarron-Garcia (2022), Reich observava que o

sujeito da classe trabalhadora estava imerso em uma condição de maior pressão social e urgência psíquica, demandando que o analista buscasse novos caminhos para o atendimento.

Diante disso, Reich passou a refletir sobre os ditos fracassos analíticos, os quais eram considerados pelo movimento psicanalítico como resultantes da inexperiência de analistas ou de resistências do paciente (Albertini, 2015). Ainda, em relação ao alcance do tratamento, Reich passou a se questionar sobre a forma de atender os pacientes operários que não podiam despender muito tempo para a análise (Gabarron-Garcia, 2022). Frente a essas questões, o psicanalista austríaco formulou a hipótese de que os problemas citados refletiam as limitações da técnica psicanalítica, sendo necessário adaptá-la em função da estrutura do caso, isto é, à medida em que surgiam atendimentos com novas circunstâncias (Weinmann, 2002). Por esta razão, Reich criou o Seminário da Técnica, o qual promovia calorosas discussões e reflexões técnicas no interior do Ambulatório de Viena (Albertini, 2015).

Ciente das limitações das práticas psicanalíticas vigentes, Albertini (2015) pontua que Reich optou por investir em um trabalho de prevenção social, distanciando-se de uma atuação baseada em uma cura exclusivamente individual. “O seu deslocamento em direção à cena social acarretava a abertura de um espaço repleto de novidades: o campo do movimento do proletariado de Viena” (Albertini, 2015, p.133)

Preocupado com a miséria sexual e social da classe trabalhadora, Reich criou, em 1929, seis Clínicas de Higiene Sexual para Trabalhadores e Empregados na cidade de Viena, as quais perduraram por volta de vinte meses (Albertini, 2015). Conforme Danto (2019), estas referiam-se a clínicas de aconselhamento sexual gratuitas, em que se misturavam aconselhamento psicanalítico, conselhos marxistas e informações contraceptivas.

Em 1930, tal como visto por Danto (2019), Reich demitiu-se do Ambulatório de Viena e se mudou para Berlim. De início, devido à intensa ebulição progressista em que se encontrava a capital alemã, o psicanalista austríaco encontrou um ambiente mais favorável para as suas ideias revolucionárias (Albertini, 2015). “Em pouco tempo, Reich e Otto Fenichel, seu velho amigo dos círculos sociais de Viena, reuniram em torno de si um círculo interno de colegas mais jovens autodenominados analistas dialético-materialistas” (Danto, 2019, p.283).

Na nova cidade, dando seguimento aos trabalhos das clínicas de aconselhamento sexual vienenses, Reich criou, em 1931, a Associação Alemã Para uma Política Sexual Proletária, popularmente conhecida como SexPol. Além de proferir informações, a proposta agora incluía a

politização da vida sexual, na qual visava-se vincular as questões da sexualidade à revolução comunista (Albertini, 2015). As tentativas de analisar o entrelaçamento das questões sociais mais amplas com as questões da mais profunda intimidade do sujeito foram nomeadas, conforme pontuado por Danto (2019), de trabalho de cunho sexo-político. Isto porque, segundo Gabarron-Garcia (2022), Reich percebeu que a constituição de uma consciência de classe nas massas de trabalhadores dependia de um componente sexual e afetivo para se estabelecer. “Ele sabia que a alienação descrita por Marx não era uma coisa abstrata: ela se alojava nos incontáveis detalhes da própria vida. É então nesse nível, e não ‘de cima’, que era preciso intervir, nos antípodas da maneira clássica promovida pelo partido” (Gabarron-Garcia, 2022, p.90).

Tendo isso em vista, Wilhelm Reich passou a abordar os temas que atravessavam às experiências cotidianas dos trabalhadores, distanciando-se do excessivo racionalismo presente no discurso do Partido Comunista, possibilitando-o alcançar o aspecto libidinal que é capaz de produzir efetivas mudanças nas massas (Gabarron-Garcia, 2022). “Sua confiança no seu ‘ouvido’ duplo, terapêutico e político e sua formação inicial com Freud combinaram-se de modo a impregnar a abordagem de Reich de uma profunda consideração pelo sofrimento humano e pelas necessidades básicas e urgentes do eu sexual” (Danto, 2019, p.143).

A partir dessa breve exposição a respeito da prática clínica de Wilhelm Reich, é possível afirmar que este psicanalista ampliou o escopo de atuação psicanalítica durante as décadas de 1920 e 1930 (Danto, 2019). Como dito por Albertini (2015), Reich acrescentou ao referencial individualizante da psicanálise uma leitura crítica acerca das circunstâncias sociais produtoras de neuroses. Assim como Reich alterou a práxis psicanalítica, em um movimento dialético, o inverso também se faz verdadeiro. Melhor dizendo,

[...] o engajamento político de Reich - que será posteriormente censurado e levará a sua exclusão da Associação Psicanalítica Internacional - se forja, desde seus primeiros anos de exercício, no cerne mesmo da ortodoxia do movimento analítico vienense e na prática analítica cotidiana da policlínica (Gabarron-Garcia, 2022, p.60).

5.2.3. Rupturas e permanências

A relação entre Wilhelm Reich e o movimento psicanalítico nem sempre foi conflituosa. Inicialmente, tal como ressaltado por Gabarron-Garcia (2022), o relacionamento entre Reich e Freud demonstrava-se positivo, havendo uma aprovação por parte do criador da psicanálise

quanto às concepções teórico-práticas do discípulo. Segundo Albertini (2015, p.198): “[...] Reich buscou insistentemente a Freud, se sentiu protegido por ele e procurou a cada passo, mesmo os que poderiam levá-lo para longe da psicanálise, manter o seu mestre a par de suas decisões, em geral, pouco convencionais”.

Na perspectiva de Albertini (2015), embora em um dado momento tenha se distanciado da psicanálise, Reich, ao construir a sua própria teoria, realizou uma espécie de retorno, com notáveis tensões, ao Freud inicial, focalizando nos âmbitos pulsionais e sexuais, os quais foram profundamente defendidos por Freud no início da elaboração da teoria psicanalítica. Assim, apesar de consideráveis divergências entre ambos os autores, “Reich e Freud eram ideólogos que tinham o propósito de criar uma nova forma de terapia clínica com objetivos sociais melhorados” (Danto, 2019, p.249). Neste sentido, as proposições reichianas referentes à prevenção das neuroses encontravam fundamento no projeto profilático freudiano que deu vida às clínicas públicas (Gabarron-Garcia, 2022).

A partir do final da década de 1920, diferenças teóricas, metodológicas e políticas passaram a se evidenciar, tornando a relação entre Reich e o meio psicanalítico conflituosa (Bedani; Albertini, 2009). Dentre as discordâncias na esfera teórica, a reformulação conceitual freudiana a partir da criação do conceito de pulsão de morte pareceu a mais significativa (Albertini, 2015). Para Reich (1929/1983), o conteúdo impreciso e a falta de um fundamento material deste conceito, caracterizado como uma hipótese extra clínica, abre portas para desvios idealistas dos psicanalistas, que passaram a utilizá-lo como refúgio para as especulações metafísicas acerca dos fenômenos psíquicos, que, sem respostas, os classificaram enquanto manifestações dessa pulsão. Ainda, segundo Gabarron-Garcia (2022), a pulsão de morte apresenta uma perspectiva biologizante a respeito da agressividade humana, atribuindo-lhe causas exclusivamente orgânicas, o que naturaliza as violências sociais e desresponsabiliza os analistas no que tange à quebra da reprodução e manutenção dessas violências.

Esta perspectiva naturalizante também aparece na concepção pessimista de cultura elaborada por Freud na mesma época. De um lado, o criador da psicanálise acreditava que a inserção na civilização inevitavelmente produzia neuroses, do outro, Reich pensava o adoecimento neurótico enquanto fruto de condições sociais e historicamente determinadas (Gabarron-Garcia, 2022). Dessa forma, a compreensão freudiana da neurose como consequência inevitável da entrada na cultura retira a necessidade de modificações sociais, já que em qualquer

cultura ocorreria a produção de adoecimento dos sujeitos. Sendo assim, nesse momento da obra freudiana, a psicanálise, numa postura resignada, perdeu o seu potencial revolucionário original, distanciando-se das lutas por transformações sociais, sobretudo, àquelas pertencentes ao campo da sexualidade (Albertini, 2015). Isto posto,

[...] nos finais da década de 1920, para Reich, a força original da psicanálise, aquela que, entre outras descobertas, revelara o universo da sexualidade infantil, havia se transformado num saber adaptado à sociedade burguesa. Para o analista interessado em modificações sociais, o saber psicanalítico fora domesticado e Freud, um cientista vital e brilhante, estava aprisionado (Albertini, 2015, p.187).

Por sua vez, conforme já citado neste trabalho, acima de qualquer discordância técnica e teórica, foi a adesão de Reich ao comunismo o verdadeiro motivo para a ruptura entre o psicanalista e o movimento psicanalítico ocorrida no ano de 1933 (Roudinesco; Plon, 1998). De acordo com Danto (2019) e Oliveira (2014), a decisão de expulsar Wilhelm Reich da Associação Psicanalítica Internacional deveu-se às tentativas, por parte de Sigmund Freud e Ernest Jones, de manter a psicanálise fora do cenário político marcado pela ameaça nazista.

Distanciando-se de uma análise individualista a respeito desse episódio, Danto (2019) considerou Reich como um porta-voz da psicanálise do início da década de 1920, a qual possuía não só um enfoque na sexualidade, mas também um compromisso com as transformações da estrutura social. Em consonância, Gabarron-Garcia (2022) defendeu o nome de Reich como um significante que emergiu enquanto representante da psicanálise com forte teor político e sexual, que se contrapunha aos ideais conservadores do Governo nazista que visavam à adaptação dos sujeitos. Dessa maneira, é possível afirmar que Wilhelm Reich manteve aceso o potencial crítico e disruptivo da psicanálise em um momento que o movimento psicanalítico buscava adequar-se ao regime nazista, tendendo a uma psicologia do ego adaptacionista (Weinmann, 2002).

No mais, para invalidar as posições teóricas e práticas de Reich, o próprio movimento psicanalítico construiu a narrativa de insanidade deste psicanalista, alegando que a razão pela qual Reich foi expulso da Associação Psicanalítica Internacional dizia respeito às suas questões de saúde mental (Rubim, 1998). Conforme pontuado por Jacoby (1983), o grupo de analistas dialético-materialistas do Seminário das Crianças também compartilharam a crença da insanidade mental de Reich, separando-se dele e mantendo-se calados diante de sua expulsão da IPA a fim de evitar discordâncias com o movimento psicanalítico. Isto posto, na perspectiva de Gabarron-Garcia (2022), a historiografia oficial da psicanálise, leia-se a narrativa dominante,

através de sua epistemologia reacionária, caracteriza as figuras politicamente importantes do interior do movimento psicanalítico como loucas e pouco recomendáveis. Dessa forma, em uma escolha epistemológica e política, “[...] a psicanálise resistiu a Reich, silenciando-se e silenciando-o” (Carvalho, 2021, p.211).

Mas o silêncio não é só oral, manifesto no campo da fala. Há um silêncio, um apagamento da escrita reichiana: não somente da escrita pós exclusão da sociedade psicanalítica, mas de toda a escrita referente ao período psicanalítico de Reich. É como se não tivesse havido, na história do movimento psicanalítico, um psicanalista chamado Wilhelm Reich (Carvalho, 2021, p.182).

Contudo, como ressaltado por Carvalho (2021), o apagamento nunca é total, havendo sempre algo que permanece. Neste sentido, ainda conforme esse mesmo autor, apesar das tentativas de recalçamento, a relação indissociável entre clínica e política, fortemente defendida por Wilhelm Reich, mantém-se acesa nos debates psicanalíticos contemporâneos. Isto revela a existência de uma potência pertencente às profundezas da história da psicanálise que segue pulsando no tempo presente, influenciando os rumos da práxis psicanalítica.

6. O SUL GLOBAL

6.1. A Argentina

6.1.1. A inscrição da psicanálise na sociedade portenha

Na passagem do século XIX para o século XX, houve um primeiro momento de imigração europeia na Argentina (Duarte, 2002). Este movimento migratório provocou mudanças sociais e culturais no país, o que favoreceu a inserção da psicanálise na sociedade portenha. De início, foram os movimentos intelectuais, através da tradução das obras freudianas, os responsáveis pela introdução da teoria psicanalítica na Argentina (Berlaffa, 2021).

A partir de 1930, os setores da medicina demonstraram um interesse pela psicanálise, que passou a ser vista como uma especialização psiquiátrica devido às suas inovações teóricas e técnicas no que diz respeito à saúde mental (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Assim, conforme pontuado por Marazina (2003), os conhecimentos psicanalíticos passaram a ser apropriados pelo campo da psiquiatria local.

Na década seguinte, ocorreu uma segunda onda de imigração europeia, tendo como principal público os exilados do nazismo. Com isso, formou-se no país um círculo de médicos profundamente interessados nas perspectivas clínica e terapêutica da teoria freudiana, culminando na institucionalização da psicanálise através da criação da Associação Psicanalítica Argentina (APA) no ano de 1942 (Vezzetti, 2009). De acordo com Broide (2019a), dos quatro fundadores da APA, três eram imigrantes: Marie Langer, Angel Garma e Enrique Pichon-Rivière. “Eles representavam a instituição psicanalítica, sendo portadores do reconhecimento internacional necessário para desenvolver a psicanálise como especialidade profissional reconhecida” (Marazina, 2003, p.27).

Conforme Dagfal (2009a), a Associação Argentina foi reconhecida pela IPA em 1943. Neste momento, esta última era presidida por Ernest Jones, que demandava o silenciamento dos analistas quanto às questões políticas e sociais (Gabarron-Garcia, 2022). Dessa forma, sob as ordens da Associação Psicanalítica Internacional, a APA constituiu-se como uma entidade que propunha controlar a formação em psicanálise e certificar os praticantes da disciplina (Vezzetti, 2009). Sendo assim, inicialmente, o processo de institucionalização da psicanálise na Argentina distanciou-se da cena política do país, consolidando-se enquanto uma disciplina neutra reservada às elites (Dagfal, 2009a).

Concomitantemente, a Segunda Guerra Mundial e a vinda de imigrantes europeus durante a década de 1940 impulsionaram o processo de industrialização argentino, resultando em um êxodo rural e, conseqüentemente, em uma urbanização (Dagfal, 2009a). Somado a isso, instaurou-se no país um regime nacionalista e industrializante, tendo como principal representante Juan Domingo Péron (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Segundo Dagfal (2009a), o período conhecido como peronismo durou de 1946 a 1955, tendo o primeiro mandato correspondido a um período de prosperidade econômica e promoção de bem-estar social, enquanto o segundo foi marcado por conflitos políticos e uma crise econômica progressiva. Isto posto, o governo peronista realizou ações populistas e reformistas ao mesmo tempo que apresentava um caráter conservador e autoritário. Neste sentido, a sociedade argentina sofreu transformações significativas ao longo desses dez anos (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012).

Dentre as mudanças, pode-se citar a formação de uma nova classe social: a classe trabalhadora urbana. Dessa maneira, a industrialização demandava uma nova mão-de-obra com técnicas inovadoras, fazendo com que o governo peronista investisse fortemente no âmbito da educação (Dagfal, 2009a). Em meio a esse contexto, surgem, em meados da década de 1950, os cursos de psicologia nas universidades argentinas, nos quais ocorreu o ingresso maciço dos setores médios e das mulheres (Marazina, 2003). No tocante a essa graduação, muitos psicanalistas membros da APA foram contratados como professores, o que produziu a disseminação do discurso psicanalítico durante a formação dos psicólogos argentinos (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Tendo isso em vista, Berlaffa (2021) alega que a Argentina foi a pioneira na América do Sul no que se refere à inserção da psicanálise no ensino universitário.

Além disso, em 1954 foi promulgada uma lei que restringia o exercício da psicologia e da psicanálise aos médicos, subordinando estes campos do saber à esfera de atuação da medicina (Marazina, 2003). Diante disso, tal como pontuado por Dagfal (2009a), os psicanalistas docentes passaram a questionar-se a respeito das formas de se ensinar psicanálise para estudantes que não poderiam exercê-la. Segundo o mesmo autor, a solução encontrada por estes analistas foi lecionar uma psicanálise aplicada à sociologia e à antropologia a fim de auxiliar na formação de psicólogos com pensamento psicanalítico que pudessem se dedicar a áreas de intervenção não tradicionais, atuando no campo social.

No que tange à ida dos psicólogos ao campo social, deve-se ressaltar especialmente as instituições públicas de saúde. Para Marazina (2003), a psicanálise foi utilizada como instrumento de desenvolvimento de práticas preventivas e de questionamento sobre a hegemonia médica no tratamento de transtornos mentais. Dessa forma, com a entrada da psicanálise na saúde pública, houve uma ampliação dos discursos de saúde mental, que ressignificavam a perspectiva higienista. Neste contexto, a principal atuação dos psicólogos com aspiração psicanalítica referia-se ao desenvolvimento de grupos com sujeitos psicóticos, seguindo os trabalhos de Enrique Pichón-Rivière elaborados na década de 1940. Isto posto, a análise grupal era vista menos como uma técnica e mais como via de libertação subjetiva. Pela aposta no trabalho grupal, os psicanalistas acessaram a cena pública, dotando-se de uma aura vanguardista e comprometida socialmente que eram atrativas para as novas gerações (Dagfal, 2009a).

Dentre as diversas instituições de saúde em que a psicologia adentrou, é válido ressaltar a experiência do Hospital General Lanús. Criado em 1952 em um bairro da periferia industrial de Buenos Aires, este serviço foi o primeiro a incorporar psicólogos à equipe técnica (Dagfal, 2009b; Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Conforme Fuks (2014) e Marazina (2003), o Hospital Lanús configurou-se enquanto antítese do sistema manicomial, visto que apresentou um pluralismo teórico, um cuidado multidisciplinar, uma humanização na atenção psiquiátrica e uma valorização das relações democráticas. Ademais, devido à quantidade de profissionais com o referencial teórico psicanalítico, este hospital também ofereceu uma formação clínica, incluindo supervisão, cursos teóricos e pesquisa (Dagfal, 2009b). Sendo assim, a impossibilidade dos psicólogos realizarem uma formação na APA juntamente com a falta de práticas de especialização remuneradas, as ditas residências, originaram uma formação psicanalítica alternativa no seio do ambiente hospitalar da saúde mental (Marazina, 2003).

No mais, os meios de comunicação também apareceram como importantes agentes para a inserção da psicanálise na sociedade argentina. As editoras e as revistas permitiram uma difusão da teoria psicanalítica para um público mais amplo, transformando a psicanálise em um dos novos produtos de consumo cultural (Dagfal, 2009a).

A partir do exposto, é possível notar que as transformações sociais na Argentina possibilitaram uma inscrição da psicanálise na cultura do país. Em outros termos, a inclusão de disciplinas psicanalíticas na esfera universitária, as inovações no campo da saúde mental, a popularização das experiências grupais e a divulgação dos conhecimentos psicanalíticos

favoreceram a consolidação e a expansão da psicanálise na Argentina, que foi saindo do controle médico e passando a se entranhar na sociedade (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Dessa forma, desde o início, a imagem do psicólogo está associada ao psicanalista no imaginário social argentino, incluindo-os na cena cotidiana cultural e nos costumes do país (Dagfal, 2009a).

6.1.2. A radicalização: o grupo Plataforma

O ano de 1966 foi marcado por um golpe de Estado que colocou o General Juan Carlos Onganía no poder (Berta, 2007). De acordo com Fernandes, Duarte e Rodrigues (2012), este regime foi marcado pelo autoritarismo, extremismo religioso, anticomunismo e valorização do capital externo. Além disso, Marazina (2003) aponta para as violentas intervenções realizadas nas universidades nacionais, colocando-as a serviço dos interesses da classe dominante. Sendo assim, houve uma abrupta interrupção do projeto de uma psicanálise no espaço universitário que estendia suas práticas à sociedade (Vezzetti, 2009).

Contudo, paradoxalmente, o golpe militar produziu uma radicalização nas camadas médias da sociedade, que anseavam por mudanças (Marazina, 2003). A datar desse momento, o cenário do ensino superior mudou, constituindo-se como importante ponto de resistência (Dagfal, 2009a). As revoltas contra as repressões militares juntamente com a influência do processo ideológico da Revolução Cubana no país permitiram uma reinterpretação do peronismo, levando-o a sua radicalidade e articulando-o com o nacionalismo e com a esquerda marxista. Desse modo, houve uma aliança entre os setores estudantis, operários e intelectuais na busca por mudanças nos campos da cultura e dos costumes (Marazina, 2003). Esta aliança foi expressada na rebelião popular do Cordobazo no ano de 1969, a qual serviu de embrião para as guerrilhas que atuaram nos anos 1970 (Gabarron-Garcia, 2022; Berta, 2007). Com isso, Vezzetti (2009) defende que a irrupção da ditadura argentina apresentou-se como uma confirmação de que não era possível a instauração de transformações sociais a partir de uma via gradual e reformista, fortalecendo-se o imaginário da revolução e da luta armada. Assim, tal como visto por Duarte (2002), a politização e a psicanalização da universidade estão associadas à inclusão, por parte da nova esquerda, da psicanálise em seu arsenal conceitual, interligando a militância estudantil e o movimento psicanalítico argentino.

Neste sentido, o eixo da atuação psicanalítica se desloca para o âmbito político, consolidando-se na luta por uma sociedade mais justa, isto é, nas intervenções na vida cotidiana, tais como as questões de habitação, saúde e trabalho (Marazina, 2003). Em vista disso, a partir de 1966, a neutralidade política da APA passa a ser questionada por parte de alguns analistas (Vezzetti, 2009). Dessa forma, instaurou-se um conflito dentro do ambiente da Associação. De um lado,

[...] o modelo organizacional da IPA é regido pela psicanálise britânica, com seus preceitos de privacidade, de continência em um enquadre estritamente privado, de neutralidade. Por outra parte, os membros da APA não pertencem a setores de classe ligados às instâncias de poder mais tradicionalistas, o que permite uma “tolerância” a ideias mais progressistas (Marazina, 2003, p.47).

Dito isso, conforme Vezzetti (2009), embora a APA nunca tenha proibido efetivamente as atividades políticas, mantinha-se ausente acerca das mudanças sociais, diferentemente de alguns de seus membros, que pertenciam às classes médias intelectuais e compartilhavam dos ideais progressistas. Esta tensão foi parcialmente resolvida por meio da difusão da psicanálise para fora da instituição, fazendo com que a prática política ocorresse externamente enquanto no interior da instituição os rigorosos critérios eram mantidos (Marazina, 2003). Portanto, à semelhança do ocorrido na Viena Vermelha, os psicanalistas argentinos engajaram-se em uma prática de transformação social. Como bem ressaltado por Gabarron-Garcia (2022), o fim dos anos 1960 em Buenos Aires revive a Viena dos anos 1920.

Contudo, com o passar do tempo, o contexto político tornou-se mais intenso, suscitando, a nível mundial, questionamentos acerca do capitalismo, além do surgimento de movimentos de libertação no Terceiro Mundo (Marazina, 2003). Com isso, a denegação política da APA foi tornando-se cada vez mais inaceitável para os analistas com compromisso político (Vezzetti, 2009). Assim, no ano de 1969, durante o XXVI Congresso Internacional da IPA, na cidade de Roma, um grupo de analistas de dezesseis nacionalidades realizou um congresso paralelo para questionar a ideologia burguesa e conservadora da Associação Psicanalítica Internacional (Gabarron-Garcia, 2022). Neste momento, surgiu o grupo Plataforma Internacional. Dentre os psicanalistas que participaram do congresso paralelo, tinha-se Armando Bauleo e Hernan Kesselman, que retornaram para a Argentina dedicados a organizar a filial local do grupo (Marazina, 2003).

A crise da Associação Psicanalítica Argentina atinge o seu ápice com a ruptura do Grupo Plataforma em novembro de 1971, tendo deixado a instituição analistas didatas, membros titulares e candidatos, inclusive aqueles que participaram de sua criação, tais como Marie Langer (Hur, 2014; Marazina, 2003). De acordo com Braslavsky e Bertoldo (1977), após quinze dias, o grupo Documento renunciou à APA. Embora este último apresentasse um caráter mais moderado, mantendo as reivindicações no âmbito interno da instituição, ambos compartilhavam muitas posições (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Desse modo, “[...] as declarações de ruptura de Plataforma e Documento coincidem em projetar sua ação para além da instituição e no propósito de uma verdadeira refundação da psicanálise na via de uma revolução socialista” (Vezzetti, 2009, p.67). Não obstante, assim como feito por Hur (2014), é válido ressaltar que a saída de uma sociedade psicanalítica legitimada socialmente impõe um grande custo econômico, como a perda de indicação de analisantes e a cobrança de altos honorários. Portanto, para ambos os grupos, o envolvimento político demonstrou-se superior ao desejo de acumulação de capital. Em outras palavras,

A entidade psicanalítica passava a ser secundária diante do compromisso político: na medida em que a direção fundamental do movimento se orientava para fora, em direção a um cenário de lutas na sociedade, os pronunciamentos não se colocavam a necessidade de um debate sobre as funções mais específicas de uma instituição psicanalítica, a partir não das características da instituição que acabavam de abandonar, mas dos termos em que o próprio Freud havia estabelecido o problema (Vezzetti, 2009, p.67).

No que diz respeito à Plataforma Argentina, as críticas à APA eram pautadas em uma base marxista e direcionadas ao elitismo, ao isolamento do campo social, às estruturas verticais de poder, ao ritualismo na leitura da obra freudiana, à adoção da ideologia liberal e à desconsideração da realidade social. Assim, o objetivo deste grupo consistia em devolver ao movimento psicanalítico a sua força revolucionária (Langer, 1973; Vezzetti, 2009). Nos termos de um dos fundadores:

Queríamos colocar a psicanálise no vermelho vivo; queríamos arriscar-nos como Freud o havia feito, para chegar às sendas do inconsciente, introduzir e colocar a psicanálise na realidade social; queríamos observar e trabalhar a ubiquação da psicanálise em nossa realidade histórica (Bauleo, 1977, p.17).

Para que a psicanálise argentina pudesse manter-se fiel à história da disciplina, o momento político exigia que ela rompesse com uma instituição que estava corrompida e se

juntasse à luta popular por uma revolução social (Gabarron-Garcia, 2022). Desse modo, o contexto material argentino demandava uma nova compreensão a respeito da vida psíquica. Assim, para Dubcovsky *et.al* (1973), os acontecimentos sociais críticos reclamaram a reelaboração de princípios teóricos e técnicos. Neste caminho, os autores conceituaram a relação analítica como uma relação social, pertencente a uma complexa trama de determinações. Portanto, a crise social vivenciada pelo país deveria ser incluída no campo analítico, uma vez que perpassa aspectos tanto do analista quanto do analisante (Langer, 1973). Isto coloca em questão o princípio de neutralidade dos analistas, pois para Demarí *et.al* (1973):

Os protagonistas do diálogo analítico são ao mesmo tempo - num âmbito mais amplo - co-participantes da sociedade atingida, e o ponto de vista que sustentamos é o de que, dada a natureza do fenômeno social, é de fato impossível marginalizar-se. cremos que isolar-se e prescindir do processo histórico-social, longe de constituir uma atitude “neutra”, é um modo ativo de tomar posição (Demarí *et.al*, 1973, p.39).

Tendo isso em vista, Dubcovsky *et.al* (1973) alegaram que, enquanto membros do grupo Plataforma, o social era tão relevante para eles quanto a sexualidade para Freud naquela época. Dessa forma, para além de uma disciplina exclusivamente científica, a psicanálise possui um compromisso político com a sociedade, devendo atuar rumo a uma transformação social e, assim, auxiliar na construção coletiva de um novo homem, devolvendo-lhe a sua humanidade, ou seja, o caráter social de sua existência (Reinoso, 1973; Vezzetti, 2009). Sendo assim, “as bases ideológicas realmente novas da Psicanálise não podem ser recriadas senão a partir da ótica de uma nova sociedade composta por povos economicamente livres, socialmente justos e politicamente soberanos” (Kesselman, 1973, p.250). Como bem dito por Bleger (1973, p.37): “não se trata de retomar Freud sem Freud, mas de retomar as contribuições da Psicanálise dentro de uma estrutura teórica e ideológica diferente. Não é uma tarefa contra Freud, mas para além de Freud”.

Isto posto, Langer (1973) defende que a sobrevivência da psicanálise na Argentina durante a década de 1970 dependia das articulações com o marxismo, compreendendo-os enquanto complementares e não excludentes. Partindo dessa concepção, Gabarron-Garcia (2022) pontua que o tratamento proposto por Marie Langer relembra a técnica analítica de Reich nos anos 1920, ao passo que ambos compreendiam a miséria psíquica entrelaçada à miséria material, afirmando que estas tendem a se confundirem. Nas palavras da autora: “as massas, frustradas

sexualmente, tornam-se neuróticas, e o neurótico sabe sofrer mas não sabe lutar. Por isso é que a miséria sexual convém à sociedade capitalista, à qual a Igreja provê com argumentos morais para justificar a repressão” (Langer, 1973, p.9). Neste sentido, a análise deve ser realizada tanto no nível psíquico quanto no social, sendo dever do analista contribuir para a transformação da condição social do analisante. Logo, para Marie Langer e para os outros membros do grupo Plataforma

[...] a elaboração da história individual por meio da transferência deve ser acompanhada da conscientização, pelo sujeito, dos determinismos sociais que o estruturam, mas também da elaboração singular que lhe dará os meios de transformar seu destino de dominado. A cura analítica adquire aqui uma dimensão materialista (Gabarron-Garcia, 2022, p.137).

Por estes motivos, um processo analítico eficaz jamais poderia ser individual, uma vez que há uma assimetria entre o espaço social do tratamento clássico e a vida cotidiana do sujeito. Isto justifica a defesa intensa, por parte dos psicanalistas argentinos, do tratamento grupal e da inserção na cidade. Dessa maneira, o valor científico e cultural da psicanálise não se limitava a uma instituição internacional organizadora, mas englobava a potencialidade de transformar as múltiplas realidades por ela estudadas. Portanto, a psicanálise está onde os psicanalistas estiverem (Ulloa, 1973; Gabarron-Garcia, 2022). Levando isso em consideração, na perspectiva de Baremlitt e Matrajt (1973), os questionamentos e as problematizações do grupo Plataforma possibilitaram

[...] transmitir algo que é infinitamente mais importante do que o próprio saber específico de um campo; inculca-se uma atitude frente à cultura como realidade social ideológica e científica e assinala-se o caminho da práxis, quer dizer, a maneira de pensar o mundo para mudá-lo, sem o excesso de uma caracterização precisa dos modos específicos de tal ação (Baremlitt; Matrajt, 1973, p.133).

Por sua vez, de acordo com Vezzetti (2009), a mesma vontade de compromisso político que uniu o grupo argentino, tornou-se a maior fonte de conflitos internamente. Segundo o mesmo autor, o ano de 1972 foi marcado por um processo de retomada do peronismo, que ascendeu ao poder novamente nas eleições de 1973. Neste contexto, as contradições referentes às distintas perspectivas a respeito dos rumos da esquerda política levaram o grupo a sua dissolução. Na concepção de Hur (2014), entre os membros da Plataforma Argentina, havia aqueles que acreditavam que a cisão seria uma perda de oportunidade política e, na contramão, aqueles que

julgavam que a dissolução permitiria uma difusão mais amplas das ideias e práticas psicanalíticas.

Ainda, Vezzetti (2009) aponta que o movimento da Plataforma Internacional chegou ao fim nos anos de 1980. Porém, embora tenha formalmente encerrado, seus efeitos permaneceram atuantes, sendo o mais relevante a perda do monopólio da Associação Psicanalítica Internacional sobre a formação psicanalítica e suas práticas.

Em síntese, o contexto de radicalização política na Argentina permitiu a incorporação da psicanálise no projeto de revolução social, articulando-a com outros campos do saber, como o marxismo e a sociologia (Vezzetti, 2009). Melhor dizendo, o momento histórico exigiu novas reflexões a respeito da realidade material e psíquica. Estas demandas encontraram um terreno fértil na Argentina devido à difusão da psicanálise na cultura do país e à tradição formativa de psicólogos nos diversos espaços públicos, especialmente nas instituições de saúde mental. Portanto, nas palavras de Dagfal (2009b), ocorreu um movimento centrífugo no qual muitos membros da Associação Psicanalítica Argentina passaram a atuar no exterior da instituição e lutar por uma sociedade mais justa. Com este movimento, “os sul-americanos começamos a ser reconhecidos na Europa, não pela carne de boi, nem pelo futebol, mas por esta profunda vocação anti-imperialista e anticapitalista que caracteriza o modo de luta de nossos povos do Terceiro Mundo” (Kesselman, 1973, p.247-248).

6.1.3. A diáspora argentina

Como pontuado anteriormente, no início dos anos 1970, o peronismo retomou sua potência através de uma nova geração de militantes contrários ao regime militar vigente (Berta, 2007). Conforme Fernandes, Duarte e Rodrigues (2012), a partir de 1973, a vida política argentina transformou-se em um ritmo extremamente acelerado. A morte de Juan Domingo Perón em 1974, acentuou ainda mais a fragilidade da democracia do país. No dia 24 de março de 1976, a vice de Perón, sua esposa, sofreu um golpe militar, dando início a um período de extrema repressão e violência, que corresponde a mais um dos momentos de violência política que marcam a complexa história da Argentina (Marazina, 2003). Com este golpe, instaurou-se um regime que apresentava a pena de morte, a proibição de partidos políticos de esquerda, a violência contra as guerrilhas e a demissão maciça de trabalhadores como principais características. Não obstante, uma particularidade desse regime repressivo refere-se à

implementação de campos de concentração no país, produzindo intensas violências (Berta, 2007).

O inominável do horror vivido nos campos de concentração, na perseguição e nos sequestros, a ameaça de qualquer manifestação que fosse contra o imposto pelo Estado de exceção, enfim, os abusos do poder totalitário a céu aberto, produziam um impacto tal na sociedade que se desmembrava em face ao terror (Berta, 2007, p.25).

No âmbito da psicologia e da psicanálise, a ditadura, tal como o nazismo na Europa, desarticulou o movimento revolucionário dessas disciplinas (Broide, 2019a). Neste sentido, “o espírito libertário da psicanálise, seu questionamento sobre o desejo e a verdade, suas raízes democráticas, que convidam ao homem a se libertar da opressão e ir em busca de seu desejo, despertaram mais uma vez suspeitas nos regimes ditatoriais” (Sigal, 2010, p.61). Segundo González (2018), não só foram modificados os currículos de graduação de psicologia, mas também muitos cursos foram fechados. Ademais, os agentes de repressão estatal passaram a perseguir os membros dos grupos Plataforma e Documento (Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012). Assim, o golpe militar fez com que muitos profissionais abandonassem suas práticas nos espaços públicos, levando, por exemplo, ao fechamento do Hospital General Lanús, considerado um marco para a história de um cuidado democrático e antimanicomial em saúde mental (Fuks, 2014). Dessa maneira,

A ruptura dos dispositivos sociais de horizontalidade da comunicação e das decisões constitui o marco para a afirmação de um discurso psicanalítico que abdica da sua relação com as instituições da assistência e da cultura. Abre-se um abismo entre a história passada e o presente congelado que não ousa se perguntar sobre quais são as condições de transmissão e exercício da psicanálise possíveis em tais circunstâncias [...] (Marazina, 2003, p.106).

No que toca à disciplina freudiana nessa época, pode-se afirmar que “a sua atitude crítica em relação às instituições, os seus métodos de grupo, os seus dispositivos inovadores, em suma, tudo o que a tornou atraente para os jovens, iria então torná-la perigosa” (Dagfal, 2009a, p.533, tradução nossa). Isto posto, neste momento, o consultório tornou-se um refúgio para os psicólogos e psicanalistas. Além de ser um espaço seguro e melhor remunerado, as vagas nas instituições públicas eram muito restritas, contribuindo para esse movimento rumo a uma atuação privada e individual. Desse modo, gradualmente, o consultório e o divã viraram o símbolo da psicologia na Argentina (Dagfal, 2009a).

Portanto, tal como evidenciado por Gabarron-Garcia (2022), a adaptação da psicanálise aos piores regimes permanecia no tempo e ultrapassava fronteiras. No mais, o exílio político também apareceu, para os argentinos, enquanto resposta necessária à sobrevivência (Berta, 2007). Levando isso em consideração, iniciou-se a diáspora de mais um pensamento psicanalítico revolucionário, tendo essa história continuado em outros países, tais como o Brasil (Marazina, 2003; Fernandes; Duarte; Rodrigues, 2012).

6. 2. O Brasil

6.2.1. A introdução da psicanálise: entre higienismo e modernismo

A passagem do século XIX para o século XX concentrou duas grandes transformações na sociedade brasileira: a abolição da escravidão e a implantação da Primeira República. Estes dois acontecimentos promoveram mudanças nas estruturas sociais, implicando em questionamentos acerca do Brasil e de seu povo (Torquato, 2015). Dentre os questionamentos, pode-se citar a integração do contingente de escravos libertos, que eram encarados como um entrave para o desenvolvimento nacional, não sendo devidamente inseridos na sociedade (Ponte, 1999). Somado a isso, o país apresentava um processo de urbanização desorganizado, no qual o crescimento populacional articulava-se com as precárias condições sanitárias (Torquato, 2015).

Diante desse cenário, a psicanálise foi utilizada nas primeiras décadas do século XX como um novo instrumento para diagnosticar a realidade do país, contribuindo para a construção da identidade nacional (Facchinetti, 2012). Sendo assim, as condições sociais desse período propiciaram um espaço privilegiado para a implantação das ideias freudianas no Brasil, que foram incorporadas, de modo distorcido, através de duas vias distintas: a medicina psiquiátrico-higienista e o movimento modernista (Torquato; Rocha, 2016).

No que tange à primeira via de absorção da psicanálise na sociedade brasileira, Torquato e Rocha (2016) assinalam que o referencial bibliográfico apresenta os médicos e psiquiatras como os responsáveis pela introdução da teoria psicanalítica no Brasil. Entre os psiquiatras, destaca-se o nome de Franco da Rocha, que em 1919 realizou um trabalho de atendimento aos familiares de pessoas com transtornos mentais, em que adotou técnicas psicanalíticas no meio hospitalar (Vale, 2003). Dessa forma, como pontuado por Torquato (2015), a psicanálise não era

entendida como uma prática clínica pelos médicos nesse período, sendo vista enquanto um método complementar às técnicas já existentes.

Ainda, os conceitos freudianos de inconsciente e sublimação permitiram uma reinterpretação da identidade nacional, que antes era sinônimo de primitivismo, representado pela herança indígena e africana e tomado como empecilho para a afirmação de um Estado moderno e civilizado (Torquato; Rocha, 2016). No entanto, ao afirmar a universalidade do inconsciente, marcado pelo primitivo e infantil, Freud pontuou que o caráter arcaico também se fazia presente nos povos considerados civilizados. Desse modo, o primitivismo deixava de ser um fator particular ao Brasil, sendo passível de transformação (Facchinetti, 2012). Esta transformação seria possibilitada pela sublimação, que promoveria um desvio das metas sexuais tidas como imorais para metas valorizadas socialmente, correspondendo a uma saída civilizatória rumo ao progresso da nação (Russo, 2002; Facchinetti, 2012). Assim, a teoria psicanalítica foi pensada como um modo de correção e prevenção dos desvios morais da população com o fim de possibilitar a modernização e evolução do país, baseadas em um ideal de moderação e produtividade (Ponte, 1999). Portanto, diante dessa perspectiva eugenista e higienista, a psicanálise compôs um projeto profilático civilizatório-educativo, que realizou o controle de um povo considerado indisciplinado e inculto (Torquato; Rocha, 2016).

Na contramão desse projeto de identidade nacional, os modernistas também se apropriaram das ideias freudianas para caracterizar o povo brasileiro. Para este grupo, tornar-se brasileiro significava a recuperação de traços apagados, sendo estes justamente a herança primitiva condenada pelos médicos. Os modernistas partiam do pressuposto de um recalque primordial, que teria excluído os conteúdos primitivos do discurso e da história brasileiros, fazendo-se necessária a conscientização acerca do que foi recalcado, visto que isso era considerado a matéria-prima da noção de brasilidade. Dessa maneira, em meio a uma época de incertezas, questionamento de valores e crises de identidade, a psicanálise englobou um projeto de renovação cultural, política e social, no qual a expressão revolucionária surgiria do inconsciente, dos traços originais que foram negados (Facchinetti; Ponte, 2003; Torquato; Rocha, 2016).

Ademais, Russo (2002) aponta para a importância dos meios de comunicação, tais como jornais, rádios e revistas, para a divulgação da psicanálise na sociedade brasileira. Segundo a autora, nos anos 1930 ocorreu um interesse generalizado pela sexualidade, havendo realizações

de cursos populares sobre sexologia e campanhas de educação sexual. Dito isso, as transformações políticas, econômicas e sociais proporcionaram transformações nos valores vigentes, sendo as camadas médias um dos setores mais afetados pelo processo de modernização. Assim, o consumo das informações psicanalíticas divulgadas referia-se a um desejo de aprender um novo modo de encarar a si mesmo e aos outros.

Em novembro de 1927, Durval Marcondes e Franco da Rocha fundaram a Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP) em São Paulo, a primeira sociedade psicanalítica da América Latina, tendo como objetivo apenas a propagação dos conhecimentos psicanalíticos através de reuniões, cursos e palestras (Torquato; Rocha, 2016; Torquato 2015). A fragilidade deste dispositivo institucional, a dificuldade de alcançar outros setores da sociedade na divulgação da psicanálise e a falta de articulação com o Estado contribuíram para a dissolução desta Sociedade (Ponte, 1999). Isto posto, a preocupação dos médicos aspirantes da psicanálise passou da propaganda teórica para a formação de profissionais (Facchinetti; Ponte, 2003). Assim, a partir da década de 1940, o movimento psicanalítico brasileiro apresentou como principal foco o processo de institucionalização sob os moldes da Associação Psicanalítica Internacional (Facchinetti, 2012).

Para garantir uma filiação à IPA, os médicos brasileiros adotaram distintas estratégias: emigração de brasileiros para realizar a formação na Associação Psicanalítica Argentina, emigração de brasileiros para realizar a formação na Sociedade Britânica de Psicanálise e vinda de psicanalistas europeus para tornarem-se analistas didatas (Vale, 2003). Em São Paulo, a analista didata foi Adelheid Koch, uma psicanalista judia berlinense que foi analisada por Otto Fenichel e estava exilada devido ao nazismo (Ponte, 1999). No Rio de Janeiro, Mark Burke e Werner Kemper responsabilizaram-se pela formação dos psicanalistas brasileiros, sendo o primeiro um judeu nascido na Polônia e o segundo um alemão que participou indiretamente da nazificação do movimento psicanalítico durante a Segunda Guerra Mundial (Facchinetti; Ponte, 2003). Dessa maneira, conforme Machado (2013) e Ponte (1999), na década de 1950, as três sociedades, uma paulista e duas cariocas, conseguiram o reconhecimento pela Associação Internacional, originando a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Assim como feito por Lima (2021), é válido ressaltar que o reconhecimento das sociedades brasileiras pela IPA foi realizado após a diretriz estabelecida em 1949, a qual

preconizava uma postura apolítica do movimento psicanalítico, o que impactou fortemente na consolidação da teoria e da prática psicanalíticas no país.

A partir do exposto, nota-se que o processo de institucionalização da psicanálise no Brasil apresentou um caráter difuso, em que a pluralidade de formações e concepções de práticas psicanalíticas originou distintas sociedades (Facchinetti; Ponte, 2003). Devido à complexidade do período descrito e os limites desta pesquisa, o presente capítulo discorreu apenas a respeito das experiências de São Paulo e Rio de Janeiro.

6.2.2. O paradoxo da ditadura militar

No dia 31 de março de 1964 ocorreu um golpe militar no Brasil, instaurando um regime ditatorial que ficou vigente até 1985. Conforme descrito por Lima (2021), a ditadura militar brasileira caracterizou-se por um período de extrema repressão, no qual o discurso dominante era o da moralização política, que condenava o comunismo e o populismo. Sendo assim, para o mesmo autor, iniciou-se o chamado “terrorismo sistemático de Estado”, expressado por sanções, cassações, prisões e torturas públicas contra todos aqueles que se mostravam contrários à política hegemônica.

Durante a mesma época, na década de 1960, o movimento psicanalítico estava em um momento de delimitação dos referenciais teóricos, optando pela escola inglesa, especialmente a teoria kleiniana e pós-kleiniana, que apareciam como as mais adequadas para a agenda apolítica de Ernest Jones vigente desde 1949 (Oliveira, 2017; Lima, 2021). Neste sentido, Ponte (1999) aponta para um desinteresse e uma certa repulsa por parte de expoentes das Sociedades psicanalíticas brasileiras quanto às questões nacionais e à participação política, restringindo à atuação ao âmbito da realidade interna. Dessa forma, a atenção voltada ao campo social nas primeiras três décadas do século XX, transformou-se em uma supressão da realidade externa, promovendo uma alienação no movimento psicanalítico, que serviu aos interesses das elites brasileiras (Oliveira, 2017; Lima, 2021). Sobre o silêncio do movimento psicanalítico acerca do golpe de 1964, Lima (2021) justifica-o através de uma possível falta de interesse nas questões políticas ou pela pouca expressividade que este movimento possuía perante os rumos da sociedade.

Não obstante, as Sociedades psicanalíticas passaram a ocupar o lugar de propagadoras da “verdadeira psicanálise”, naturalizando uma prática clínica neutra (Coimbra, 2009). Ao

possuírem cada vez mais o controle da formação e transmissão em psicanálise, as instituições oficiais passaram a consolidar o seu poder no país, chegando a construir, no ano de 1967, uma associação de representação nacional, a chamada Associação Brasileira de Psicanálise (Ponte, 1999). Desta, faziam parte as quatro Sociedades brasileiras reconhecidas pela IPA, sendo duas pertencentes ao Rio de Janeiro, uma à São Paulo e outra à Porto Alegre (Oliveira, 2017). Isto posto, os psicanalistas responsáveis pela institucionalização da psicanálise no Brasil atuaram, de modo quase exclusivo, para garantir a existência deste saber, adquirindo uma rigidez burocrática na tentativa de defender os privilégios da corporação e formar um mercado consumidor (Ponte, 1999).

Por meio dessa hegemonia institucional, as práticas clínicas dominantes fortaleceram a produção de subjetividades as quais rigidez, distanciamento e neutralidade correspondiam à cientificidade, além da ênfase na psicologização e no domínio privado, produzindo uma crença de superioridade dos serviços de estabelecimentos privados em detrimento dos equipamentos públicos. Dessa forma, por favorecerem os processos de subjetivação hegemônicos, que expressavam e eram fruto das relações sociais típicas do capitalismo monopolista, as práticas clínicas das Sociedades psicanalíticas brasileiras permitiram uma intensa disseminação da psicanálise nas décadas de 1960 e 1970 (Coimbra, 2009).

Para Lima (2021), este período ficou conhecido como “boom da psicanálise”. Conforme o autor, este momento, marcado pelos anos mais duros da ditadura militar, produziu transformações na sociedade, em especial nas camadas médias urbanas, que passaram a ocupar um lugar de destaque no campo da cultura e das informações. Diante dessas mudanças, o mesmo autor alega que a figura de Freud foi popularizada na sociedade brasileira através do bordão “Freud explica!”. Dessa maneira, a psicanálise foi profundamente difundida no país, alimentando a imagem de que o psicanalista atuaria no campo das intimidades, isto é, nos costumes e comportamentos.

No mais, Oliveira (2017) acrescenta que as mudanças culturais realizadas dos anos 1960 resultaram em um deslocamento da clínica psicanalítica para os extratos sociais beneficiários do chamado “milagre econômico”, composto por políticas econômicas que provocaram uma concentração de riqueza que acentuou as desigualdades sociais já existentes. Sendo assim, a popularização da psicanálise em meio a uma elite intelectualizada e, muitas vezes, politizada, formou uma clientela específica para a clínica psicanalítica.

Tendo isso em vista, a prática psicanalítica desse momento referiu-se ao atendimento individual das elites brasileiras no consultório, posto estas estavam dispostas a pagar altos valores pelo processo de análise. De acordo com Oliveira (2017), os psicanalistas filiados à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo representavam as camadas sociais mais elevadas, chegando a corresponder a 0,2% da população economicamente ativa do estado mais rico do país. Desse modo, frente aos lucros extraídos pelos psicanalistas neste momento, é possível classificá-los como beneficiários indiretos do privatismo no campo da saúde incentivado pelo regime militar (Lima, 2021). Neste contexto, a psicanálise transformou-se em um bem de consumo que conferia ao cliente uma alta dose de prestígio, além de propiciar ao psicanalista uma posição de credibilidade social, tornando-se uma carreira atrativa para as novas gerações que chegavam ao mercado de trabalho (Ponte, 1999; Oliveira, 2017).

Concomitante, o período de expansão da psicanálise também consistiu na expansão das psicoterapias (Lima, 2021). Com a regulamentação da psicologia em 1962, os anos posteriores corresponderam a uma intensa proliferação de cursos de psicologia nas faculdades particulares. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a psicanálise adentrou a esfera universitária, sendo compreendida enquanto uma modalidade de psicoterapia. Ainda, os psicólogos compuseram a clientela dos psicanalistas, tanto no consultório quanto na supervisão (Vale, 2003). Todavia, o aumento de psicólogos formados preocupou os psicanalistas, com os quais a hegemonia da prática clínica era disputada. A entrada de outros atores na cena clínica colocava em questão os critérios de seleção para o ingresso na formação psicanalítica realizada pelas Sociedades, uma vez que o cenário psicanalítico brasileiro estava sob o domínio médico (Ponte, 1999).

Ademais, na segunda metade da década de 1970, tem-se o retorno dos exilados políticos brasileiros e a chegada dos argentinos que emigraram devido ao regime militar que ocorria no país. Estes últimos trouxeram uma visão menos ortodoxa da psicanálise, questionando a rigidez institucional e a circunscrição da psicanálise na medicina. Dito isso, os psicanalistas argentinos defendiam o papel social do movimento psicanalítico, acusando as Sociedades brasileiras de propagarem uma concepção burguesa da psicanálise centrada no individualismo e em uma ilusória neutralidade científica (Ponte, 1999). Para mais, Lima (2021) afirma que a tradução dos artigos dos grupos Plataforma e Documento para o português contribuíram para a disseminação das ideias dos dissidentes argentinos no Brasil.

Neste momento, faz-se necessário ressaltar a importância do Instituto Sedes Sapientiae no acolhimento dos migrantes argentinos, que passaram a compor o corpo docente nos cursos de formação psicanalítica alternativos às normas da IPA. A partir dos ensinamentos nestes cursos, a nova geração de psicanalistas brasileiros começou a expandir a prática psicanalítica, saindo da exclusividade do consultório particular e passando a atuar nas instituições públicas de saúde mental (Marazina, 2003; Sigal, 2010). Segundo Marazina (2003), alguns membros da SBPSP realizaram a formação paralela de psicanálise do Instituto Sedes, fazendo com que a Sociedade vetasse a participação de seus membros neste curso. Dessa maneira, o Instituto Sedes Sapientiae, um espaço de extrema importância para o movimento de resistência da ditadura militar, representou o primeiro contraste institucional legítimo com as normas oficiais no cenário paulista (Lima, 2021).

À vista disso, a entrada de outros atores no contexto psicanalítico brasileiro ampliava o campo de tensões (Ponte, 1999). O aumento de profissionais de psicologia, a criação de institutos de formação em psicanálise contrários às normas ipeístas e a vinda de psicanalistas argentinos que compartilhavam de uma agenda política de esquerda dificultaram a manutenção do domínio das Sociedades psicanalíticas brasileiras sobre o campo psicanalítico nacional. Isto posto, paradoxalmente, a difusão da psicanálise no Brasil proporcionou uma incorporação do pensamento freudiano na luta social contra a ditadura militar nos círculos estudantis e intelectuais, promovendo uma atitude crítica às práticas psicanalíticas vigentes (Lima, 2021). Como dito por Ponte (1999), as formas de relacionamento dentro das instituições de psicanálise passaram a ser enxergadas como uma espécie de reprodução do autoritarismo do regime militar. Este criticismo acerca do caráter elitista do movimento psicanalítico nacional coincidiu com o momento de transição democrática do país, incluindo a nova geração de psicanalistas no processo de redemocratização (Lima, 2021). A saber,

Como para provar que as instituições psicanalíticas não escapam ao sintoma social, como para mostrar que as transformações no social encontram seu correlato no individual, foi preciso retomar os ventos da democracia, de um pouco de liberdade no Brasil para que, nos anos 1980, essa postura de submissão ao mestre fosse questionada, assim como esse tipo de transmissão. Como o retorno do recalcado, as mobilizações pela volta da democracia refletiram estrondosamente na vida institucional (Oliveira, 2017, p.86).

A primeira dissidência psicanalítica no Brasil correspondeu à criação da Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper (CSAKK) no ano de 1973. Esta experiência apresentou-se

como uma resposta frente à questão do elitismo do movimento psicanalítico nacional, constituindo-se sob o modelo das clínicas públicas europeias do entreguerras, especialmente a Policlínica de Berlim, na qual Anna Kemper realizou a sua formação (Lima, 2021). Porém, diferentemente das experiências europeias, os psicanalistas da CSAKK nunca receberam dinheiro, sendo elaborado, desde o início, um banco de horas no qual os profissionais doavam uma quantidade de tempo para a realização do projeto. Além disso, o público atendido pertencia às classes médias, refletindo uma dificuldade na garantia da democratização da psicanálise que permitisse o alcance das classes mais populares. Ainda, outra diferença importante refere-se ao fato de que esta clínica não apresentava programas de formação de novos psicanalistas, priorizando a prática clínica. No entanto, é válido pontuar que, embora não ocorresse oficialmente um programa formativo, a transmissão do legado psicanalítico dava-se nas próprias experiências clínicas realizadas (Slemenson, 2000). Assim, tal como visto por Castro (2023), a CSAKK configurou um espaço de agitação cultural, onde reuniões, seminários e produções de artigos aconteciam.

Não obstante, todos os profissionais desta clínica social eram membros da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Tendo isso em vista, após um ano de funcionamento, a SPRJ não só pediu para que trocassem o nome da clínica, retirando o termo psicanálise e substituindo por psicoterapia, como também repreendeu os seus membros, em especial Hélio Pellegrino e Anna Kemper (Castro, 2023; Slemenson, 2000).

A respeito de Hélio Pellegrino, vale ressaltar a posição de destaque que ele ocupou nos movimentos de resistência contra o regime militar, sendo porta-voz do compromisso político e social inerente à própria psicanálise (Lima, 2021). Neste sentido, Castro (2023) o define como um defensor da psicanálise enquanto um pensamento libertador, de esquerda, que luta pela igualdade e justiça social. Dito isso, para este psicanalista, as práticas clínicas vigentes no período ditatorial “[...] nada tem a ver com o compromisso com a prática social da psicanálise, com seu caráter libertador, histórico, democrático e subversivo, esvaziando a essência dos elementos radicais do pensamento psicanalítico” (Castro, 2023, p.27).

Dessa maneira, ele apresentava uma posição crítica acerca dos laudos psiquiátricos elaborados durante a ditadura, compreendendo-os como formas de estigmatização de todos aqueles que eram contrários ao regime e, assim, estabelecer o controle destas pessoas que apresentavam o potencial de realizar uma transformação social, aprisionando-as em cárceres e

manicômios (Castro, 2023). Este posicionamento ético-político que visava a construção de uma sociedade democrática fez com que Hélio Pellegrino fosse preso após o decreto do Ato Institucional nº5, passando alguns meses na prisão na virada de 1968 para 1969 (Lima, 2021). Entretanto, como bem pontuado por Lima (2021), a prisão deste psicanalista deveu-se a sua atividade política, não havendo indícios de perseguições restritamente ligadas à prática psicanalítica durante a ditadura militar.

Apesar da prisão, das ameaças e do risco de morte, Hélio Pellegrino seguiu participando de organizações coletivas contra o regime autoritário (Castro, 2023). Dentre as suas ações, tem-se a retomada do caso Amílcar Lobo durante a passagem dos anos 1970 para 1980. Este episódio marcou a história da psicanálise brasileira, posto que consiste no envolvimento de um psicanalista membro da SPRJ com práticas de tortura (Lima, 2021). No ano de 1973, Amílcar Lobo foi denunciado pela analista Helena Besserman Vianna, mas o caso foi abafado pelos representantes das instituições psicanalíticas oficiais, instaurando intensas perseguições internas à psicanalista (Oliveira, 2017). A partir de um evento organizado pela CSAKK, ocorrido em setembro de 1980, com o tema “Psicanálise e política”, uma das pessoas da plateia realiza uma denúncia pública sobre os episódios de tortura que sofreu ao ser preso, alegando que entre os torturadores estava Amílcar Lobo. A datar desse momento, as denúncias realizadas na década de 1970 por Helena Vianna são retomadas por Hélio Pellegrino de modo intenso, fazendo com que o nome de Amílcar Lobo aparecesse em inúmeros jornais nos anos de 1980 e 1981 (Lima, 2021).

Por conta das denúncias, que impunham questionamentos sobre a psicanálise, Hélio Pellegrino foi expulso da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, de maneira análoga ao procedimento ocorrido em sua prisão, o que evidencia o caráter autoritário das práticas psicanalíticas institucionais (Castro, 2023). Portanto, conforme feito por Sigal (2010), é possível estabelecer um paralelo entre a expulsão de Reich da IPA nos anos 1930 com a expulsão de Pellegrino da SPRJ nos anos 1980. Com isso, em meio a regimes repressivos, as instituições psicanalíticas reproduzem práticas autoritárias que silenciam os membros que defendem a vitalidade política e social da teoria freudiana.

Feita esta ênfase nas contribuições de Hélio Pellegrino para o movimento psicanalítico, é importante discorrer sobre mais uma iniciativa que se colocou na contramão das práticas psicanalíticas hegemônicas durante a ditadura militar. Esta prática equivale ao trabalho realizado em 1976 pela Organização Auxílio Fraterno (OAF), a primeira instituição que trabalhou

diretamente a população em situação de rua no Brasil (Broide, 2008). Ademais, nos anos 1970 e 1980, ocorreram iniciativas feitas por jovens psicólogos militantes, dentre os quais estava Jorge Broide, que realizaram atendimentos terapêuticos, pedagógicos e militantes com a população carcerária, líderes sindicais, militantes de partidos clandestinos, vítimas da violência policial dentre outros, na cidade de Osasco juntamente com o Centro de Defesa de Direitos Humanos (Broide, 2008; Lima, 2021). A respeito dessa época, Broide (2023) discorre sobre o início da sua articulação, ainda enquanto estudante, entre psicanálise e política:

Na época, o que tínhamos era aquela rigidez freudiana da IPA, muito, muito forte e com um enorme distanciamento da realidade. Então, começamos pelo Reich, ele foi a nossa porta de entrada porque trazia a questão política, a experiência de trabalho com os estudantes, com os sindicalistas, com os operários e o seu envolvimento, na época, na luta contra o nazismo (Broide, 2023, p.88).

Para mais, Figueiredo (2019) aponta para um movimento de inserção dos psicanalistas na luta dos trabalhadores da saúde mental durante as décadas de 1970 e 1980, marcadas pelas reformas sanitária e psiquiátrica no país. Neste momento, os psicanalistas passaram a redirecionar os seus trabalhos para a rede pública, que apresentavam o ambulatório como lócus de atuação. De acordo com a autora, a prática psicanalítica tornou-se mais pública, ao passo que o analista foi inserido em uma equipe multidisciplinar e desenvolveu outros modos de tratamento distintos do atendimento privativo do consultório, tais como as experiências de grupos terapêuticos.

Em síntese, a partir desta breve exposição, foi possível compreender a complexidade da história da psicanálise brasileira durante o período ditatorial, que produziu um conflito expressivo entre aqueles que defendiam uma psicanálise neutra e mantenedora do status quo do sistema capitalista e os que lutavam pela retomada do caráter revolucionário do movimento psicanalítico. Sendo assim, tal qual dito por Lima (2021), o momento histórico que permitiu a difusão da psicanálise no tecido social e a hegemonia das Sociedades psicanalíticas no tocante ao controle da transmissão e da prática clínica, também possibilitou o surgimento de iniciativas de clínicas sociais que, seguindo as experiências europeias e argentinas, romperam com o caráter elitista e a excessiva rigidez das instituições oficiais, colocando em xeque a hegemonia destas.

6.2.3. As clínicas públicas nos dias de hoje

Atualmente, o contexto brasileiro e, pode-se dizer também mundial, encontra-se sob o jugo do neoliberalismo. De acordo com Filho (2015), este pode ser entendido como um conjunto de ideias; um conjunto de políticas, instituições e práticas que são validadas por essas ideias; um momento da luta de classes; e um sistema de acumulação de capital. Assim, para além de políticas exclusivamente econômicas, o neoliberalismo corresponde a uma ideologia que constitui a subjetividade dos sujeitos. Dessa forma, o sistema neoliberal produz formas de subjetivação que contribuem para a sua reprodução e manutenção, criando sujeitos submetidos aos interesses do capital (Fonseca; Silva, 2020).

Diante disso, Rosa (2002) afirma que o modelo neoliberal gera uma sensação de desproteção juntamente a um desamparo discursivo, havendo, portanto, uma dupla exposição ao trauma, na qual convivem as condições promotoras da situação traumática e a diminuição dos recursos necessários à elaboração, promovendo efeitos de desubjetivação. Nos termos da autora:

É preciso levar em conta que a exclusão do acesso aos bens, a exclusão dos modos de gozo deste momento da cultura tem como consequência no sujeito um efeito de resto. É importante não confundir esse lugar de resto na estrutura social com uma subjetivação da falta, que promove o desejo. A identificação do sujeito a este lugar de resto, de dejetos, é um dos fatores que dificulta o seu posicionamento na trama de saber e que vai caracterizar o seu discurso, marcado, por vezes, pelo silenciamento (Rosa, 2002, p.9).

Guimarães e Jardim (2019) acrescentam que, em países como o Brasil, fortemente marcados pela colonização, para além das precariedades impostas pelo neoliberalismo, tem-se também um trauma histórico para com as populações não brancas, que sofreram e seguem sofrendo violências genocidas e epistêmicas.

Juntamente ao silenciamento histórico dos sujeitos, agravado pela lógica do mercado, tem-se, atualmente, a priorização do lucro em detrimento do bem-estar social, culminando na retirada de direitos sociais, desmonte das políticas públicas, tentativas de privatização dos serviços básicos e precarização da saúde. Frente às novas gramáticas de sofrimento psíquico e a um contexto de reduzido amparo social, os psicanalistas são convidados a ocuparem outros lugares fora dos muros do consultório, possuindo a tarefa ética de promoverem modificações nas estruturas sociais e políticas que sustentam a situação de vulnerabilidade e exclusão social (Setubal, 2021; Rosa, 2002).

Dito isso, Marino, Coaracy e Oliveira (2018) apontam para um crescimento no surgimento de clínicas psicanalíticas em espaços públicos no Brasil desde o final de 2016. Ainda, Birman (2023) conceitua o momento de polarização política durante as eleições de 2018 como um marco do envolvimento de psicanalistas no cenário político, dado que foi neste ano que se criou o movimento Psicanalistas Unidos pela Democracia. A partir desse período, marcado pela ascensão da extrema direita, houve um aumento de intervenções e coletivos psicanalíticos nos diversos territórios da cidade de São Paulo e do Brasil como um todo (Setubal, 2021).

Esta pluralidade de intervenções psicanalíticas nas cidades brasileiras apresenta como importante característica a falta de consenso acerca da nomeação, que incluem distintos adjetivos, tais como clínicas de borda, clínicas abertas, clínicas públicas, clínicas periféricas e clínicas sociais (Neto *et.al*, 2022). Ademais, essas experiências possuem diferentes formas de organização e públicos variados, havendo atendimentos nas ruas e praças, trabalhos em instituições do Sistema Único de Saúde, atendimentos com adolescentes em conflito com a lei, análises grupais, dentre muitas outras possibilidades (Broide, 2019a). Dessa forma, fica evidente que não há um ambiente exclusivo ou instrumentos específicos que possibilitem a realização de uma clínica psicanalítica, sendo a escuta do inconsciente o que a define enquanto tal (Paulon, 2022). Portanto, como bem pontuado por Broide e Broide (2016a), a ética do trabalho psicanalítico refere-se à ação de atender onde a vida está e pulsa.

Embora haja diferenças consideráveis, é válido ressaltar algumas semelhanças que perpassam as clínicas públicas nacionais. Em primeiro lugar, diferentemente das experiências europeias, os psicanalistas brasileiros deslocam-se dos bairros elitizados, em que estão localizados os consultórios, e passam a compor, de modo mais explícito, a paisagem urbana. Neste sentido, assumindo uma posição ativa, apresentam a preocupação com democratização do acesso à psicanálise, levando-a a territórios e a sujeitos que, devido às condições materiais e estruturais, dificilmente teriam contato com a disciplina (Neto *et.al*, 2022).

Outra considerável distinção quanto às clínicas públicas do entreguerras europeu refere-se ao fato de que, muitas vezes, as experiências brasileiras organizam-se em coletivos, que permanecem às margens do Estado e das instituições psicanalíticas oficiais. Ademais, nas experiências europeias os psicanalistas eram frequentemente pagos pela própria instituição, o que no caso do Brasil não se faz verdadeiro, visto à dificuldade de garantir financiamento, tanto estatal quanto da iniciativa privada (Neto *et.al*, 2022). Isto coloca questões referentes à

viabilidade do trabalho, uma vez que a falta de verbas pode limitar a quantidade de investimento que cada analista consegue proporcionar para a prática, além de propiciar o risco de instaurar uma lógica voluntarista e assistencialista. Desse modo, apesar do caráter público e político, as clínicas psicanalíticas não podem substituir o Estado e nem pretender preencher as lacunas deste, sendo necessária uma articulação com o poder estatal para a elaboração de políticas públicas (Marino; Coaracy; Oliveira, 2018).

Posto isso, Neto *et.al* (2022) alegam que, tal como feito nas clínicas europeias, o significativo público para as experiências brasileiras deve atravessar a ideia da construção de algo comum, na qual visa-se a constituição de modos de pertencimento e implicação política. Dessa maneira, a clínica psicanalítica não é simplesmente aplicada ao campo social, mas implicada em transformações político-sociais, articulando-se com distintos saberes e outros atores da sociedade, tais como o Estado e a iniciativa privada, cada qual com a sua responsabilidade perante às questões que atravessam a sociedade (Rosa, 2002; Broide; Broide, 2016b).

No mais, atualmente no Brasil, questiona-se o caráter elitista da formação psicanalítica, levantando a pergunta de quem se forma psicanalista no país. Sendo assim, Franco (2022) defende a não restrição da psicanálise ao referencial cultural europeu, sendo necessária a existência de uma psicanálise que não incorra em atos epistemicidas frente aos saberes locais. Em consonância, Sousa e Magalhães (2023) conceituam a psicanálise como um dos discursos que deve compor a luta decolonial. Para isso, através da transmissão psicanalítica, deve-se promover a formação de psicanalistas decoloniais, que conheçam o universo simbólico das classes populares e considerem as especificidades da estrutura social brasileira em suas atuações, pensando criticamente as relações coloniais que moldam o tecido social (Fernandes; Lima, 2019; Setubal, 2021). Isto posto, Neto *et.al* (2022) pontuam que o processo de democratização do acesso da psicanálise deve ser articulado a uma formação pública do psicanalista, produzindo mudanças em uma ordem desigual de atribuição de privilégios há tempos instituída. Neste sentido, faz-se imprescindível combater o discurso de que a difusão da psicanálise implica na sua degradação teórico-clínica, visto que a restrição da formação é frequentemente defendida pela justificativa, elitista e excludente, de preservação do rigor da disciplina (Franco, 2022; Neto *et.al*, 2022).

Considerando esta breve exposição a respeito do cenário geral das clínicas públicas de psicanálise no Brasil, gostaria de discorrer especificamente acerca da metodologia a qual as

equipes de que eu faço parte - Projeto Gabriela e Rede SUR - utilizam e reinventam diariamente em suas práticas: a psicanálise nas situações sociais críticas. Partimos do pressuposto de que a compreensão do sujeito do inconsciente implica no entendimento das relações de produção que constituem a subjetividade deste sujeito. Assim sendo, de modo não dicotômico, é imprescindível que se reconheça o processo dialético pelo qual o sujeito constitui a sociedade e é constituído por esta, caracterizando-se enquanto um sujeito contextualizado dentro do processo histórico (Broide, 2008).

Nesta perspectiva, para além dos laços com os outros, os seres humanos constituem-se através dos laços que estabelecem com a cidade. Desse modo, pode-se conceber o espaço urbano enquanto o lugar do laço social e dos conflitos, sendo tarefa dos psicanalistas apreender as dinâmicas consciente e inconsciente que se apresentam por meio da circulação dos afetos e das palavras na cidade (Broide, J., 2022). Com isso, “ [...] ao escavar camada por camada, a cidade soterrada, o psicanalista deve proceder à análise dos fenômenos mentais, daquilo que permanece soterrado em virtude da repressão” (Broide, E., 2022, p.30).

Esta concepção de espaço urbano apresenta um referencial miltoniano, o qual concebe a noção de espaço como um conjunto indissociável de objetos e de sistemas de ação, isto é, conjunto de bens materiais e bens imateriais, que estão sempre se modificando. Em outras palavras, o espaço corresponde à relação dialética entre as formas espaciais e a sociedade, adquirindo, então, um conteúdo social em sua definição. Neste sentido, a inseparabilidade entre sociedade e espaço geográfico permite uma compreensão do território tanto como objeto das ações quanto como sujeito. Ainda, além de seu conteúdo social, o espaço articula-se com a dimensão temporal, no qual passado e presente aparecem conjugados (Campos, 2008). Como dito por Broide, E. (2022, p.28): “diante das cidades estamos frente a um passado que se faz presente e não cessa de se inscrever”. É sobre esse espaço de profunda relevância social que o referencial teórico e metodológico das equipes que eu componho se pauta ao falar de território, uma vez que, segundo Campos (2008), em determinados momentos da obra de Milton Santos, espaço geográfico, meio geográfico e território são conceitos com significados similares.

Assim sendo, os psicanalistas Jorge Broide e Emília Broide desenvolveram uma metodologia denominada Escuta Territorial, a qual se propõe a escutar a pulsação das cidades. De modo mais detalhado, este método define-se enquanto uma “[...] construção coletiva de mapas das relações afetivas, culturais, econômicas, políticas, formais e informais, dos diferentes

poderes lícitos e ilícitos que constituem o efetivo laço social no território” (Broide, J., 2016a, p.48). Dessa maneira, ocorre uma imersão do psicanalista no cotidiano do território, na qual são feitas entrevistas individuais e grupais com as pessoas que habitam e fazem uso do território em questão, com o fim de compreender as relações que ali se estabelecem (Broide, J., 2016a). Para ilustrar, no que se refere à minha atuação no bairro do Jabaquara, a Escuta Territorial deu-se em diferentes contextos, como terminais de ônibus, igrejas, centros de cultura, comércios, equipamentos da saúde e da assistência social.

A partir da escuta, levantamos os principais significantes, isto é, os emergentes que mais se repetiram e que indicam uma urgência social com o fim de identificar a demanda trazida pelo território e, assim, construir um dispositivo clínico. Este último consiste em uma intervenção definida pela congregação de distintos saberes que visam responder a uma complexa urgência social por meio da circulação de palavras e afetos, produzindo outros regimes de enunciação e distintos modos de subjetivação. Em outras palavras, o dispositivo aparece como a criação de um espaço de escuta, que sustenta o vazio necessário para que o sujeito do inconsciente possa emergir e, dessa forma, outras relações se constituam (Broide, J., 2016a; Broide, J., 2022). Na mesma direção, Rosa (2012) assinala que a escuta psicanalítica deve restituir o campo mínimo de significantes que possam circular para que o sujeito retire-se da posição de silenciamento instituída pela lógica do mercado e passe a ocupar um outro lugar no laço social. A rigor,

Colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, é sentir a dor da perda e se deparar com o desamparo. É também encontrar o próprio talento, viver o encontro criativo com o outro, é a possibilidade da arte, do conhecimento, da subsistência econômica e da construção de um projeto de vida (Broide, J., 2016b, p.77).

Diante dos diferentes territórios e das variadas demandas apreendidas durante as escutas territoriais, o Projeto Gabriela e a Equipe Rede SUR apresentam, atualmente, oito dispositivos. No tocante ao Projeto Gabriela, tem-se os atendimentos psicanalíticos realizados nas ruas da República com a população em situação de calçada e a oficina denominada Rua em Cores, localizada na Rua 24 de Maio, que conta com a presença de estagiários de psicologia e um artista educador, a fim de possibilitar o entrelaçamento entre produção artística e escuta psicanalítica para todas as pessoas que fazem uso do território da República, seja a população de rua, trabalhadores ou passantes. Em relação à Equipe Rede SUR, atuamos em três territórios diferentes. No caso do Jardim Lapenna, bairro da Zona Leste de São Paulo, a equipe realiza

atendimentos psicanalíticos na porta de um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) com os adultos que aguardam para buscar as crianças na escola, além de coordenar um grupo com mulheres e um grupo com crianças dentro do ambiente do Galpão Cultura e Cidadania, espaço fruto de uma iniciativa da Fundação Tide Setubal em parceria com a Sociedade Amigos do Jardim Lapenna. No bairro do Jabaquara, Zona Sul de São Paulo, proporcionamos a escuta psicanalítica em uma fila de distribuição de marmitas gratuita, que apresenta como frequentadores um amplo grupo, incluindo tanto pessoas em situação de rua quanto pessoas em situações de menor vulnerabilidade social. Na cidade de Porto Alegre, a equipe encerrou a fase de Escuta Territorial e iniciará um trabalho com os profissionais de uma escola, propiciando uma articulação destes profissionais com a rede do território. Ademais, a Equipe Rede SUR também coordena um grupo de mulheres online, que permanece vigente desde a pandemia da Covid-19.

Especificamente a respeito dos atendimentos na porta do CEMEI e na fila de distribuição de marmitas faz-se necessária uma pontuação. Conforme exposto por Broide (2023), os espaços de espera, aqui representados pelas filas e portas, constituem-se enquanto enormes potências clínicas e de intervenção. Através da Escuta Territorial, notamos a presença de sofrimento psíquico nos sujeitos que frequentam as longas filas e as portas de instituições nos territórios do Jardim Lapenna e do Jabaquara. Estes contextos de espera foram compreendidos por nós como emergentes das relações desiguais e precárias das cidades, dado que os motivos da espera correspondem a um retrato das demandas que não são supridas pelas políticas públicas, apontando para um furo nestas. Dessa maneira, elaboramos uma metodologia denominada “Filas e Portas”, que se propõe a escutar o cotidiano das pessoas e, assim, fazer circular a palavra com o fim de proporcionar a elaboração das vivências traumáticas.

Dito isso, pelo fato de considerar as particularidades territoriais na constituição de intervenções, a metodologia da Escuta Territorial é passível de replicabilidade em diferentes locais, uma vez que os dispositivos clínicos transformam-se a partir da escuta, daquilo que é compreendido enquanto urgência e possibilidade de cada território. Isto posto, os dispositivos se reinventam conforme aquilo que é escutado, não apresentando um caráter fixo e estável. A partir dessa flexibilidade e inventividade, esta metodologia possibilita a construção de um dispositivo alinhado com as demandas territoriais, sendo este um esforço nosso para que a nossa entrada no território não se dê de uma forma impositiva, colonial e violenta (Broide, J., 2016a).

Como apontado anteriormente, nas equipes que eu componho há uma aposta no trabalho grupal. Para Broide e Broide (2016c), em conformidade com a teoria de Pichon-Rivière, o grupo deve estar centrado em uma tarefa comum, sendo esta o verdadeiro líder do trabalho analítico. Nos grupos, há a figura do coordenador, o qual opera a partir das múltiplas transferências estabelecidas por aqueles que compõem o grupo com o fim de possibilitar o surgimento da singularidade dos sujeitos. Ademais, tem-se também a função do cronista, responsável pela escrita dos acontecimentos do dispositivo grupal a partir de sua própria transferência. Sendo assim, em um entrelaçamento entre escuta e escrita, o cronista implica-se na construção do texto, refletindo sobre aspectos objetivos do que ocorreu e aspectos subjetivos de si mesmo, além de construir reflexões e elaborações teóricas. Através do material clínico presente nas crônicas, é possível identificar os principais significantes que emergiram e, desse modo, construir categorias de análise com o intuito de possibilitar generalizações (Broide; Broide, 2016c).

Além disso, fora do enquadre do espaço grupal, realiza-se o pré-grupo e o pós-grupo, nos quais ocorre um alinhamento da equipe, uma reflexão a respeito dos acontecimentos e o levantamento de primeiras hipóteses clínicas (Broide; Broide, 2016c).

Esta metodologia grupal não se restringe aos dispositivos dos grupos, sendo utilizada pelas equipes em diferentes contextos, o que promove um distanciamento em relação à reprodução acrítica da lógica do atendimento individual presente nos consultórios. No caso dos atendimentos psicanalíticos na rua, tanto com a população em situação de calçada quanto com os frequentadores da fila de distribuição de marmitas, a tarefa de promover a escuta psicanalítica também caracteriza-se como o motor para o trabalho, correspondendo aquilo que une os membros da equipe entre si e com a atividade. Ainda, assim como nos grupos, há a escrita de crônicas acerca dos atendimentos e do que foi observado no território. Posto isso, faz-se necessário enfatizar a importância das crônicas para além do levantamento de hipóteses clínicas, ao passo que se constituem enquanto um compromisso ético e político de registrar e imortalizar aquilo que vimos e ouvimos. Como bem pontuado por Viñar (2000), o testemunho não pode fechar-se na vítima, devendo ir além.

A aposta no laço social e no coletivo justifica-se pela potência do contato com o outro, possibilitando que a experiência traumática, ao ser compartilhada no coletivo, passe por uma inesperada simbolização e, assim, deixe de ser repetida sintomaticamente. Dessa maneira, o desamparo vivido, quando coletivizado, abre a possibilidade de novos enlaces para o discurso do

sujeito, permitindo a irrupção de seu desejo (Broide, E., 2016). Portanto, “a palavra, tal como agulha e linha, tece o encontro entre as pessoas e permite a construção de caminhos alternativos” (Broide, J., 2016b, p.77).

Por meio dessa metodologia de pesquisa e intervenção, realizamos uma escuta orientada pelos quatro conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, repetição, transferência e pulsão. Especialmente no tocante à transferência, é importante pontuar que nas situações sociais críticas, marcadas por contextos de desamparo psíquico e material, a transferência aparece de forma intensa, impactando o psicanalista que se encontra com o corpo todo no território (Broide, J., 2022). Tal como dito por Rosa (2012), nestes contextos, a escuta se utiliza da presença e da palavra do analista. Diante dessa intensa presença corporal, Broide, E. (2022) afirma que a associação livre do analisante e a escuta do analista são perpassadas pelos cinco sentidos, tais como os cheiros, sons e movimentos da cidade. Dessa forma,

A pressão social que gera o desamparo e a miséria pode presentificar-se em campo de concentração, no viver em rua, em prisão, ou em manicômio, derruba da escala biológica o ser humano e o remete ao cheiro primitivo. O cheiro da miséria é um dos porta-vozes do sinistro em nossa sociedade que de maneira incontrolável sobre nós se abate, tal como faz a miséria e a morte presentes em ruas, em faróis e demais cenas de violências. O cheiro é também um dos porta-vozes emergentes daquilo que há de mais deteriorado no tecido social (Broide, 2008, p.17).

Nestes contextos de urgência social, a escuta psicanalítica deve estar fundamentada no que Broide (2019a) chamou de ancoragens. Estas podem ser definidas como os fios que amarram o sujeito à vida, presentes no território físico e psíquico, e que indicam os desejos do sujeito, podendo ser dos mais diversos âmbitos, tais como a leitura, a escrita ou alguma pessoa com a qual se tenha um importante vínculo (Broide; Broide, 2016b). Sendo assim, o trabalho analítico deve fortalecer as ancoragens e, retomando aqui o compromisso ético e político da clínica psicanalítica, utilizá-las como base para a construção de políticas públicas, que incluam verdadeiramente as demandas dos sujeitos e, desse modo, permitam a construção de novas amarrações à vida (Broide, E., 2016; Broide, 2019a). Em conformidade, Paulon (2022) aponta que, através de uma escuta atenta e qualificada, pode-se traduzir as gramáticas de sofrimento e historicizar as emergências dos sujeitos do inconsciente nas políticas públicas. Dessa maneira, a tarefa do psicanalista nas situações sociais críticas transcende o setting analítico e as pessoas atendidas, apresentando como horizonte a transformação social.

Ademais, tanto o Projeto Gabriela quanto a Rede SUR apresentam aspectos formativos e de transmissão imprescindíveis para o exercício clínico. A partir das supervisões e discussões teóricas, instaura-se uma reflexão coletiva a respeito não só dos casos clínicos, mas também do mal-estar advindo do contexto social com o qual trabalhamos e do mal-estar que surge dentro do próprio fazer em grupo. Isto porque, segundo Broide e Broide (2016b), o trabalho psicanalítico nas situações sociais críticas exige dos psicanalistas lidarem com as angústias que emergem frente às vulnerabilidades. Como bem descrito por Rosa (2002):

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não só pela situação em si ou pelos atos que cometeram, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui - é levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranóicos, com o outro miserável (Rosa, 2002, p.7-8).

Dessa forma, escutar os sujeitos do desejo nas situações sociais críticas equivale a romper o pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos, sendo necessário atentarmo-nos para as resistências que se produzem em nós (Rosa, 2002). Com isso, atuar no sentido do desejo e possibilitar a fala do sujeito equivale a atuar em uma dimensão ética e política, que vai na contramão das dominâncias do capital (Rosa, 2015; Sousa; Magalhães, 2023).

A partir do exposto, pode-se observar a existência, no cenário brasileiro, de um resgate histórico do engajamento social e político dos psicanalistas da primeira e segunda geração que atuaram nas clínicas públicas do entreguerras europeu (Pacheco-Ferreira; Mendes, 2022). No entanto, mais do que uma atualização das iniciativas europeias, as experiências nacionais dispõem de características próprias devido às suas diversas modalidades de organização, a sua constante inventividade e a sua ênfase no território (Neto *et.al*, 2022). Tendo isso em vista, para dar conta da subjetividade de sua época e manter-se viva, a psicanálise “[...] deve presentificar-se na sociedade pulsante e conflitiva em que vivemos. Deve estar onde a vida está e pulsa” (Broide; Broide, 2016d, p.160). Neste sentido, por meio de uma posição ético-política de aposta no laço social, que visa a emancipação do sujeito e a transformação do tecido social, juntamente com a articulação com outras áreas do saber, é possível a construção de novos caminhos para os sujeitos e para a sociedade, revivendo o caráter revolucionário intrínseco à própria psicanálise (Setubal, 2021; Broide; Broide, 2016a).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa breve discussão a respeito de uma psicanálise com compromisso político e social, foi possível constatar a sua existência desde os primórdios da história da teoria psicanalítica. Como visto no primeiro capítulo, diante dos desastres causados pela Primeira Guerra Mundial e do consequente advento de uma onda progressista na Europa, Freud passou a dirigir sua atenção aos fenômenos sociais, realizando um discurso no V Congresso Psicanalítico Internacional em 1918, no qual convocava os psicanalistas à responsabilidade pela expansão do tratamento analítico através da construção de clínicas públicas de psicanálise. Em vista da potencialidade deste discurso, o presente trabalho o adotou como ponto de partida, passando a discorrer sobre as implicações que essa fala de Freud obteve no movimento psicanalítico. Dentre elas, destacou-se a criação de doze clínicas públicas no continente europeu durante o período do entreguerras, em que era evidente o compromisso político e social, por parte dos psicanalistas da primeira e da segunda geração, frente à garantia da democratização do tratamento psicanalítico.

Entretanto, vimos que a instauração do regime nazista na Alemanha e na Áustria desestruturou esse movimento progressista da psicanálise. Neste sentido, a teoria psicanalítica foi altamente censurada durante o Terceiro Reich. Mais do que censuras externas, apontamos repressões oriundas do próprio movimento psicanalítico. Desse modo, sob a justificativa de salvar a psicanálise, surgiu um conservadorismo político no interior da disciplina, que perseguiu os membros engajados politicamente. Assim sendo, a psicanálise passou a servir aos ideais dominantes, realizando um processo de nazificação através do qual adaptou-se ao regime nazista e apagou de sua história o compromisso político e social inerente à própria disciplina, o que culminou no fim das clínicas públicas no ano de 1938, restringindo, novamente, o acesso ao tratamento psicanalítico às classes burguesas e limitando o dispositivo clínico ao espaço do consultório privado. A respeito do processo de despolitização e elitização da psicanálise, foi necessário ressaltar a centralidade de Ernest Jones. Conforme exposto, este psicanalista, ao ser presidente da IPA durante o período do nazismo, contribuiu para deslocar o centro do movimento psicanalítico para o eixo anglo-saxão, fazendo com que o discurso londrino acerca de uma psicanálise apolítica e neutra se tornasse hegemônico, transformando a Associação Internacional em um aparelho burocrático focado em questões técnicas e aspectos formativos, o que desresponsabilizou os psicanalistas em relação aos temas sociais e políticos.

Na contramão desse apoliticismo e dessa rigidez excessiva, o segundo capítulo pretendeu abordar a atividade dos psicanalistas da segunda geração engajados politicamente, que, embora estivessem exilados devido ao regime nazista, continuaram influenciando o movimento psicanalítico nos diversos países que apresentaram como destino. Dentre essa gama de analistas, o presente trabalho focou nas contribuições de Otto Fenichel e de Wilhelm Reich, dois psicanalistas que propuseram uma articulação entre psicanálise e materialismo dialético, mas que sofreram processos de recalcamento e resistências, culminando em um notável esquecimento de suas contribuições. Este esquecimento evidencia-se nas restritas traduções para a língua portuguesa das obras fenichelianas e nas poucas menções ao nome de Wilhelm Reich nos debates psicanalíticos atuais. Dito isso, discorrer sobre ambos os psicanalistas foi central, uma vez que “a importância dos freudianos políticos transcende suas próprias vidas e contribuições. A recuperação de Fenichel e de outros freudianos é apenas parte da história; a verdadeira história, e a verdadeira questão, é a natureza do empreendimento psicanalítico” (Jacoby, 1983, p.9, tradução nossa).

Conforme pontuado no terceiro capítulo, dentre os destinos migratórios destes analistas, tem-se os países latinoamericanos. Dessa maneira, neste último capítulo, buscamos demonstrar que a história da força revolucionária dos psicanalistas da segunda geração foi retomada na América Latina. Com isso, abordamos as iniciativas psicanalíticas com compromisso político e social na Argentina e no Brasil, pensando tanto as continuidades em relação às experiências européias quanto as especificidades da estrutura social e da inserção da psicanálise em ambos os países. No contexto argentino, notou-se a existência de práticas clínicas com compromisso político e social no campo da saúde mental, inserindo os psicanalistas na luta por transformações sociais e antimanicomiais. No Brasil, foi possível observar, com notáveis semelhanças frente à Europa do entreguerras, a existência de clínicas públicas durante as décadas de 1970 e 1980, além do expressivo movimento de inserção dos psicanalistas na cidade que ocorre nos dias de hoje. Acerca desse último, inclui a minha experiência nesta história e discorri a respeito da metodologia utilizada pelos coletivos de clínicas públicas dos quais eu faço parte. Através do caminho trilhado, nota-se que

A guerra e o pós-guerra seguem seu curso e a história da psicanálise vai sendo transmitida e construída também através das transferências. E, de geração em geração, vamos criando a psicanálise no mundo contemporâneo e sendo porta-vozes de uma ética e de uma visão de mundo (Broide, 2019a, p.51).

No mais, tanto na sociedade portenha quanto na sociedade brasileira foi possível observar uma repetição dos destinos da psicanálise com compromisso político e social, posto que os regimes ditatoriais de ambos os países contribuíram para a elitização e individualização do tratamento psicanalítico, ocorrendo uma adaptação das instituições oficiais ao sistema opressivo. Portanto, podemos afirmar que o discurso ideológico, baseado em uma suposta posição neutra e apolítica, também se faz hegemônico na América Latina.

À vista disso, tal como feito por Jacoby (1983), apresentei como tese o recalçamento da vitalidade política e social da psicanálise durante o regime do Terceiro Reich, encontrando, ao longo do tempo, inúmeras resistências que impediram o seu retorno à consciência, tais como as forças de americanização da psicanálise nos Estados Unidos, os regimes ditatoriais latinoamericanos e o conservadorismo político originado no interior do próprio movimento psicanalítico. Assim sendo, pode-se afirmar que o compromisso político e social da psicanálise foi recalçado, retornando à consciência sob a forma sintomática de uma solução de compromisso equivalente ao discurso neutro e apolítico, elaborado por Ernest Jones e perpetuado pelas instituições reconhecidas pela IPA. Dessa maneira, o mais íntimo da história do movimento psicanalítico, isto é, o seu caráter revolucionário, foi apagado de seu passado por meio de um processo alienante, produzindo uma sensação de infamiliar ao retornar, o que gera angústia. No entanto, devido à incompletude do processo de recalque, o compromisso político e social segue pulsando no inconsciente da disciplina, sendo nossa tarefa permitir a sua expressão.

Conforme evidenciado pela própria psicanálise, o silêncio e o esquecimento conduzem à repetição. Devido aos prejuízos causados pela não recordação e elaboração do passado, esta pesquisa procurou resgatar a história da psicanálise na contramão da historiografia dominante, almejando recuperar o seu caráter ético e político, sendo isto o que define essa disciplina. Neste sentido, ao partir daquilo que foi recalçado, buscamos romper com o discurso dominante do apoliticismo, de modo a questionar a historiografia oficial

Neste momento, recorro à posição de Berlaffa (2021), o qual caracterizou a psicanálise como um discurso oriundo das margens. Para o autor, o movimento psicanalítico não deve ocupar lugares centrais, uma vez que, ao ocupar essa centralidade, se tornará uma nova hegemonia, perdendo o aspecto subversivo e questionador inerente a si mesma. Portanto, a psicanálise deve manter-se nas margens e operar a partir delas.

Nesta direção, pode-se afirmar que o dogmatismo, as relações hierarquizadas e o enrijecimento da psicanálise presente em muitas instituições oficiais opõem-se ao inacabamento constitutivo do saber psicanalítico, ocupando uma posição discursiva hegemônica e apresentando prejuízos éticos, clínicos e políticos. Como visto neste estudo, o psicanalista precisa apresentar uma postura inventiva e não dogmática de articulação da práxis psicanalítica com as questões referentes ao mal-estar contemporâneo e à subjetividade de seu tempo. Desse modo, a escuta psicanalítica se refaz constantemente, o que permite a expressão de novas gramáticas de sofrimento e o acolhimento de novas formas de constituição subjetiva. Frente a isso, fica o questionamento: que subjetividades as nossas práticas clínicas estão constituindo?

Em síntese, este trabalho pretendeu percorrer a respeito das múltiplas práticas clínicas em distintos lugares, da Europa Central dos anos 1918 à América Latina atualmente, pensando-as de modo contextualizado histórica e socialmente e tensionando-as entre si. Por meio de uma revisão bibliográfica de caráter historiográfico foi possível afirmar que o compromisso político e social da psicanálise juntamente com os psicanalistas que o defenderam caíram no inconsciente da profissão, apresentando um retorno do recalcado em distintos momentos da história, inclusive no Brasil de hoje. Diante disso, este estudo pretendeu desrecalcar o compromisso político e social da psicanálise, dando palavra a essa história silenciada com o fim de que o seu sintoma deixe de ser repetido e ela possa ser efetivamente recordada e elaborada, apartando-se da posição de uma reminiscência na história da disciplina freudiana.

Como exposto durante a pesquisa, desconsiderar o caráter revolucionário da psicanálise implica em desconsiderar a sua clínica, a sua ética e a sua política. Em outras palavras, recalcar a história de uma psicanálise com compromisso político e social e substituí-la por um discurso neutro e apolítico, que serve aos ideais da classe dominante, implica em prejuízos clínicos e éticos, visto que estas dimensões são interdependentes. Levando isso em consideração e ciente das limitações deste trabalho de conclusão de curso, faz-se imprescindível que novos estudos discutam este tema e se proponham a preencher as lacunas deixadas por esse recalçamento, incluindo em suas análises a incompletude do saber psicanalítico e o diálogo com outros saberes, uma vez que a psicanálise sozinha não consegue dar conta do mal-estar atual e nem produzir transformações sociais. Dessa forma, seguimos lutando para manter este legado vivo em nossas práticas psicanalíticas. Que possamos continuar reinventando as nossas escutas. Que possamos perpetuar uma psicanálise viva e pulsante.

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 39(70): 105-131, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ALBERTINI, P. **Na psicanálise de Wilhelm Reich**. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo. 2015.

ALBERTINI, P; SIQUEIRA, F. Z; TOMÉ, L. A; MACHADO, T. L. Reich e o movimento de higiene mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 393-401, maio/ago. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/yJPLCDSC37PZTNrXV9rzb3F/?lang=pt>> . Acesso em: 19 fev. 2024.

BAULEO, A. Plataforma ou a História de um Projeto. In: LANGER, M (org). **Questionamos 2: Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição**. Interlivros. Belo Horizonte. 1977. p.17-23.

BAREMBLITT, G; MATRAJT, M. O estudo da obra de Freud. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.116-136.

BEDANI, A; ALBERTINI, P. Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 2, 2009.

BERLAFFA, J. A; SILVA, L. M; COSTA, R. A; AGUIAR, T. O. Psicanálise em Pauta: A Psicanálise na Argentina. **Revista Praxis Psicanalítica**, v. 1, n. 01, p. 1-12, 2021. Disponível em: <<http://www.praxis.periodikos.com.br/article/610de4d2a953951e97316d52>> . Acesso em: 21 abril 2024.

BERTA, S. L. **O exílio: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-12062008-120445/en.php>>. Acesso em: 15 abril 2024.

BIRMAN, J. Movimento psicanalítico: invisibilidades e desmentido. **Cad. Psicanál.** (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 45 n. 48, p. 11-26, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/484/264> Acesso em: 08 maio 2024.

BLEGER, J. Psicanálise e marxismo. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.17-37.

BRAGANÇA, A.C.B. Psicanálise na Rua: Clínica e Política. **Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Maria**, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2021.

BRAININ, E; KAMINER, I. J. Psicanálise e Nazismo. In: KATZ, C. S. **Psicanálise e Nazismo**. Taurus, 1985, p.23- 46.

BRASLAVSKY, M. B; BERTOLDO, C. Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino: interpretação crítica da ideologia e da ação política de um setor da pequena burguesia. In: LANGER, M (org). **Questionamos 2: Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição**. Interlivros. Belo Horizonte. 1977. p.25-48.

BROIDE, E. E. Desejos e poderes urbanos. In: BROIDE, J. (org). **A psicanálise na cidade**. Escuta. São Paulo. p. 27-54. 2022.

BROIDE, E. E. Porosidades clínicas: diálogos entre a psicanálise e a saúde coletiva. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.135-145. 2016.

BROIDE, J. **Psicanálise nas situações sociais críticas: violência, juventude e periferia: uma abordagem grupal**. Juruá Editora. 2008.

BROIDE, J. A clínica psicanalítica nos espaços públicos: breves considerações históricas. In: BROIDE, E; KATZ, I (org). **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, 2019a, p. 48-65.

BROIDE, J. Prefácio. In: DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019b.

BROIDE, J. A construção de dispositivos clínicos. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.39-49. 2016a.

BROIDE, J. A transferência e o território: algumas considerações. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.61-78. 2016b.

BROIDE, J. A escuta nas ruas. In: BROIDE, J. (org). **A psicanálise na cidade**. Escuta. São Paulo. p.133-162. 2022.

BROIDE, J. Jorge Broide: Escutar territórios e sujeitos: por uma psicanálise viva. **Percurso 71**. p.85-104. 2023.

BROIDE, J; BROIDE, E. E. Apresentação. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.147-162. 2016a.

BROIDE, J; BROIDE, E. E. O atendimento em situações sociais críticas: a construção de um método baseado nas ancoragens do sujeito. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.27-37. 2016b.

BROIDE, J; BROIDE, E. E. Notas para um trabalho grupal. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.51-59. 2016c.

BROIDE, J; BROIDE, E. E. A transmissão da psicanálise na supervisão clínico-institucional. In: BROIDE, J; BROIDE, E. E. **A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2 edição. Escuta. São Paulo. p.147-162. 2016d.

CAMPOS, E. B. V. Delineamento de pesquisa no campo psicanalítico: uma proposição sintética. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 3, p. 487 – 505, set-dez/2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-56652021000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 13 mar. 2024.

CAMPOS, R. R. A natureza do espaço para Milton Santos. **Geografares**, nº 6, p. 155-165, 2008.

CARVALHO, A. M. T. Anuviar, eludir, silenciar? Notas históricas, críticas e epistemológicas sobre a permanência de um mal-estar no campo psicanalítico em torno da obra e do nome de Wilhelm Reich. **Mnemosine** Vol.17, nº2, p. 177-222. 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/62175>> . Acesso em: 23 fev.2024.

CASTRO, L. L. Hélio Pellegrino: história de um inconformista radical. **Analytica**. São João del Rei. v.12. n. 22. janeiro/junho de 2023. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/5189/3067>>. Acesso em: 07 maio 2024.

COIMBRA, C. M. B. A psicanálise nos tempos da ditadura. **Pulsional-Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 64-80, 2009.

DAGFAL, A. A. **Entre París y Buenos Aires: la invención del psicólogo (1942-1966)**. Paidós, 2009a.

DAGFAL, A. A. O ingresso da psicanálise no sistema de saúde pública na Argentina. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 433-438, jul./set. 2009b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/dNjFdbhGdTm6pWdd3ttNPqM/>>. Acesso em: 19 abril 2024.

DANTO, E. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**, 1918-1938. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DANTO, E. A. Psicanálise e espaço social. **Calibán - RLP**, 20(1), p. 140-147. 2022

DEBIEUX, M. R; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 180-188, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 18 março 2024.

DEMARÍA, L. A; VALDÉS, A. P; PEREDS, M. C; PLA, J. C; VIÑAR, M; VIÑAR, M. U. Crise social e situação analítica. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.38-46.

DRÄGER, K. Observações sobre a conjuntura e o destino da Psicanálise e da Psicoterapia na Alemanha nazista entre 1933 e 1949. In: KATZ, C. S. **Psicanálise e Nazismo**. Taurus, 1985, p.9-21.

DUBCOVSKY, S; REINOSO, G. R. G; MAROTTA, J. C; PAZ, L. R; PAZ, J. R; SCHUTT, F. E. Realidade e violência no processo psicanalítico. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.90-103

DUARTE, L. F. D. A psicanálise como linguagem social: o caso argentino. **MANA** 8(2). 2002. p. 183-194. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/5DRKwSSBKyNhkq34NLhfrfP/?lang=pt>> . Acesso em: 21 abril 2024.

DUNKER, C. I. L. Prefácio. In: GABARRON-GARCIA, F. **Uma história da psicanálise popular**. São Paulo. Ubu. 2022. p. 7-13.

FACCHINETTI, C. Psicanálise Para Brasileiros: História De Sua Circulação e Apropriação No Entre-Guerras. **Culturas Psi** 2012, Vol. 0. p.45-62.

FENICHEL, O. Psychoanalysis as the Nucleus of a Future Dialectical-Materialistic Psychology. **American Imago**, vol. 24, no. 4. p. 290–311. 1967. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/26302273>> . Acesso em 25 mar. 2024.

FERNANDES, M; LIMA, R. A. Posfácio: psicanálise para quem? In: DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FERNANDES, P. J; DUARTE, M. G. S; RODRIGUES, H. B. C. Breve História da Constituição do Grupo Plataforma Argentino. In: VILELA, A. M. J; CEREZZO, A. C; RODRIGUES, H. B. C (orgs). **Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. p.136-149.2012.

FIGUEIREDO, A. C. Uma breve revisão da reforma psiquiátrica no Brasil e sua relação com a psicanálise e psicologia. **Psicologia Política**, 19(44), p. 78-87. 2019.

FILHO, A. S. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Revista do NIEP-Marx e o marxismo**, v. 3, n. 4, jan/jun, p. 58-72, 2015. Disponível em: <<https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/96>>. Acesso em: 10 maio 2024.

FONSECA, A. D; SILVA, S. L. A. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. **Ágora** (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020.

FRANCO, W. Por uma psicanálise desvencilhada do eurocentrismo e do elitismo. **Revista Traço**. Edição 001. 2022. Disponível em: https://revistatraco.com/10_por-uma-psicanalise-desvencilhada-do-eurocentrismo-e-do-elitismo/. Acesso em: 10 maio 2024.

FREUD, S. Caminhos da terapia psicanalítica (1919). In: **História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras. Obras completas, volume 14, 2010a. p. 279-292.

FREUD, S. O inquietante (1919). In: **História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras. Obras completas, volume 14, 2010b. p. 328-376

FREUD, S. O futuro de uma ilusão (1927). In: **Obras Completas, volume 17: inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. Companhia das Letras. 2014. p.231-301.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo. Companhia das Letras. Obras completas, volume 15. 2011. p. 13- 113.

FREUD, S. Prólogo a relatório sobre a policlínica psicanalítica de Berlim, de Max Eitingon (1923). In: **O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras. Obras completas, volume 16. 2011, p. 341-342.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: Obras Completas, vol. 10: **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras. Obras completas, volume 10, 2010. p.193- 209.

FUKS, L. B. De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina. **Percurso** 26 (52). 2014. p. 145–150. Disponível em: <<https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1387>>. Acesso em: 23 abril 2024.

FUKS, M. P. Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política. **Percurso** 63. Dez 2019. p. 35-50. Disponível em: <<https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/122>> . Acesso em: 9 fev. 2024.

GABARRON-GARCIA, F. Uma história da psicanálise popular. São Paulo. **Ubu**. 2022.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GONZÁLEZ, M. E. Psicanálise no século XXI: um estudo sobre universidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1175-1194, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/42230>>. Acesso em: 11 maio 2024.

GUIMARÃES, T; JARDIM, R. M. M. Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. **Teoría y Crítica de la Psicología** 12 (2019), p. 315–339. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6992215>>. Acesso em: 25 maio 2024.

HARRIS, B; BROCK, A. Otto Fenichel and the left opposition in psychoanalysis. **Journal of the History of the Behavioral Sciences** Volume 27, April 1991. p.157- p.165. Disponível em: <[https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/1520-6696\(199104\)27:2%3C157::AID-JHBS2300270204%3E3.0.CO;2-B](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/1520-6696(199104)27:2%3C157::AID-JHBS2300270204%3E3.0.CO;2-B)>. Acesso em: 27 mar. 2024.

HOLLAND, E. W. The Suppression of Politics in the Establishment of Psychoanalysis. **Salmagundi**, no. 66, 1985, p. 155–170. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40547726>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

HUR, D. U. Trajetórias de um pesquisador nômade: Gregório Baremlitt. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1021-1038, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/13899>> . Acesso em: 15 abril 2024.

JACOBY, R. **The Repression of Psychoanalysis: Otto Fenichel and the Political Freudians**. Basic Books, Inc. New York. 1983.

KESSELMAN, H. Plataforma internacional: psicanálise e anti-imperialismo. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.246-250.

KRÄTKE, M. R. A Viena vermelha: uma utopia social-democrata. **Crítica Marxista**, n.53, p.143-149, 2021.

LAMEIRA, V. M; COSTA, M. C. S; RODRIGUES, S. M. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 17(1): 68-78, janeiro, 2017.

LANGER, M. Prefácio. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. P.7-13

LANGER, M. Psicanálise e/ou revolução social. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.251-263.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário de psicanálise. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P.462-464.

LARA, A. M. B. ; MOLINA, A. A. Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: Cèzar de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá: **Eduem**, 2011, v. 01, p. 121-172.

LIMA, F. F. Clínicas sociais corporalistas no Brasil: A construção de novos dispositivos clínicos. **Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal** V.9, No. 14, p.69-82, Dezembro/2022. Disponível em: <<https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/127>> . Acesso em: 23 mar. 2023.

LIMA, R. A. Clínicas Públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. **Teoría y Crítica de la Psicología** 12 (2019), p. 292–314. Disponível em: <<https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292>> . Acesso em: 01 abril 2023.

LIMA, R. A. **A Psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LOHMANN, H. M; ROSENKOTTER, L. Psicanálise na Alemanha hitlerista. Como realmente foi?. In: KATZ, C. S. **Psicanálise e Nazismo**. Taurus, 1985, p.49-75.

MACHADO, J. C. **A história da psicanálise no Brasil nas primeiras décadas do século XX e sua influência na concepção e constituição de saúde mental no país**. Mestrado em Psicologia Clínica. PUC-SP. 2013.

MARAZINA, I. V. **Psicanálise implicada: alguns aspectos da relação da Psicanálise com a saúde mental na República Argentina e em São Paulo, Brasil**. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2003.

MARINO, A. S; COARACY, A. R; OLIVEIRA, T. Uma experiência de clínica aberta de psicanálise. **Revista Lacuna**, 4 de junho de 2018, artigo, n. -5. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2018/06/04/n05-04/>> . Acesso em: 21 de maio de 2023.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo. Ed Martins Fontes. 1998. p.7-55.

MATTL, S. O caso da Viena vermelha. **Lua Nova**, São Paulo, 89: 191-213, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/63NQrJqWtQk8vvSKgj5LcNB/?lang=pt>> Acesso em: 10 out. 2023.

MEZAN, R. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 39(70): 227-241, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 maio 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.21-25.

NETO, A. R. C; MARTINS, A. C L; LIMA, L. G. C; NEIVA, L. B; ZAMPIROLO, M. B; ALFLEN, S. O público na clínica e na formação psicanalítica: uma aposta coletiva. **Revista Traço**. Edição 001. 2022. Disponível em:

<https://revistatraco.com/11_o-publico-na-clinica-e-na-formacao-psicanalitica-uma-aposta-coleti-va/>. Acesso em: 10 maio 2024.

NOVY, A; BECKER, J. Do desvio ofensivo ao desvio defensivo-o governo local em Viena/Áustria de 1867 a 1997. **Ensaio FEE**, v. 19, n. 2, p. 195-220, 1998.

NUNES, M. A policlínica de Berlim: utopia freudiana? **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, Ano XII, no.spe. 2020 pp. 50-56. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2176-48912020000200007&script=sci_arttext>.

Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, A. C. **Ação política e formação da consciência de classe no pensamento de Wilhelm Reich**. Tese (Doutorado- Programa de pós-graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-28112014-105533/pt-br.php>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, supl., nov. 2017, p.79-90. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CTjZwMZ9HJNgtFy39DPxnkk/>> . Acesso em: 05 maio 2024.

PACHECO-FERREIRA, F; MENDES, R. O. Quem paga o Pathos? Psicanálise e clínica social. **Ágora** (Rio de Janeiro) v. XXV n.1 Janeiro/Abril 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/KSVVJgSWwnZwPdXQZ4tkJr/>>. Acesso em: 08 abril 2023.

PALUMBO, J. H. P. **Sobre as concepções de Otto Fenichel: psicanálise, materialismo-dialético e naturalismo científico**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-18092019-165204/en.php>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

PAULON, C. P. Psicanálise: ocupação ou um puxadinho da história?. **Revista Traço**. Edição 001.2022. Disponível em:

<https://revistatraco.com/04_psicanalise-ocupacao-ou-um-puxadinho-da-historia/>. Acesso em: 09 maio 2024.

PEDROSO, M. R. Clínicas sociais: origens e desenvolvimentos. **Revista Latinoamericana de Psicologia Corporal**. No.9, p.50-58. Julho/2020. Disponível em: <<https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/101>> . Acesso em: 10 abril 2023.

POLI, M. C. Pesquisa em Psicanálise. **Revista da APPOA**, 29. 2005. p. 42-47.

PONTE, Carlos Fidelis da et al. **Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil**. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz.1999. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4718>>. Acesso em: 07 maio 2024.

RAVASIO, M. T. H.. Tempos, movimentos e escrita: experiência de escuta analítica de professoras. **Tese de Doutorado, Programa de Pós graduação em Educação**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014, p. 48-58. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102258>>. Acesso em: 11 abril 2023.

REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise**. Editora Presença. 4 Ed. 1983.

REINOSO, G. R. G. Violência e agressão ou violência e repressão? In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. p.47-82.

RODRIGUES, A. **A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?**. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista Textura**, v. 2, n. 2. 2002.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínicopolíticas. **Rev. Assoc. Psicanal.** Porto Alegre, n.41-42. 2012. p.29-40. Disponível em: <<https://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf#page=29>>. Acesso em: 09 maio 2024.

ROSA, M. D. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento**. Tese de Livre-docência. Universidade de São Paulo. 2015.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2016, p. 203-246; p.389-434.

RUBIM, L. R. Wilhelm Reich e Anna Freud: sua expulsão da psicanálise. In: **Revista da Sociedade Wilhelm Reich**. Porto Alegre: SWRRS, 1998, p. 4-14.

RUSSO, J. A. A difusão da psicanálise no Brasil na Primeira Metade do Século XX: da Vanguarda Modernista à Rádio-Novela. **ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA**, UERJ, RJ, ANO 2, N.1, 2002. p. 51-61. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/7704/5568>>. Acesso em: 01 maio 2024.

SETUBAL, T. Territórios clínicos: uma escuta psicanalítica entre o singular e o social. **Percurso** 67. Dezembro/2021. p.36-42. Disponível em: <<https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/43/43>> . Acesso em: 09 maio 2024

SIGAL, A. M. Psicanálise, política e regulamentação seus efeitos na clínica e na formação. **Percurso** 45 : p. 57-68 : dezembro de 2010. Disponível em: <<https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1224>>. Acesso em: 28 abril 2024.

SLEMENSON, K. P. **Sem ou cem? Sobre a inclusão e o manejo do dinheiro numa psicanálise**. Tese de Mestrado. PUC-SP. 2000. p.17-25.

SOUSA, A. S; OLIVEIRA, G. S; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>> . Acesso em: 03 abril 2023.

SOUSA, J. L. S; MAGALHÃES, M. P. Escuta ético-política na (trans)formação de analistas periféricos. **Revista Humanidades e Inovação**, v.10, n.04. p.292-302. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8618>> . Acesso em: 25 maio 2024.

TORQUATO, L. C. História da psicanálise no Brasil: enlaces entre o discurso freudiano e o projeto nacional. **Revista de Teoria da História** Ano 7, Volume 14, Número 2, Novembro/2015, p.47-77. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/39248/19855>> . Acesso em: 02 maio 2024.

TORQUATO, L; ROCHA, G. M. A peste no Brasil: a introdução das ideias freudianas no Brasil a partir da medicina e do modernismo. **Ágora** (Rio de Janeiro) v. XIX n. 3 set/dez 2016. p. 425-439. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/agora/a/pRm4Tx7zx54rpQPjRFZxtMv/>>. Acesso em: 02 maio 2024.

ULLOA, F. Extrapolação do enquadramento analítico no nível institucional. In: LANGER, M (org). **Questionamos a psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, RJ, 1973. P.104-115.

VALE, E. A. N. **Os rumos da psicanálise no Brasil: um estudo sobre a transmissão psicanalítica**. Editora Escuta. 2003.

VEZZETTI, H. Psicanálise e marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971). **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 2, 2009, p.61-85. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ts/a/DQ9TvjcgcCTwhQW3zpCbS8Wg/>>. Acesso em: 20 abril 2023.

VIÑAR, M. In: SISTER, B. M; SAMMARONE, C; ALPEROWITCH, E; SELAIBE, M; CHNAIDERMAN M (org). Marcelo Viñar: Uma utopia sem lugar de chegada. **Percurso**, 13(25), p.93–104. 2000. Disponível em: <<https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/742>> . Acesso em: 07 maio 2024.

WEINMANN, A. O. Uma contribuição à história do movimento psicanalítico: a trajetória de Wilhelm Reich. **Psicol.cienc. prof** 22. Setembro 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/pzMNnDR4QNfZ87vQ7y56G4c/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jan. 2024.